

EDUARDO VIVIAN DA CUNHA

**INCUBAÇÃO DE REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:
LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL - O CASO ECO-LUZIA**

Projeto de dissertação apresentado ao Núcleo de Pós-graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho.

Escola de Administração - UFBA

- C972 Cunha, Eduardo Vivian da
Incubação de redes de economia solidária: limites e possibilidades de uma metodologia de intervenção para o desenvolvimento local – o caso – Eco – Luzia. / Eduardo Vivian da Cunha. – 2008.
170 f.
- Orientador: Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho.
Dissertação – Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração, 2008.
1. Economia solidária. 2. Redes de relações sociais.
3. Incubadoras de empresas. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. França Filho, Genauto Carvalho III. Título.

SALVADOR, 2008
EDUARDO VIVIAN DA CUNHA

**INCUBAÇÃO DE REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:
LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL - O CASO ECO-LUZIA**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do grau de Mestre em Administração e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Administração da Universidade Federal da Bahia.

Salvador – BA, dia 17 de março de 2008.

Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. Dr. Renato Peixoto Dagnino

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Prof. Dr. Débora de Lima Nunes Sales

Universidade Salvador - UNIFACS

Dedico esta dissertação à Fernanda, pela paciência, pelo apoio e por acreditar sempre;

E a nossa filha Livia, que retornou ao nosso mundo nos dias de finalização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Este é o espaço que talvez seria o mais longo deste trabalho, se fosse possível não cometer injustiças, deixando algum nome de fora do nosso agradecimento. Tenho, de fato, muitas “dívidas” com todos aqueles que contribuíram de alguma forma para o que se vê aqui hoje, mas esta é uma dívida que vem da “dádiva”, que é leve e que me faz sempre querer retribuir senão para as que me deram, para quem me seja possível, seja a sociedade, o próximo ou Deus.

Assim, devo primeiro agradecer a Ele, a quem considero a base de toda a existência;

A Fernanda, minha esposa e aos demais parentes, que desde há muito tempo forneceram o seu apoio, direto ou indireto. Cito em especial minha mãe, Eli Odete, minha sogra Cleusa e meus irmãos e cunhado, de quem nos últimos anos me distanciei geograficamente, mas pelos quais tenho grande carinho;

Agradeço especialmente também meu orientador, Genauto França Filho, cujo tempo de convivência permitiu um aprendizado que transcendeu os limites desta dissertação;

Aos técnicos do Eco-Luzia pela convivência, pelo aprendizado e por permitir a minha integração ao grupo que hoje vem tomando forma de uma incubadora: ITES/UFBA;

Aos moradores da comunidade de Santa Luzia pelo acolhimento e mais uma vez, pelo aprendizado proporcionado;

Ao NPGA, por permitir minha formação em um ambiente propício, aos professores componentes do seu quadro e, em especial, os seus funcionários e colaboradores que com sua compreensão e profissionalismo ajudam muito nosso percurso na escola;

Aos meus colegas da turma de mestrado, dentre os quais colhi boas amizades;

E, por fim, ao CAPES pela bolsa de mestrado que permitiu o desenvolvimento deste trabalho.

A economia que ignora as considerações morais e sentimentais é como figuras de cera, que podem ser parecidas com a vida, mas carecem da vida genuína da carne viva. Em todos os momentos cruciais, essas novas leis econômicas fracassaram na prática. (...)

Mahatma Gandhi

“...sou um homem de causas. Vivi sempre pregando, lutando, como um cruzado, pelas causas que me comovem. Elas são muitas, demais: a salvação dos índios, a escolarização das crianças, a reforma agrária, o socialismo em liberdade, a universidade necessária. Na verdade, somei mais fracassos que vitórias em minhas lutas, mas isso não importa. Horrível seria ter ficado ao lado dos que venceram nessas batalhas.”

Darci Ribeiro, Sorbonne.

RESUMO

As discussões sobre incubação têm ganhado espaço crescente dentro do campo da economia solidária, trazendo à tona a proposta de constituição de uma nova metodologia que apóie o surgimento das iniciativas vinculadas às práticas solidárias. Neste sentido, surge com grande potencial a idéia de realizar a incubação de forma ampliada, abarcando um território por meio da constituição de uma *rede de economia solidária*. O objeto deste trabalho foi um caso que encampa esta idéia no bairro de Santa Luzia, Simões Filho/BA, denominado ECO-LUZIA. O estudo foi feito sobre o processo de constituição da rede local, que já conta com dois anos e meio desde o seu início e está em fase de execução. A coleta de dados contou com a observação participante como principal método, apoiada por entrevistas, estudos documentais e históricos. Já a análise se baseou em dois eixos principais, que foram a *realidade local* de Santa Luzia e o *comportamento do agente incubador*. Cada um destes eixos contou com elementos que apoiaram o entendimento sobre sua contribuição particular para o processo de incubação, tendo em vista que o objetivo mais geral deste processo é o de promover o desenvolvimento local sustentável de Santa Luzia. Chegou-se à conclusão que a realidade local aporta elementos que a caracterizariam como portadora de uma “baixa bagagem comunitária”, o que dificulta o processo e que o comportamento do incubador poderia ser classificado como “emancipador”, gerando um aporte positivo frente à possibilidade de desenvolvimento da comunidade.

Palavras-chave: redes, economia solidária, incubação.

ABSTRACT

Discussions about incubation has taken a growing place over the solidary economy stream, bringing the purpose of constituting a new methodology, that may support the appearing of new initiatives classified as solidaries practices. In such way, emerges with a great potential the idea of performing such incubation in a larger way, covering a territory by the constitution of a *solidary economy network*. The object of this work was a case that uses such idea at Santa Luzia, neighborhood of Simões Filho/BA, named ECO-LUZIA. This study was done over the constitution process of the local network, that has already two years and a half since it begins, and is, in fact, still happening. The data collection was done by using the participating observation as main method, supported by interviews, documents and historical studies. The analysis was based in two main axes, named *local reality* of Santa Luzia and *incubator agent behavior*. Each of them counted on elements that supported the knowing about each particular contribution to the incubation process, having in mind that the main objective of this process is to promote the sustainable local development of Santa Luzia. It was concluded that the local reality has elements that may characterize it as owner of a “low communitarian background”, that difficults the process and that the incubator behavior could be classified as “emancipator”, promoting a positive input to the possibility of the community development.

Keywords: networks, solidary economy, incubation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Eixos de análise do projeto Eco-Luzia	8
Figura 2: Mapa de localização de Simões Filho e Santa Luzia na Região Metropolitana de Salvador e no estado da Bahia.....	12
Figura 3: Mapa de localização de Santa Luzia em Simões Filho.....	12
Figura 4 - Vista parcial da comunidade de Santa Luzia	19
Figura 5 - Linha do tempo do projeto Eco-Luzia	35
Figura 6 - Logomarca do projeto Eco-Luzia, escolhida por concurso durante o Eco-Luzia I .	43
Figura 7 - Logomarcas dos empreendimentos da rede. Respectivamente, da esquerda para a direita: CDS, Banco Comunitário, Mercadinho Comunitário e Grupo de Jovens	50
Figura 8 - Cartão de Crédito do Banco Eco-Luzia	59
Figura 9 - Moeda social Trilha, com a sua apresentação em frente e de verso	60
Figura 10 - Cédulas da moeda social Trilha.....	61
Figura 11 - Esquema da rede local criada pelo projeto Eco-Luzia.....	82
Figura 12 - Possibilidades frente à sustentabilidade de um projeto de desenvolvimento local	97
Figura 13 - Possibilidades dinâmicas do modelo	98
Figura 14 - Projeto Eco-Luzia frente às possibilidades de sustentabilidade do processo de desenvolvimento local	118
Figura 15 - Projeto Eco-Luzia em função da dinâmica de atuação	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção doméstica mensal realizada em Santa Luzia.....	22
Tabela 2 - Equipe técnica do projeto Eco-Luzia na sua primeira fase (Eco-Luzia I).....	33
Tabela 3 - Equipe integrante do projeto Eco-Luzia II e tempo de permanência no projeto.....	33
Tabela 4 - Linhas de crédito do Banco Eco-Luzia	57
Tabela 5 - Empréstimos liberados pelo Banco Eco-Luzia no período de dezembro/2005 a dezembro/2007	58
Tabela 6 - Comparativo entre os créditos concedidos a Santa Luzia e a Mapele (ano base: 2007).....	66
Tabela 7: Variáveis do Eixo "Bagagem Comunitária"	99
Tabela 8: Variáveis do Eixo "Comportamento do Agente Incubador"	100
Tabela 9 - Contribuições de cada variável para a "bagagem comunitária"	117
Tabela 10 -Contribuições de cada variável para o "comportamento do agente incubador" ...	117

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	A METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO – O CASO ECO-LUZIA	11
2.1	A COMUNIDADE DE SANTA LUZIA	11
2.1.1	<i>Contextualização geográfica e social</i>	11
2.1.2	<i>A formação do bairro de Santa Luzia</i>	15
2.1.3	<i>Uma radiografia sócio-econômica do bairro</i>	18
2.1.4	<i>O cenário político-comunitário</i>	23
2.2	O PROJETO ECO-LUZIA ENQUANTO PROCESSO DE INCUBAÇÃO	25
2.2.1	<i>Premissas do projeto</i>	26
2.2.2	<i>Objetivos do projeto</i>	28
2.2.3	<i>Desenho da intervenção</i>	30
2.2.4	<i>A equipe técnica do projeto</i>	32
2.3	A CONSTITUIÇÃO DA REDE LOCAL	35
2.3.1	<i>Panorama histórico do processo</i>	35
2.3.2	<i>As construções do Eco-Luzia I</i>	41
2.3.2.1	O processo de mobilização e sensibilização	41
2.3.2.2	O processo de reestruturação associativa	44
2.3.2.3	A realização do mapeamento da produção e do consumo local	45
2.3.2.4	A constituição de iniciativas em fase experimental	47
2.3.3	<i>As construções do Eco-Luzia II</i>	50
2.3.3.1	A constituição do CDS – Centro de Desenvolvimento Solidário	51
2.3.3.2	A constituição do Banco Comunitário	55
2.3.3.3	A constituição do Grupo de Jovens	67
2.3.3.4	A constituição do Mercadinho Comunitário	71
2.3.3.5	O projeto de Algicultura Solidária	75
2.3.3.6	O projeto Escola-Oficina	78
2.3.3.7	O desenho da rede local	81
2.3.4	<i>Desafios e planos para o futuro</i>	82

3	DESVENDANDO O CASO	87
3.1	A INCUBAÇÃO DE REDES EM PERSPECTIVA	87
3.1.1	<i>O potencial da incubação de redes</i>	87
3.2	A ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONTORNOS DA PROBLEMÁTICA	90
3.2.1	<i>Economia e solidariedade</i>	90
3.2.2	<i>Elementos conceituais</i>	92
3.3	OS DESAFIOS DO PROCESSO DE INCUBAÇÃO NO CASO ECO-LUZIA	96
3.3.1	<i>Um possível modelo de análise</i>	96
3.3.2	<i>A “bagagem comunitária”</i>	100
3.3.3	<i>O “comportamento do agente incubador”</i>	110
3.3.4	<i>Articulando os elementos apresentados</i>	117
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
4.1	LIMITAÇÕES DO TRABALHO	125
4.2	CONTRIBUIÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS	126
	REFERÊNCIAS	128
	ANEXO A - DADOS SELECIONADOS DO MAPEAMENTO DE PRODUÇÃO E CONSUMO DE SANTA LUZIA	136
	ANEXO B - RELATÓRIO DE “MARCO ZERO”	144
	ANEXO C - INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO BANCO COMUNITÁRIO	153

1 INTRODUÇÃO

Algumas metodologias de incubação têm surgido com o objetivo principal de realizar algumas propostas da economia solidária na prática. São formas que centros de pesquisas, geralmente vinculados às universidades encontraram para estender sua atuação para fora de seus muros, cumprindo de forma mais ampla o seu papel de servir à sociedade. Usualmente, as práticas de incubação dentro do campo da economia solidária têm se voltado para a assessoria de cooperativas populares. As chamadas ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares), apresentam um caminho de atuação que vem sendo cada vez mais estudado, e se reconhece que ele envolve as etapas de pré-incubação, incubação propriamente dita e desincubação (BARRETO apud NUNES e VASCONCELOS, 2006). Por meio de uma metodologia de acompanhamento, os empreendimentos solidários recebem apoio a partir de suas demandas até que estejam preparados para enfrentar sozinhos as condições do mercado.

De forma mais geral, os programas de incubação começaram com a implantação de seis unidades incubadoras, entre os anos de 1985 e 1990¹, inspirados em um programa do CNPQ, que criou os NITs (Núcleos de Inovação Tecnológica), em 1982. Estes tinham por objetivos realizar a aproximação entre universidades e empresas privadas e a descentralização do desenvolvimento tecnológico (LEMOS apud HIGUCHI, MACHADO e TEIXEIRA, 2006). Atualmente estas incubadoras perfazem mais de 300 experiências, e a sua definição, segundo a ANPROTEC (2008), é de que são um “local especialmente criado para abrigar empresas oferecendo uma estrutura configurada para estimular, agilizar, ou favorecer a transferência de resultados de pesquisa para atividades produtivas”. Com este programa, espera-se que a

¹ Estas são as incubadoras que se originaram dos parques de São Carlos (1985) e Campina Grande (1988); as Incubadoras do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB) e da Fundação de Biotecnologia (BIORIO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1986; a Incubadora Empresarial Tecnológica da Fundação Centro de Referência em Tecnologia de Informação (CERTI), em Santa Catarina (1987), posteriormente denominada Centro Empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas (CELTA) e a Incubadora Tecnológica de Curitiba (INTEC), ligada ao Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) em 1990 (HIGUCHI, MACHADO e TEIXEIRA, 2006)

empresa, que pode ser de base tecnológica ou tradicional (dependendo da incubadora), possa estar “pronta para enfrentar a realidade de mercado contando com seus próprios recursos para a instalação física” (ANPROTEC, 2008). Com isto vemos que muitas destas incubadoras abrigam fisicamente estas empresas em fase inicial, e prestam o serviço de assessoria mediante uma taxa subsidiada.

O recorte da economia solidária, por sua vez, é mais recente, e apresenta algumas diferenças no seu processo de incubação. Normalmente, além de não se cobrar taxas, os empreendimentos incubados têm, geralmente, mais despesas subsidiadas do que as empresas privadas. As iniciativas também não são abrigadas pelas instalações das incubadoras. Uma terceira diferença, fundamental, é justamente o recorte, que faz com que as ITCPs trabalhem principalmente com empreendimentos solidários, preferencialmente no formato de cooperativas. A iniciativa pioneira deste tipo de prática é a da COPPE/UFRJ, apesar de algumas referências apontarem para o fato de a primeira cooperativa “incubada” ter surgido na Universidade Federal de Santa Maria (RS). Esta foi uma experiência pontual, e se deu com a criação da Cooperativa de Manguinhos, no Rio de Janeiro (LEMOs apud HIGUCHI, MACHADO e TEIXEIRA, 2006). Atualmente, no Brasil, existem 92 iniciativas filiadas à rede Unitrabalho (UNITRABALHO, 2008) e 16 à Rede de ITCPs (ITCP COPPE/UFRJ, 2008b), perfazendo um total de 108 incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.

A prática de que trataremos aqui, todavia, estende a percepção de incubação para uma perspectiva territorial. A noção de incubação de redes de economia solidária tem a pretensão de fomentar um processo de desenvolvimento local segundo a ótica desta economia, por meio de uma reorganização das estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais de um bairro. Espera-se, com isto, que sejam superadas as limitações contextuais decorrentes do fato de as cooperativas populares serem assessoradas de forma isolada.

Assim, por outro lado, além das limitações associadas à concepção de incubação voltada para empreendimentos individuais, temos aquelas provenientes de algumas definições em torno do tema do desenvolvimento local. Referimo-nos aqui àquelas que se vinculam à concepção de desenvolvimento que é assimilada pela perspectiva do crescimento econômico, filiada ao cenário internacional que surgiu com o fim da Segunda Guerra Mundial, e que tinha como objetivo principal aproximar os países subdesenvolvidos dos desenvolvidos por meio do aumento acelerado dos níveis de atividades econômicas dos primeiros (SANTOS, 2002). Estes eram “concebidos e implementados ‘a partir de cima’ (*top-down development*), com

base em políticas traçadas e implementadas por agências tecnocráticas nacionais e internacionais, sem a participação das comunidades afetadas por estas políticas” (SANTOS, 2002, p. 45).

Estas políticas se traduziram, depois de algum tempo, nos governos regionais, prioritariamente por práticas alinhadas com estas tendências hegemônicas, mesmo havendo uma mudança do foco, que se deslocou dos governos centrais para os regionais. Estas práticas representam ações voltadas para grandes e médias empresas e visam à inserção competitiva do local no mercado mundial (MOURA et alli, 2002), buscando principalmente a atração de recursos externos (MOURA, LOIOLA e LIMA, 1999).

Cabe ressaltar que tal visão, conquanto seja ainda hegemônica vem recebendo um contraponto daquelas que se qualificam como desenvolvimento local sustentável. Apesar de estas também conterem uma grande variedade de práticas, elas se diferenciam, em geral, pela crítica à idéia de crescimento ilimitado e pelo enfoque dado a outras dimensões do desenvolvimento, em especial a ambiental, a cultural e a social, sendo que a econômica seria considerada uma mediadora das demais (SACHS, 2002). Segundo Sachs (2002), ainda, o desenvolvimento sustentável assumiria as características de ser “endógeno (em oposição à transposição mimética de paradigmas alienígenas), auto-suficiente (em vez de dependente), orientado para as necessidades (em lugar de direcionado pelo mercado), em harmonia com a natureza e aberto às mudanças institucionais” (p. 54).

Tendo em vista estas duas questões mais gerais, o desafio que se apresenta é justamente como pensar e construir práticas que dêem conta desta outra maneira de perceber a questão do desenvolvimento local, por um lado, e que possam estar vinculadas às possibilidades das tecnologias de incubação, por outro. Ou seja, a idéia é entender que concepção para o desenvolvimento local pode ser construída a partir das propostas da economia solidária e como ela pode ser fomentada e orientada, principalmente considerando-se a possibilidade da ação de agentes externos às localidades pensadas.

Neste sentido, uma possível resposta que surge para a questão colocada são as metodologias de formação de redes territoriais de economia solidária. Especificamente, focamos nossa atenção neste trabalho em um caso, que é um projeto Eco-Luzia, em implantação na comunidade de Santa Luzia, bairro do município de Simões Filho, pertencente à região metropolitana de Salvador. Este vem sendo executado por uma equipe multidisciplinar da

UFBA, juntamente com moradores desta comunidade, a partir do financiamento da Petrobrás. O projeto encontra-se no seu terceiro ano de execução, e tem como eixo central exatamente uma “proposta de intervenção territorial para o desenvolvimento local numa perspectiva de economia solidária” (ECO-LUZIA, 2005c, p. 1).

Resumidamente, o Eco-Luzia se iniciou a partir de um processo de aproximação de técnicos da Petrobrás com a pessoa que seria posteriormente o coordenador geral do projeto, professor vinculado à Escola de Administração da UFBA. Este projeto começou as suas atividades em fevereiro de 2005, inaugurando sua primeira fase, depois destas negociações e preparativos preliminares. Ele está ainda em fase de execução, dentro da extensão da segunda fase e caminhando para o que seria a sua terceira etapa.

Poderíamos dizer que este caso representa uma situação muito singular para a avaliação de uma metodologia de incubação para o desenvolvimento local. A comunidade de Santa Luzia é composta por cerca de 100 famílias e 450 moradores, e convive com várias dificuldades relacionadas à pobreza e à falta de acesso à estrutura básica de serviços públicos. Vive ainda uma situação peculiar em termos de exclusão, pois muitos de seus moradores são pessoas fora do próprio circuito regular emprego e desemprego. Segundo o PNUD (2006), esta região é uma das mais pobres da Bahia, fazendo com que a área metropolitana de Salvador tenha um dos piores índices de distribuição de renda do mundo, se equiparando com alguns países da África.

Neste contexto, é crucial entender *como se constrói a metodologia de incubação de redes de economia solidária no âmbito do projeto Eco-Luzia*. O objetivo geral deste trabalho caminha, então, no sentido de compreender o processo de constituição da rede local enquanto metodologia de incubação. Julga-se que uma análise processual, pelo menos neste momento, é mais adequada que uma análise mais finalística, em que se mediria a efetividade do projeto com relação aos seus objetivos. Isto porque, primeiro, o projeto ainda não foi finalizado; segundo, este estudo processual é igualmente relevante, pois a busca de entendimento da maneira como se chega aos resultados é tão importante quanto estes; e terceiro, decorrente do primeiro, é que a realização do estudo neste momento permite um acompanhamento da metodologia de incubação *in loco*.

Além destas justificativas, consideramos que o caso comporta mais três outras, igualmente relevantes. A primeira delas é referente à discussão sobre o tema incubação, que representa

um campo fértil por suas possibilidades e desafios, associados principalmente à já referida particularidade da perspectiva territorial. Esta abordagem territorial da incubação é, em certa medida, inédita dentro das práticas de economia solidária, principalmente quando vista sob dois aspectos: o de que já existem outras práticas de desenvolvimento local segundo a ótica da economia solidária, mas que não surgem de processos de incubação (como o caso do Banco Palmas, por exemplo²) e de que as ITCs, que já existem em grande número, trabalharão todas na perspectiva de atendimento a empreendimentos solidários de forma mais ou menos isolada.

A segunda justificativa que podemos destacar é que este trabalho pode contribuir para o debate em torno das possibilidades alternativas para o desenvolvimento local, nos moldes apontados mais acima nesta introdução. Mais especificamente, pode contribuir no tema com informações sobre as possibilidades das redes locais de economia solidária.

Por fim, podemos pensar aqui que os resultados deste trabalho podem servir, em alguma medida, de inspiração para orientar políticas públicas associada ao tema do desenvolvimento local e da geração de trabalho e renda. Pode ajudar, neste sentido, o ambiente político propício que vem sendo formado, com a criação, por exemplo, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e da Superintendência Estadual de Fomento à Economia Solidária (SESOL), órgãos ligados respectivamente ao Ministério do Trabalho e Emprego, do governo federal (MTE) e à Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do governo estadual da Bahia (SETRES).

O objetivo principal ao qual fizemos referência acima se desdobra em outros dois específicos, que dizem respeito ao entendimento de fatores associados aos agentes do processo. São eles:

a) Entender como as condições locais impõem limites ou ampliam as possibilidades da metodologia de incubação adotada. Não pairam muitas dúvidas referentes ao entendimento de que o contexto em que determinada metodologia é aplicada se apresenta como uma variável fundamental na consolidação de um processo e na sua potencialidade de geração de resultados. As indagações que devem ser pensadas são no sentido de se entender até que ponto isto se dá e de se perceber que fatores específicos estão associados ao sucesso ou ao fracasso do processo. A conclusão deste objetivo tem ainda uma função um tanto pragmática, que é a de indicar quais são os limites da metodologia adotada no projeto Eco-Luzia

² Ver em SILVA JÚNIOR, 2004.

pensando-se do ponto de vista local, ou seja, das condições postas pela comunidade incubada e que são, até certo ponto, independentes do agente incubador.

b) Perceber que ações do agente incubador contribuem no processo de implantação da metodologia de incubação. Por outro lado, alguns processos podem contornar certas situações difíceis que se apresentam. Outros ainda amplificam resultados e catalisam movimentos que se iniciam na localidade, e que podem contribuir na constituição da rede. O entendimento destas ações é também de fundamental importância para o desenvolvimento da metodologia estudada, principalmente se quisermos trabalhar sobre o elemento da replicabilidade.

Premissas

a) O projeto Eco-Luzia, segue, em linhas gerais, um processo de intervenção baseado no que defende a economia solidária. Isto significa dizer que este trabalho não pretende medir a aderência do projeto com as teorias que são reportadas ao campo da economia solidária (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004; MANCE, 2001). O projeto foi construído a partir de uma proposta ligada a uma universidade, por um grupo de pesquisa que se dedica ao estudo do tema. Acreditamos que isto possa conferir alguma credibilidade neste ponto. Por outro lado, a análise que será feita neste projeto prevê uma certa dissecação da metodologia contida nele, o que permitirá uma percepção (embora não rigorosamente sistematizada) sobre a aproximação teórica da proposta.

b) A noção de desenvolvimento local a ser utilizada é aquela fornecida pela economia solidária. Considera-se que a proposta apresentada é adequada para o desenvolvimento local da comunidade de Santa Luzia. Embora existam algumas argumentações sobre os efeitos do projeto em algumas partes deste trabalho, ele não pretende questionar se os resultados que esta metodologia pode gerar são os melhores possíveis para a comunidade de Santa Luzia ou se haveria outras que pudessem substituí-la de forma mais eficiente. Como colocado mais acima, o foco central aqui se direciona para o entendimento do processo de implantação do projeto na localidade e não para os resultados finais que ele fornece.

Pressupostos

a) Os fatores associados à baixa bagagem comunitária de Santa Luzia prejudicam a construção do projeto em termos de velocidade de implantação e de potencialidade de resultados. Estes fatores estão associados, por exemplo, ao baixo nível de formação dos

moradores, ao individualismo, à baixa auto-estima, a estigmas internalizados, à alta informalidade das atividades e a culturas políticas e sociais desfavoráveis. Também podem influenciar nesta baixa bagagem a pouca incidência de lideranças efetivas. Os resultados desta baixa bagagem são um aumento da dificuldade de atingir a sua sustentabilidade, já que ele se assenta sobre a mobilização política em torno de questões comuns do bairro e a lentidão na sua execução, que acaba ficando centrada em poucas pessoas.

b) A metodologia participativa e indutiva utilizada pelo incubador fortalece o processo de desenvolvimento da rede local de economia solidária e cria condições para o seu sucesso. Ou seja, quanto mais democrática e participativa for a intervenção do incubador, maiores as chances de sucesso do projeto. Também está contido neste pressuposto que quanto mais endógeno for o processo (com as decisões efetivamente partindo da comunidade), melhores suas possibilidades, por reforçar a sua apropriação pelos agentes locais. Neste sentido, a atuação equilibrada do incubador, apoiando o processo sem absorvê-lo, isto é, respeitando os tempos e o aprendizado dos agentes, não realizando as atividades no seu lugar, dá condições para que ele ocorra com maiores chances de se tornar sustentável.

Metodologia

A proposta deste trabalho é a busca de um equilíbrio entre a indução e a dedução, pois o que está posto em jogo é, de um lado, a análise do processo de aplicação de um ferramental de intervenção construído a partir de um referencial teórico específico e, de outro lado, a sua adaptação a uma situação concreta. Pretende-se, assim, que o campo de análise esteja aberto a interpretações, evitando-se limites que possam conformar demais as observações, sem, entretanto, esquecer-se de uma comparação com conceitos relevantes para o caso, especialmente aqueles vinculados com a economia solidária.

A análise a ser realizada envolve, então, a percepção de dois eixos principais, que são: os elementos apresentados pela realidade local e o comportamento do agente incubador. Estes dois eixos são permeados pelas informações de uma terceira vertente analítica, que é a interação entre os agentes envolvidos. No primeiro eixo, são levantados pontos como o nível de mobilização da comunidade, as relações sociais existentes e o nível de formação dos moradores, bem como a tentativa de um entendimento de como estes fatores influenciam a construção da rede local. Associados ao segundo ponto estão questões que procuram entender como o agente incubador desenvolveu (e desenvolve) as atividades na localidade, ou seja, que

posturas e comportamentos ele assume e como se constituíram os elementos de participação e envolvimento das pessoas no local. Neste caso, a metodologia de incubação utilizada entra como um suporte para as análises, como um pano de fundo ao qual se recorre para identificar o ponto de surgimento de determinadas ações do agente incubador e as bases conceituais sobre as quais estas ações estão assentadas. Na terceira vertente, devem ser percebidos os elementos da interação que ocorre especialmente entre técnicos, moradores e agentes locais. Existem, evidentemente, vários outros atores no processo, tanto no nível institucional (UFBA, Petrobras, Ministério Público do Estado da Bahia e Prefeitura Municipal de Simões Filho), quanto individual (integrantes das instituições citadas, voluntários que deram contribuições pontuais ao processo e outros). Nosso recorte será feito sobre estes três atores citados por serem eles os que participaram mais ativamente nas atividades foco deste trabalho, ou seja, que dizem respeito à constituição mais concreta da rede local. Referente a esta perspectiva analítica devem, ainda, ser percebidas as mudanças e resignificações que o agente incubador teve de imprimir à metodologia e ao processo, em função da percepção da realidade local, por um lado, e as reações que a comunidade teve frente a cada etapa deste processo e às mudanças contextuais provocadas no seu ambiente, por outro. Um desenho esquemático do que apresentamos aqui pode ser visto na Figura 1, que mostra um desenho conceitual do fluxo do projeto associado ao seu objetivo final, ou seja, o desenvolvimento local sustentável do bairro de Santa Luzia.

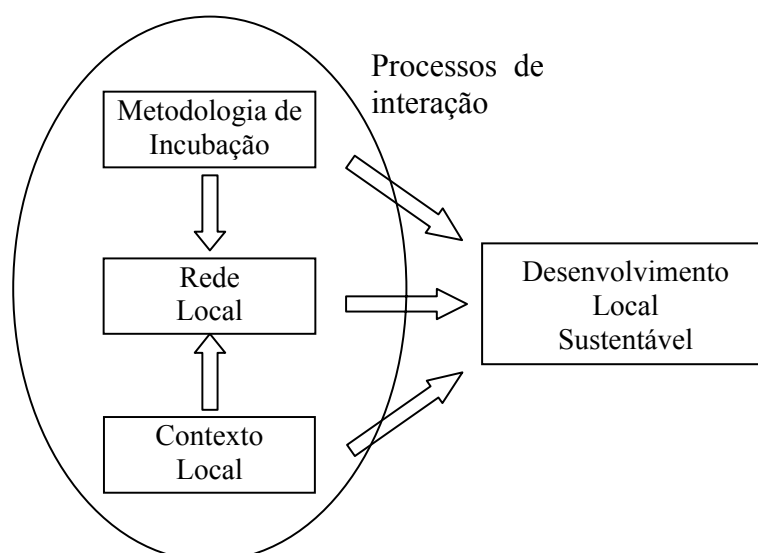


Figura 1 - Eixos de análise do projeto Eco-Luzia

Coleta de Dados

A técnica central utilizada para a coleta dos dados foi a observação participante. Como instrumentos de apoio foram utilizados entrevistas (semi-estruturadas) e análises documental e histórica, sendo esta coleta realizada de forma transversal, no período de outubro de 2006 a dezembro de 2007. O grupo combinado de técnicas foi escolhido para se vencer a limitação de cada uma delas (GIL, 1999, QUIVY e CAMPANHOUDT, 1998). Com relação à entrevista, Quivy e Campenhoudt (1998), indicam que ela se presta principalmente para análises mais profundas de alguns elementos, bem como para extrair pontos de vista e interpretações próprias dos interlocutores. Isto vem ao encontro à necessidade de entendimento das percepções individuais sobre os diversos fatores que compõem este estudo, inserindo-se na perspectiva indutiva referida mais acima. As entrevistas foram realizadas principalmente com os agentes locais de Santa Luzia.

A observação participante foi feita mediante a imersão do pesquisador em atividades corriqueiras do projeto. Isto porque há a necessidade da percepção de questões comportamentais individuais e comunitárias que algumas vezes não podem ser extraídas em uma “conversa”. Como lembram Quivy e Campenhoudt (1998) “é mais fácil mentir com a boca do que com o corpo” (p. 199). Esta observação foi realizada em todos os trabalhos relevantes do projeto dentro da comunidade, na Escola de Administração da UFBA e em outros espaços eventuais, que foram considerados relevantes para o estudo.

A análise documental e a análise histórica completam os métodos utilizados. A primeira, que foi uma busca de registros institucionais (Gil, 1999) foi realizada principalmente para apoiar o entendimento do funcionamento dos empreendimentos formados pela rede, a partir de relatórios de suas atividades e para o entendimento da relação entre os atores, especialmente a partir dos registros em atas e relatos de reuniões mais antigas, quando este pesquisador não estava ainda presente. O segundo instrumento (análise histórica) se prestou principalmente para o conhecimento aprofundado da história da comunidade, bem como dos fatores condicionantes da realidade atual, e foi executado a partir de entrevistas, do relatório da pesquisa histórico-cultural realizada na primeira fase do projeto e de outros documentos disponíveis.

Por fim, em termos de estruturação geral, esta dissertação está dividida em quatro partes, contando com esta introdução e com as considerações finais. A seção seguinte à introdução,

que perfaz o Capítulo 2, contém o cerne da informação empírica deste trabalho, ou seja, é onde o caso é apresentado, a partir dos elementos já citados anteriormente, que são a realidade de Santa Luzia, a metodologia adotada no projeto e o processo de constituição da rede.

Já o Capítulo 3 é onde procuramos fazer a análise e interpretação dos dados colhidos no trabalho. Esta discussão se centrará sobre duas questões principais: a primeira, mais geral, sobre a perspectiva criada em torno das possibilidades de constituição da metodologia de incubação de redes, procurando ventilar as principais questões que estão por trás da temática; a segunda, mas específica, se refere a uma proposta de análise do caso, que se fundaria em dois eixos principais: a realidade local, com a utilização do conceito de “bagagem comunitária” e a atuação da equipe técnica, por meio do conceito “comportamento do agente incubador”.

2 A METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO – O CASO ECO-LUZIA

2.1 A COMUNIDADE DE SANTA LUZIA

2.1.1 Contextualização geográfica e social

Santa Luzia é um pequeno bairro do município de Simões Filho (pertencente à região metropolitana de Salvador), situado na Baía de Aratu, entre as localidades de Cotegipe e Mapele, e distante 5 km da sede. Possui hoje cerca de 450 habitantes, que perfazem em torno de 100 famílias. Esta comunidade vive uma situação social que pode ser qualificada como marginalização (DEMO, 2002), ou seja, com muito pouco acesso ao circuito “regular” de emprego, refletindo no fato de muitas pessoas não viverem a experiência de uma ocupação formal. Este processo passa ainda pelo que Demo (2002) qualifica como déficit de cidadania, conceito que diz respeito a uma exclusão que supera a questão econômica. Por fim, poderíamos falar ainda de um tipo de exclusão que assume feições ainda mais concretas, que é a geográfica, já que a comunidade, além de se encontrar relativamente distante de centros urbanos, conta com dificuldades em acessá-lo em função da precariedade do seu transporte público.



Figura 2: Mapa de localização de Simões Filho e Santa Luzia na Região Metropolitana de Salvador e no estado da Bahia

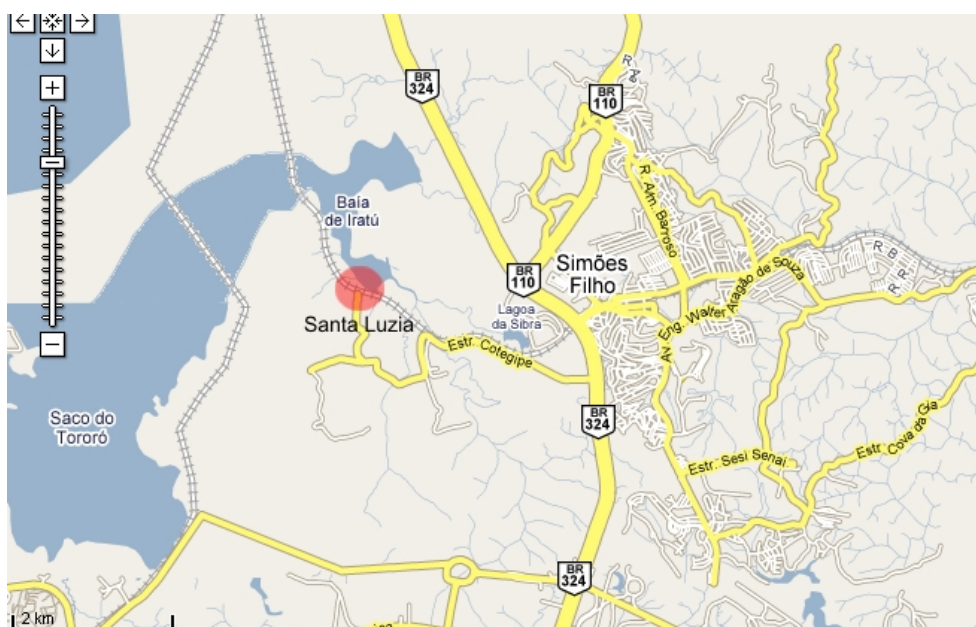


Figura 3: Mapa de localização de Santa Luzia em Simões Filho

Fonte de dados para os mapas: elaboração própria a partir do Google Maps (www.maps.google.com.br)

Este perfil da comunidade, principalmente no que diz respeito à sua marginalização sócio-econômica e política, compõe o quadro que ajuda a entender as consequências mais gerais do processo de desenvolvimento vivenciado nos últimos 40 anos pelo município sede (Simões Filho) e pela região metropolitana de Salvador (RMS), na qual este município se insere. Esta região foi alvo de políticas de desenvolvimento econômico do governo federal, especialmente

a partir dos anos 60, depois da adoção das políticas de descentralização pelo governo de Juscelino Kubitschek, por meio da criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e do BNB (Banco do Nordeste Brasileiro) (PMSF, 1999). Dentro da região nordeste, a Bahia foi o estado que mais soube atrair os investimentos privados e estatais que se tornavam disponíveis, conseguindo promover uma forte industrialização dentro do seu território (PMSF, 1999). A realização de investimentos na área industrial se deu, todavia, de maneira extremamente desuniforme, centralizada na região metropolitana, especialmente nos municípios de Salvador, Camaçari, São Francisco do Conde, Feira de Santana e Simões Filho³.

No início dos anos 70 este processo de industrialização teve sua culminância, com a instalação da maior parte dos parques industriais da região. Depois deste período, a região passou a contar com instalações da Petrobras e do COPEC (Pólo Petroquímico da Bahia, no município de Camaçari), do CIA (Centro Industrial de Aratu, nos municípios de Simões Filho e de Candeias), do CIS (Centro Industrial de Subaé), da RLAN (Refinaria Landolfo Alves, em São Francisco do Conde), da USIBA (Usina Siderúrgica da Bahia). Os pólos do CIA, COPEC e SUBAÉ se tornaram espaços de atração de outras unidades de porte menor, que se instalaram nestes centros principalmente em busca de incentivos fiscais e financeiros (PMSF, 1999).

O crescimento econômico propiciado pela instalação destes pólos industriais não permitiu, entretanto, o desenvolvimento equilibrado da região. O exemplo do município de Simões Filho é muito ilustrativo neste sentido. Com a constituição do CIA, o município passou a contar com um grande número de indústrias e com uma estrutura viária mais completa (com as rodovias BR-324, BA-093, e CIA-Aeroporto, além da ferrovia já existente). Apesar da concentração da atividade industrial neste município em relação ao restante do estado da Bahia, que faz com ele seja a 5ª economia do estado (IDE de 2000 - SEI, 2008), ele ocupa, segundo o PNUD (2006b, dados do ano de 2000), apenas a 29ª colocação no indicador de renda per capita (R\$ 149,00) a 247ª na distribuição de renda (Índice de Gini de 0,60), a 264ª na intensidade da indigência (54,55%) e a 118ª na intensidade da pobreza (51,56%); a 61ª na esperança de vida ao nascer (66,62 anos) e na mortalidade infantil até 5 anos (57,82 em 1000 nascidos). Além disto, ele não aparece entre as 40 primeiras cidades em ligações telefônicas e

³ Em 1994, estes cinco municípios eram responsáveis por cerca de 60% do total da produção do estado da Bahia, nas seguintes proporções: Salvador – 37%; Camaçari – 10%; São Francisco do Conde – 6%; Feira de Santana – 4% e Simões Filho com uma participação de 2% (PMSF, 1999, p. 2).

não aparece também entre as 25 maiores cidades em termos de benefícios pagos pelo INSS (PMSF, 1999). Segundo ainda o próprio SEI (2008), o seu Índice de Desenvolvimento Social é o 31º do estado, o de Serviços Básicos é o 61º, o Nível de Educação é o 28º e o Nível de Saúde é o alarmante 254º.

Esta situação, que denota a falência do processo adotado para a promoção do desenvolvimento da região, explica em parte a realidade vivida por Santa Luzia, que acaba sendo muito similar a de outras regiões do município de Simões Filho, especialmente no que toca às condições de emprego. Estes assumem a feição de trabalhos mais precários, ligados a processos de terceirização que se traduzem principalmente em ocupações de curto prazo, com baixos salários e que exigem pouca qualificação. Esta situação vem passando ainda por um processo de agravamento, pela desindustrialização vivida mais recentemente, a partir dos anos 90 (PMSF, 1999), o que vem fazendo com que os eventuais postos de trabalho existentes sejam gradualmente perdidos.

De qualquer forma, a comunidade de Santa Luzia possui ainda algumas peculiaridades. Em função da sua “exclusão geográfica”, ela possui elementos que poderiam enquadrá-la dentro de um perfil típico de uma localidade de zona rural, mesmo que a sua inserção espacial dentro do contexto mais geral que descrevemos acima faça com que a classifiquemos principalmente como uma vila urbana. É comum, ao se chegar em Santa Luzia, avistar um trabalhador pastoreando gado, ou ver pessoas carregando a colheita da sua “rocinha”, num ritmo despreocupado, ao mesmo tempo em que existem pessoas que saem pela manhã para trabalhar na sua “firma” e que retornam ao fim do dia. Também vemos as pessoas (em especial as mulheres) se reunirem ao fim do dia para irem às suas atividades na academia, enquanto por outro lado, ao se chegar de carro as crianças olham curiosas denunciando que este movimento não é tão comum no local.

De fato esta particularidade de Santa Luzia vai permear toda sua história, já que se percebe que ela nunca foi tipicamente rural (no sentido mais tradicional, de uma comunidade de agricultores que sobrevivem da sua “roça”), já que sempre contou com a influência urbana na sua cultura e nos empregos; nem tipicamente urbana, pois se apresentou sempre isolada dos centros urbanos, e com atividades típicas de uma zona rural. Santa Luzia parece se inscrever em um tipo que vem se tornando típico nas cercanias de Salvador: a comunidade “pesqueira urbano-rural” – em que se leve em conta o peso cada vez maior conquistado pelo composto “urbano”.

2.1.2 A formação do bairro de Santa Luzia⁴

Inicialmente o bairro de Santa Luzia integrava a freguesia de São Miguel de Cotegipe, na própria região da Baía de Aratu, remontando aos tempos da coroa portuguesa. Existem também dados que indicam que o local onde hoje é a comunidade estava dentro da propriedade do Engenho de Cotegipe. Este engenho (que produzia açúcar) data do século XVI, e teve, segundo registros da época, 896 escravos até 1600⁵ (FRANÇA FILHO e DIAS, 2005, p. 7). Este engenho marca não só a origem da localidade de Cotegipe, mas da própria cidade de Simões Filho, por ser a primeira atividade instalada onde é hoje o seu território, embora na época Cotegipe fosse considerado parte de Salvador.

Desta forma, antes da metade do século XIX, a área correspondente ao que é hoje a comunidade de Santa Luzia (e a região circundante), foi marcada pela ocupação fundiária, e as fazendas existiam praticamente em função dos engenhos ali instalados⁶. Dentro delas vivia uma população de trabalhadores e suas famílias, constituindo já alguns pequenos povoados: “todas essas fazendas viviam em função dos engenhos e abrigavam os trabalhadores e suas famílias em casebres rústicos dispostos em arruamentos, constituindo embriões de pequenos centros populacionais” (FRANÇA FILHO e DIAS, 2005, p. 11). Embora não haja informações precisas sobre este ponto, podemos deduzir aqui que esta informação se refere a um período em que tinha acabado o período da escravidão, pois os trabalhadores podiam ter casas e famílias.

Na sequência histórica, vemos que Cotegipe passou a integrar o distrito de Água Comprida (que se tornou, posteriormente, a sede do município de Simões Filho) em 1952, ainda como território de Salvador. Antes deste período, porém, Cotegipe já começava a viver seu declínio,

⁴ Grande parte do material coletado para compor esta seção foi do próprio projeto Eco-Luzia, que teve como um dos resultados na sua primeira fase o material sistematizado a partir da realização da pesquisa histórico-cultural na comunidade de Santa Luzia. Ver FRANÇA FILHO e DIAS (2005).

⁵ Além desta referência o historiador Ademário Ribeiro (2008) informa que no primeiro censo de Cotegipe, em 1629 foram contados “1356 almas, a saber: 43 homens brancos, 58 mulheres brancas. 26 homens pardos (livres). 42 mulheres paradas (livres). E os mais eram escravos (não foram contados). Destas almas 1143 eram de comunhão” (RIBEIRO, 2008).

⁶ Além do engenho de Cotegipe, a pesquisa histórico cultural (FRANÇA FILHO e DIAS, 2005) indica que foram instalados outros empreendimentos similares na região, como as Usinas de Aratu e Santa Luzia, de propriedade da empresa Magalhães e o engenho de Sebastião do Ponte. A usina de Santa Luzia data da década de 1930, e teve um papel fundamental na constituição da comunidade de mesmo nome, como se pode ver na sequência do texto.

originado da atração que o trem exercia para outras atividades econômicas e para outras localidades, em que se destaca justamente Água Comprida. O ramal ferroviário que fora instalado surgiu em 1860, com a linha Salvador-Juazeiro via Alagoinhas. Este ramal foi ampliado em 1891 com o que se chamou de ferrovia Sul, dando ensejo ao surgimento das localidades de Santa Luzia e Mapele. Aparentemente, esta transferência de importância de Cotegipe para Água Comprida se deu principalmente pelo comércio que começava a se formar nas margens dos trilhos:

Este (o subdistrito de Água Comprida), fora fruto dos trilhos do trem margeando as paralelas de ferro implantadas a partir de Paripe. Nelas foram surgindo casas e a comunidade cresceu em volta do quilometro trinta, hoje um bairro periférico, mas naquela época o centro de um florescente núcleo habitacional (FRANÇA FILHO e DIAS, 2005, p. 10)

Os comerciantes que “aqueciam” estas trocas eram principalmente “trabalhadores braçais e agricultores que se acotovelavam em torno daquela ‘serpente’ de trilhos montada em dormentes de madeira” (FRANÇA FILHO e DIAS, 2005, p.10). Os produtos que eles vendiam eram principalmente laranja e cana-de-açúcar.

Foi este comércio, assim, que levou a uma migração e ao movimento de fixação de residências em torno do espaço onde ele acontecia, firmando a urbanização que ora se iniciava. Foram privilegiados, neste processo, os povoados de Mapele, que virou um entroncamento ferroviário e Aratu, Santa Luzia, Água Comprida, Góes Calmon e Nova Canaã, que viraram estações ou pontos intermediários, sendo os três primeiros (Mapele, Aratu e Santa Luzia) paradas obrigatórias.

De qualquer forma, a questão da produção de açúcar continuou sendo um dos carros-chefe da economia de Santa Luzia e da região até meados dos anos de 1940, quando ainda muitas famílias viviam das atividades geradas em torno das operações do engenho que ainda existia. Depois deste período, o declínio da indústria de cana de açúcar levou ao fechamento deste que parecia ser um dos últimos remanescentes desta cultura econômica.

Tal fato fez com que muitas famílias do local passassem a viver dos cultivos agrícolas de pequena escala (incluindo-se aí o da própria cana de açúcar, cujo plantio não foi imediatamente abandonado após a queda dos engenhos) e da mariscagem⁷. O declínio

⁷ Vale ressaltar que nem todos os moradores viviam destas atividades, havendo aqueles que se tornaram funcionários da CHESF (empresa de energia elétrica da região), da ferrovia ou passaram a se ocupar com trabalhos domésticos em Salvador.

referido, representado pelo fechamento do engenho e pela parada da produção de cana-de-açúcar fez com que os proprietários das terras que representavam boa parte da área de Santa Luzia perdessem o interesse por ela. A partir daí, os moradores passaram a ter liberdade para produzir em pequenas roças no entorno das suas casas, numa dinâmica de agricultura familiar, plantando para o próprio consumo e vendendo o excedente em feiras ou na estação de trem. Esta situação parece ter atraído novos moradores, que se assentaram na localidade para cultivar pequenos trechos de terra que eram cedidos pelo administrador da fazenda.

Esta situação fez com que surgisse um elemento previsível, que é o conflito sobre a questão da posse da terra. A liberdade que existia para a sua utilização foi, após certo momento, restringida pelos administradores da fazenda. Após um tempo, porém, e com a morte dos donos, que supostamente não tinham herdeiros, os moradores passaram a fazer uma certa confusão sobre quem era o verdadeiro proprietário das terras. Em determinado momento a propriedade foi reportada à CIA (Centro Industrial de Aratu) e posteriormente a alguns herdeiros (parentes distantes) que reclamaram sua posse⁸. O fato é que a desapropriação e a conseqüente concessão da posse para alguns moradores acabou ocorrendo, principalmente depois dos anos 1970, provavelmente em função de eles já estarem instalados ali há muito tempo (FRANÇA FILHO e DIAS, 2005).

Por sua vez, a prática da mariscagem que se desenvolveu na comunidade assumiu, da mesma forma que o cultivo agrícola, um perfil eminentemente familiar. Algumas atividades ligadas à pesca e mariscagem, todavia, eram realizadas de forma coletiva. É o caso do Tapasteiro, que consistia em utilizar uma grande rede (com cerca de 1.000m), que era colocada na maré alta, fechando uma região costeira do mar, geralmente em uma das entradas da baía. Quando a maré baixava, os peixes ficavam presos dentro deste cercado, tornando-se presa fácil para a coleta. Um grupo de pessoas se encarregava desta tarefa, e ao final o peixe era dividido, geralmente pelo dono da rede. Conta-se que esta atividade era muito animada, assim como o da pesca de forma geral (que era também às vezes realizada em grupos), representando um momento da sociabilidade entre as pessoas do local.

⁸ Esta situação não é de toda clara, e ela somente seria dirimida a partir de um contato direto com as partes ou por uma pesquisa mais aprofundada nos registros oficiais existentes. De qualquer forma, parece que as duas partes citadas tem propriedades na região.

2.1.3 Uma radiografia sócio-econômica do bairro⁹

Caracterização Geral

Com relação à composição da população, dos 350 moradores da localidade em 2005 (89 famílias), 173 são do sexo feminino (49,0%) e 177 do masculino (51,0%). Esta população é relativamente jovem, já que 49,1% dos moradores têm menos de 20 anos. Isto se reflete na razão de dependência¹⁰, que é de 74,1%. Além disto, a população em idade ativa (PIA) da comunidade é de aproximadamente 69%¹¹. Com relação à faixa etária, ainda, pode-se observar que há um certo equilíbrio entre os gêneros, em todas as idades, ao contrário de tendências que indicam que as mulheres se apresentam em maior número, principalmente nas faixas mais idosas¹².

Escolaridade

A formação escolar dos moradores de Santa Luzia pode ser considerada mediana, se considerarmos como padrão de comparação os indicadores nacionais, considerando-se a taxa de analfabetismo, que é de 8,9% em Santa Luzia e de 16,0% no Brasil e o tempo médio de estudo, que é de 5,9 anos para ambos os casos¹³. Se considerarmos o analfabetismo funcional, o índice sobe para aproximadamente 27,8%¹⁴ em Santa Luzia. Algo, entretanto, que chama a atenção é que apenas 20,0% dos moradores têm nível médio e nenhum tem nível superior, seja completo ou incompleto, fazendo com que haja, comparativamente, uma concentração maior de pessoas nos níveis mais baixos de estudo. O ensino ministrado na comunidade é

⁹ Os dados desta seção foram retirados principalmente do mapeamento da produção e do consumo local realizado em Santa Luzia em agosto de 2005 (ECO-LUZIA, 2005a). Desta forma, pode-se dizer que todos os dados apresentados refletem uma realidade antes da atuação do projeto Eco-Luzia.

¹⁰ Segundo o PNUD, a razão de dependência é medida pela divisão entre a população total menos do que 15 anos, acrescida da maior do que 65 pelo restante da população (ou seja, aquela entre 16 e 64 anos).

¹¹ A PIA corresponde ao percentual de pessoas entre 10 e 64 anos (<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/19122002novapme.shtm> acessado em 21/09/07). Este indicador é a base do cálculo para a PEA – população economicamente ativa.

¹² Segundo o censo de 2000 do IBGE (www.ibge.gov.br), considerando todo o Brasil, as mulheres tem uma esperança de viver 72,6 anos, ao passo que os homens 64,8.

¹³ Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano No Brasil (PNUD, 2007) para os níveis nacionais e do mapeamento (FRANÇA FILHO E DIAS, 2005). No caso de Santa Luzia, a referência são moradores acima de 21 anos. Ver Tabela 14 – Anexo A.

¹⁴ Segundo o IBGE (<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/educacao.html> acessado em 21/09/07), o analfabeto funcional é aquele que apresenta menos de quatro anos de estudo. Como a tabela não permite um corte preciso neste tempo de formação escolar, fez-se uma estimativa aproximada a partir de três anos.

considerado, ainda, de má qualidade, conforme relatos feitos pelos próprios jovens, que dizem haver um desnível com outros estudantes de outras localidades quando se entra no nível médio¹⁵.

Já os moradores que participam mais diretamente do projeto (agentes locais), tem uma situação um pouco diferenciada. Dos treze agentes que atualmente atuam, seis tem ensino médio completo (46%), e há uma média de 7,7 anos de estudo no grupo.

Infra-estrutura e moradia

Embora a maioria das pessoas possua casa própria (78,7%), há certa precariedade na moradia, que se reflete na sua estrutura. Além das casas apresentarem um aspecto extremamente simples (tanto exterior, já que muitas não possuem reboco em todas as paredes, quanto no seu interior, por apresentarem peças muito pequenas, em muitos casos sem pintura ou sem reboco), 13,5% delas não recebem água encanada, 11,2% não possuem banheiro, e 28,1% o possuem, mas não contam com vaso sanitário. Esta precariedade reflete-se também, embora com menor intensidade, na própria constituição das casas, que, em 9,0% dos casos são de taipa. Tal fato parece ter sido amenizado nos últimos anos pelos projetos que foram realizados na comunidade, que já permitiram até o presente a construção de 25 unidades habitacionais em função de um TAC aplicado à RDM. Vale ressaltar ainda, sobre a infra-estrutura, duas outras questões: primeiro, apesar de muitos domicílios possuírem vaso sanitário, a estrutura de esgotamento é praticamente inexistente, ou seja, algumas casas possuem apenas fossa e segundo, a água, mesmo sendo encanada possui um tratamento inadequado, em uma central municipal que serve exclusivamente as comunidades de Santa Luzia e Mapele.



Figura 4 - Vista parcial da comunidade de Santa Luzia

¹⁵ Conforme dados dos relatórios do projeto Eco-Luzia II (ECO-LUZIA, 2007).

Com relação ao transporte coletivo, em Santa Luzia ele é realizado por kombis, não regulamentadas pelos órgãos de controle. Elas passam em horários não definidos, tendo com rota única Santa-Luzia – Simões Filho, e só saem de Simões Filho caso haja a lotação completa. Alternativamente a este meio, há a “caminhada” de cerca de 1 km até a entrada do bairro para a utilização da linha denominada “Renatão”, que cobre o trecho Simões Filho – Paripe (este segundo em Salvador), esta sim regulamentada pelo poder público competente. Entretanto, esta linha passa também em horários esporádicos, embora regulares. Uma terceira alternativa utilizada pelos moradores é o transporte escolar, que sai e retorna à comunidade duas vezes ao dia. Estas dificuldades são agravadas nos finais de semana e feriados, quando as kombis e o transporte escolar não circulam.

No que toca à questão do lixo, desde 2006 Santa Luzia conta com um ponto de coleta, que é regularmente esvaziado pela Prefeitura Municipal (aproximadamente a cada dois dias). No período anterior a este, entretanto, a coleta era extremamente irregular, chegando o lixo a ficar cerca de 15 dias sem ser coletado, provocando acúmulo e mau cheiro no local. Era comum, então, os moradores terem de ligar para o órgão responsável para que houvesse a retirada.

Saúde

As questões de infra-estrutura se refletem, principalmente, nas condições de saúde da comunidade. Como ela não é servida adequadamente por água potável e não tem um sistema de esgoto que faça pelo menos a coleta, há, eventualmente, alguns surtos de doenças na região. Tal quadro é agravado pela precariedade da assistência médica do local, que não conta com posto de saúde. As pessoas têm de se deslocar até Mapele para realizar alguma consulta que, por sua vez também tem um sistema de atendimento precário e subdimensionado para a demanda da região.

Renda

A renda total de Santa Luzia perfazia, em 2005, uma média de R\$ 122,42 por morador/mês ou R\$ 481,44 por família, no mesmo período, o que nos permite classificar Santa Luzia como uma comunidade abaixo da linha da pobreza, segundo o PNUD (2008)¹⁶. Esta renda é proveniente principalmente de trabalho (sem distinção entre formal ou informal) e de

¹⁶ O critério do PNUD (2008) para se definir a linha de pobreza é a renda média domiciliar *per capita* de meio salário mínimo. Na época do mapeamento (agosto de 2005) o salário mínimo era de R\$ 300,00 (MTE, 2008), o que dá uma razão de 40,8% entre a renda referida e este valor.

aposentadorias. Podem ser enquadradas nesta fonte (trabalho) as atividades produtivas domésticas, citadas em 25,8% dos lares¹⁷, e que correspondem a 22,2% da renda em valor, e as prestações de serviços¹⁸, cuja renda auferida é mais difícil de se medir, por não haver clareza da margem que é retirada, principalmente no caso de revenda dos produtos (comércio). Vale ressaltar também a grande incidência de citações para os programas governamentais (30,3%), embora economicamente eles não exerçam peso considerável na renda do bairro por representarem apenas 4,0% do total da renda apropriada no local¹⁹.

Ainda referente à questão da renda, 9,0% dos entrevistados responderam que as crianças ou adolescentes da família a ajudam principalmente trabalhando na pesca e na roça²⁰. Supõe-se que este baixo índice esteja ligado aos benefícios governamentais, especialmente os que se direcionam aos jovens e crianças, como os programas federais Bolsa-Família e PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, além de fatores culturais presentes na comunidade de Santa Luzia.

Condições de alimentação

Sobre esta questão, um dado era preocupante em Santa Luzia na época da realização do mapeamento: 37,1% dos entrevistados responderam que faltou comida no último ano, e destes, 36,4% indicaram que isto ocorre com uma frequência igual ou maior do que uma vez por semana. Estes dados, ao mesmo tempo, apontam elementos que podem ajudar a entender como funciona a sociabilidade do local: a maioria das pessoas em momentos de dificuldades são ajudadas por parentes (54,6%), seguidos de outros²¹ (27,3%), e em terceiro lugar por vizinhos (15,2%).

Consumo e Produção

O gasto mensal médio com alimentação, em Santa Luzia é de R\$ 245,91 por família (ou R\$ 62,53 por pessoa). Isto faz com que esta despesa componha 51,0% do total da renda média

¹⁷ Ver Tabela 33 - Resposta se existe atividade produtiva em casa, no Anexo A – Dados selecionados do Mapeamento de Santa Luzia e Tabela 1 - Produção doméstica mensal realizada em Santa Luzia, mais adiante.

¹⁸ Ver Tabela 25 - Prestação de serviços pelos moradores de Santa Luzia no Anexo A – Dados selecionados do Mapeamento de Santa Luzia.

¹⁹ Ver Tabela 19- Origem da renda familiar mensal, no Anexo A – Dados selecionados do Mapeamento de Santa Luzia

²⁰ Ver Tabela 28 - Ocupação dos jovens de Santa Luzia, no Anexo A – Dados selecionados do Mapeamento de Santa Luzia

²¹ Ou seja, sem identificação.

mensal por família.

Observa-se ainda, uma relevante participação das atividades de pesca (e mariscagem) no sustento das famílias de Santa Luzia, quando comparadas às demais atividades produtivas: 56,8% dos que declararam realizar atividades produtivas disseram se dedicar a este tipo (ver Tabela 1). Por outro lado, esta atividade representa 12,6% da renda total declarada pela comunidade, o que pode ser considerado ainda um número alto. Dentre os outros itens produzidos, destacam-se os produtos alimentícios (principalmente lanches, como carimã e beiju) e a atividade de agricultura que se apresentam, entretanto, fortemente direcionadas para o consumo próprio, o que indica que a produção (convertida em valores monetários) poderia representar um número superior ao apresentado na tabela.

Tabela 1 - Produção doméstica mensal realizada em Santa Luzia

Atividade	Número de famílias	Renda gerada (R\$)
Fabricação de produtos alimentícios	8	2.628,40
Material de limpeza	1	80,00
Agricultura	10	1.388,83
Pesca	6	5.398,20
TOTAL	25	9.495,43

Fonte: mapeamento do consumo e da produção de Santa Luzia (ECO-LUZIA, 2005a)

Outra informação que se pode retirar do mapeamento é que a prestação de serviços na comunidade, em especial as atividades de comércio, é muito precária, o que levava a 95,5% das famílias a consumirem fora do bairro²².

Podemos ainda fazer um comparativo dos indicadores de Santa Luzia, com outros níveis geográficos, especialmente Simões Filho, Salvador, Bahia e Brasil. Alguns elementos chamam a atenção neste sentido: primeiro, a taxa de dependência de Santa Luzia indica haver proporcionalmente mais jovens na comunidade²³; segundo, a renda média da sua população, que é de R\$ 122,42 *per capita*, é equivalente à apenas 35,9% da de Salvador (PNUD, 2006b) e terceiro, a concentração de renda é comparativamente menor do que nos outros níveis citados: no Brasil, o índice de Gini é de 0,65; na Bahia, de 0,67; em Salvador, de 0,66 e em Simões Filho, de 0,60 (PNUD, 2006b). Santa Luzia, por sua vez, tem um índice de 0,51

²² Ver Tabela 34 - Local em que predominantemente realiza as compras e seguintes, no Anexo A.

²³ No Brasil, como um todo, esta é de 55,0%; na Bahia, 60,5%; em Salvador, 44,3% e em Simões Filho, 56,2% (PNUD, 2006b)

(calculado com base nos dados do mapeamento – ECO-LUZIA, 2005a). Isto aponta para uma situação na qual a população do local é uniformemente pobre.

2.1.4 O cenário político-comunitário

O histórico de mobilizações comunitárias

Citaremos aqui três processos de mobilização que pudemos identificar na história de Santa Luzia, que podem ser ilustrativos sobre o perfil desta comunidade e sobre processo de desenvolvimento do bairro.

O primeiro deles é no campo da educação, em que a tônica central do processo se articulou em torno de esforços para permitir que os jovens do local pudessem ter acesso a pelo menos o ensino básico dentro da própria comunidade (ECO-LUZIA, 2005f). As primeiras ações neste sentido são reportadas aos anos 50 e 60, quando Dona Cecinha e Dona Inocência ministravam aulas nas suas residências, visando principalmente a alfabetização das crianças e dos jovens da comunidade. Posteriormente, a luta foi encampada pelos Srs. Alfredo e Valeriano Félix, que tinham como objetivo a conquista de um espaço formal para a constituição de uma escola. Inicialmente, o Sr. Alfredo cedeu durante um período um espaço na sua própria casa para a realização das aulas e depois, uma estrutura própria foi construída na propriedade do Sr. Valeriano Félix. Nesta ocasião, a escola recebeu o nome de Dom Francisco Leite, que permanece até hoje. A estrutura inicial era considerada precária, e a escola ainda não era gerida pela prefeitura municipal, fato que só passou a ocorrer a partir de 1982, quando foi construída a sua sede atual. Cabe ressaltar que o Sr. Valeriano, principalmente, continuou cedendo seus esforços até a consolidação final do processo, que se deu com a construção do espaço definitivo da escola.

O segundo processo de mobilização diz respeito ao esforço, que ocorreu nos anos 70 de busca pela propriedade das terras, em função do conflito em torno da sua posse, conforme referido mais acima. Este movimento foi feito por um morador daquela época que os atuais identificam como Sérgio, e que parecia ser representante de um sindicato (FRANÇA FILHO e DIAS, 2005). Este se deslocou até Brasília para resolver a questão, o que culminou com o ganho da posse da terra por parte de alguns moradores.

O terceiro processo de mobilização está presente na história mais recente de Santa Luzia. Ele diz respeito às contestações junto a duas empresas, visando à compensação por danos ambientais. O processo de articulação foi feito essencialmente por três lideranças comunitárias, a senhora Rita, o senhor Roque e a senhora Genilda, que assumiram a frente e buscaram pelos “direitos” da comunidade, mesmo tendo que enfrentar a descrença dos demais moradores²⁴. A primeira destas lutas foi uma ação junto à SIBRA (Eletrosiderúrgica Brasileira S/A, que se tornou, posteriormente, RDM – Rio Doce Manganês S/A)²⁵, em que os moradores reclamavam sobre a fuligem que era gerada nas suas operações industriais, que afetava não somente as pessoas, mas também as plantas e toda a vida do local, além da contaminação da água por metais pesados. Depois de muitas negociações junto à própria empresa e aos órgãos públicos, a unidade industrial envolvida instalou um sistema de filtros (sinterização) em que o problema foi diminuído. Esta ação fez parte de uma compensação (TAC) que determinou ainda a construção de 150 unidades habitacionais na região (Santa Luzia, Cotegipe e Mapele)²⁶. Nesta ocasião, 50 famílias de Santa Luzia deveriam ser removidas para Mapele para serem beneficiadas, mas por meio de um processo de negociação, 25 unidades habitacionais foram trazidas também para Santa Luzia, no ano de 2005. Importa ressaltar, entretanto, que este processo reivindicatório foi realizado em conjunto pelas três comunidades afetadas, sendo Mapele o bairro contemplado com o maior número de habitações, por ser o mais populoso dos três. O segundo movimento se refere à reivindicação que gerou outro TAC, desta vez da Petrobras, no ano de 2003, e que resultou na construção de mais 23 unidades habitacionais no bairro. Este TAC foi o elemento central na articulação deste projeto junto à comunidade de Santa Luzia, como veremos mais adiante.

Espaços públicos da comunidade

A comunidade contava com quatro equipamentos públicos pré-existentes ao projeto: uma escola primária (até oitava série), uma escola pré-primária, uma associação de moradores e um posto de saúde.

²⁴ A senhora Rita comenta que os demais moradores se referiam a eles como “os três loucos” por sua atitude incansável e por realizarem uma atividade em que eles não estavam buscando um retorno individual.

²⁵ A SIBRA foi comprada pela Vale do Rio Doce, em 1999, sendo reestruturada em 2003, quando passou a receber o nome de RDM. Esta operação industrial se dedica à siderurgia, especialmente à extração e preparação do minério manganês, matéria-prima para o aço.

²⁶ O processo de construção das unidades habitacionais nesta ocasião foi conduzido pela fundação CRE (MP, 2006).

A escola primária (Dom Francisco Leite), uma instituição municipal, se apresenta como um dos espaços públicos mais importantes da comunidade. Frequentemente as reuniões do projeto são realizadas nas suas dependências, pelo espaço de que dispõe (quatro salas de aula e demais espaços abertos, como corredores e quadra de esportes). É ainda responsável por grande movimentação na comunidade, pois parte significativa dos jovens de Santa Luzia realiza (ou já realizou) ali seus estudos.

O posto de saúde, por sua vez, tem seu espaço dentro desta escola, mas se encontra atualmente desativado, servindo principalmente para depósito de alguns materiais desta instituição. Esta desativação se deu, segundo os moradores, pela dificuldade da prefeitura em manter a estrutura, em função dos seus custos. O atendimento médico da comunidade é feito, assim, pelo posto municipal da comunidade vizinha de Mapele.

A associação comunitária de Santa Luzia (denominada Persistir para Crescer) foi protagonista de grande parte das recentes lutas da comunidade em função dos TACs gerados pela RDM e pela Petrobras. Esta associação foi fundada com o apoio da fundação CRE e de uma professora ligada a esta fundação em 2001, chamada Maria Luzia de Melo. De fato o próprio histórico desta associação poderia compor com o cenário de mobilizações da comunidade. Seus primeiros movimentos, conforme nos relata Roque, seu atual presidente, começaram com a primeira tentativa de fundação em 1996 e uma segunda em 1999. As duas foram frustradas, pois não se conseguiu a mobilização necessária, que foi obtida quando começou a ser executado o TAC da RDM em 2001. Esta associação participou, então, das mediações junto às empresas citadas, em negociações envolvendo o Ministério Público da Bahia e outros atores eventuais.

2.2 O PROJETO ECO-LUZIA ENQUANTO PROCESSO DE INCUBAÇÃO

Serão descritas, nesta seção as informações colhidas especialmente dos documentos iniciais de cada uma das fases do projeto (documentos propostas, que foram aprovados pelo apoiador financeiro - Petrobrás)²⁷, para que se possa perceber a sua intencionalidade, informação que servirá como subsídio para discussões que serão levantadas mais adiante. Até o presente, o

²⁷ Estes documentos são respectivamente ECO-LUZIA, 2005b e FRANÇA FILHO, 2005.

projeto ensejou dois momentos propositivos principais, que foram o início da primeira etapa e início da segunda (respectivamente ECO-LUZIA I e ECO-LUZIA II). As informações que serão aqui descritas são representativas, na medida do possível, do projeto enquanto um todo, englobando estas duas fases.

2.2.1 Premissas do projeto

É possível identificar no âmbito da proposição mais geral do projeto Eco-Luzia, enquanto proposta de intervenção, sete premissas principais. As quatro primeiras envolvem os moradores do bairro, e consideram que: a) a sua participação efetiva deve se dar em todas as etapas de execução; b) deve ser promovido o seu desenvolvimento político; c) busca-se um aumento da sua auto-estima e d) a proposta trabalha com a perspectiva de incremento da coesão social. Já nas três últimas, em que são envolvidas as questões mais gerais, o projeto; e) acredita que o local é portador das soluções para os seus próprios problemas; f) desenha o processo a partir de uma perspectiva de educação e formação e, por fim, g) busca a sustentabilidade das ações.

Referente à primeira premissa, o projeto aponta para o envolvimento dos moradores na concepção e execução de todas as etapas das atividades a serem realizadas. O objetivo assim é que, por um lado, haja uma integração dos atores locais ao projeto e por outro, eles se empoderem do processo na maior parte dos aspectos possíveis, apresentando-se como protagonistas do mesmo. Ou seja, a idéia básica que se percebe por trás desta premissa é a intenção de tornar o projeto familiar e identificado com as pessoas do local, de forma que elas se sintam donas e responsáveis pelo processo.

Já na segunda premissa, percebe-se que o projeto busca o desenvolvimento das capacidades cidadãs das pessoas, promovidas pela própria dinâmica de construção das práticas de economia solidária propostas. A idéia é que a constituição de empreendimentos solidários, possa proporcionar, para além de um lugar para se auferir alguma renda, um espaço de exercício da coletividade, em que as pessoas poderiam se engajar na construção, além de uma nova sociabilidade, mais solidária, de um fazer político renovado, consciente e voltado para as questões comunitárias.

A terceira premissa se apresenta, de certa forma, imbricada com as demais. O aumento da auto-estima pode se dar a partir de resultados de outras ações, bem como alimentá-las. Percebe-se que se espera como resultado deste aumento, que haja também um incremento nas possibilidades da sustentabilidade do processo, e na própria implantação das ações do projeto.

Aumento da coesão social, quarta premissa, se dá por meio do fomento à solidariedade entre as pessoas do local, do resgate histórico-cultural e do reforço da estrutura associativa do local. Este elemento está vinculado à idéia de que o desenvolvimento promovido por um projeto desta natureza não se restringe à dimensão econômica, mas envolve outras, associadas à própria vivência humana, como por exemplo, as sociais, políticas e culturais.

Na quinta premissa, está implícito no desenho de todo projeto a idéia de que a comunidade é portadora das soluções para os seus próprios problemas, constituindo-se a valorização do saber local como um dos seus eixos norteadores, como se vê na passagem seguinte.

A título de exemplo, considera-se neste projeto que é através da oferta de serviços necessários a melhoria da infra-estrutura local que alguns trabalhos podem ser gerados, ou é ativando um circuito de comercialização entre produtores e consumidores na própria comunidade que pode-se também almejar um combate a exclusão social. (ECO-LUZIA, 2005b, p. 2; FRANCA FILHO, 2005, p.4).

Na dimensão de educação há um eixo fundamental, pois o projeto é visto principalmente como um movimento de aprendizado. Esta perspectiva está associada a uma preocupação com o empoderamento das pessoas e com a sustentabilidade do projeto. O processo educativo se dá, então, justamente na construção dos empreendimentos previstos, na revitalização histórico-cultural do local, nas vivências sociais e mesmo em momentos mais “formais” (tradicionais) de aprendizado. Esta perspectiva do aprendizado utiliza a teoria, mas tem como base a própria prática (aprender a fazer fazendo). É importante ressaltar aqui que a dimensão de aprendizado não se reduz às pessoas do bairro, mas envolve também os próprios membros da UFBA, por permitirem a experimentação de novos conhecimentos, utilizados especialmente na concepção do projeto.

Por fim, a sustentabilidade neste projeto é desenhada segundo uma perspectiva que envolve diversas dimensões, como a econômico-financeira, a técnica e a político-comunitária. Com relação à primeira, ela decorre do próprio fato de os empreendimentos serem desenhados para gerar recursos das suas próprias atividades. Além disto, estes têm o apoio do banco comunitário no núcleo da rede, com o papel de fornecer o seu suporte financeiro. Já a

sustentabilidade técnica deve vir principalmente do aporte dado ao processo pela equipe técnica nos momentos de assessoria. Por fim, pretende-se que a sustentabilidade política seja engendrada a partir da metodologia participativa desenvolvida e pelo fortalecimento do associativismo local.

2.2.2 Objetivos do projeto

Detalharemos aqui os objetivos que são propostos nos dois projetos. O Eco-Luzia I apresenta, além do objetivo geral, mais quatro específicos, ao passo que o Eco-Luzia II contém cinco destes.

Objetivo Geral – Eco-Luzia I

“Estimular a geração de trabalho e renda vinculado ao desenvolvimento humano na comunidade, através da criação de empreendimentos coletivos solidários voltados preferencialmente para a produção e consumo local, numa perspectiva de fomento a institucionalização de uma rede de socioeconômica solidária que ultrapasse a dimensão estritamente local.” (ECO-LUZIA, 2005b, p.2).

Objetivos Específicos – Eco-Luzia I

a) “Mobilizar e unir a comunidade (moradores, produtores locais, lideranças comunitárias, professores de escolas e creches) para a construção coletiva de alternativas de geração de trabalho e renda, numa perspectiva de afirmação de cidadania e de formação de uma rede local solidária.” (ECO-LUZIA, 2005b, p.3).

b) “Fortalecer o papel da associação de moradores enquanto entidade máxima representativa da comunidade, criando ainda, um conselho gestor da rede (vinculado, portanto, à própria associação) que funcione como centro estratégico de integração dos objetivos e atividades de todas as iniciativas populares da comunidade, assim como, o acompanhamento e gestão do projeto de desenvolvimento local maior.” (ECO-LUZIA, 2005b, p.4).

c) “Mapear a produção e o consumo local, além das potencialidades produtivas, incluindo os insumos utilizados na produção, visando a implementação da rede de socioeconomia

solidária.” (ECO-LUZIA, 2005b, p.4).

d) “Construir coletivamente uma agência de finanças solidárias, visando o fomento prioritário das atividades de produção e consumo local, através principalmente da implementação de novas iniciativas/atividades que se integrem numa rede de socioeconomia solidária local, assim como, através do fortalecimento da base de economia popular já existente na comunidade com vistas a sua incorporação na rede.” (ECO-LUZIA, 2005b, p. 7).

Um elemento chave a ser entendido nos objetivos do Eco-Luzia I é o conceito de “desenvolvimento humano” que aparece no objetivo geral. Esclarecer este conceito ajuda a entender também a intencionalidade do projeto. Além das informações que encontramos nas premissas, podemos ver este conceito no parágrafo descritivo do objetivo geral, em que consta “Um tal objetivo mobiliza, portanto, diferentes dimensões da ação coletiva entre o econômico, o político, o social e o cultural” (ECO-LUZIA, 2005b, p. 1). A afirmação do enfoque multidimensional é feita ainda no projeto Eco-Luzia II:

“Este é o sentido de fortalecer uma economia local numa perspectiva efetiva de desenvolvimento sustentável em matéria de economia solidária, pois implica associar o ato econômico junto as demais esferas da vida comunitária, como o ambiental, o político, o cultural e o social.” (FRANÇA FILHO, 2005, p.1)

Entende-se, desta forma, o desenvolvimento humano como aquele que mobiliza todas estas dimensões da ação humana, não somente a econômica, mesmo que esta seja muito relevante (já que o projeto pretende explicitamente “aquecer” a economia do local).

Já os objetivos específicos se encadeiam em série, perfazendo etapas sequenciais do processo de intervenção que caracterizou a primeira fase do projeto.

Objetivo Geral – Eco-Luzia II

Promover o desenvolvimento sustentável da comunidade de Santa Luzia e região através da implantação de uma rede de economia solidária voltada para geração de trabalho e renda e organização sócio-político territorial constituída por cinco projetos associados nas áreas de finanças solidárias, empreendedorismo social, maricultura solidária, fomento ao associativismo e protagonismo juvenil. (FRANCA FILHO, 2005, p.11)

Objetivos Específicos – Eco-Luzia II

Os objetivos específicos do Eco-Luzia II estão associados aos empreendimentos que seriam

montados na sua fase de execução, conforme segue abaixo (FRANCA FILHO, 2005, p.11):

- a) O Centro de Desenvolvimento Solidário e Banco Comunitário;
- b) A Central de Compras Coletivas na forma de Cooperativa de Consumo;
- c) O Canteiro-Escola para geração da Cooperativa Múltipla de Produção e Serviços;
- d) O Empreendimento de Algicultura solidária;
- e) O Grupo de Jovens “Flor da Juventude”²⁸.

A rede de economia solidária proposta tem estas seis iniciativas articuladas, sendo que cada empreendimento é concebido como um projeto autônomo porém articulado na rede.

2.2.3 Desenho da intervenção

O processo de intervenção no projeto Eco-Luzia se apresenta, como vimos acima, integrado em várias dimensões. As ações dentro do seu escopo se articulam com várias questões do bairro, conforme podemos perceber no trecho abaixo, extraído do texto do projeto:

A proposta da economia solidária como modo de desenvolvimento local que se pretende neste projeto implica pensar de modo integrado um conjunto de ações que vão impactar não apenas sobre a dimensão estritamente econômica, mas envolve ainda um trabalho de organização política (via fortalecimento do associativismo local), de coesão social (via fortalecimento dos laços de solidariedade entre os moradores) e de afirmação cultural (via resgate das tradições e memórias da sua própria história). (ECO-LUZIA, 2005b, p. 2).

De forma geral, o projeto é concebido a partir de três fases de intervenção, encadeadas de forma a se ter um processo de incubação completo²⁹:

Etapa 1: Diagnóstico e planejamento do processo de construção da rede de economia solidária, com a constituição das primeiras iniciativas em fase experimental;

Etapa 2: Implantação da rede de economia solidária, através da constituição e funcionamento

²⁸ O Grupo de Jovens mudou posteriormente seu nome para “Trilhando para o Futuro”.

²⁹ Dados baseados em entrevista realizada com o coordenador do projeto e em outro texto de trabalho (FRANCA FILHO et alli, 2007).

dos empreendimentos e iniciativas;

Etapa 3: Consolidação das iniciativas e expansão da rede.

No projeto ora em análise, a primeira etapa já foi concluída e a segunda está em vias de finalização, sendo a terceira ainda uma projeção para o futuro (deverá ocorrer em 2008/2009). Assim, dentro do que já foi feito, podemos identificar, quatro eixos principais sobre os quais a ação se desenhou, sendo os três primeiros associados principalmente à primeira fase do projeto e o quarto às duas (primeira e segunda). São eles:

- a) Processo de sensibilização e mobilização, que é o momento de chamar as pessoas à participação no projeto, informando-as da sua natureza. A proposta deste momento é o de se realizar uma ampla divulgação no local, primeiramente, para se passar a um processo de sensibilização para o tema da economia solidária e a uma pactuação mais geral sobre a sequência do projeto. Outras duas preocupações deste momento são a de possibilitar uma capacitação das pessoas para a execução das ações que virão por ocasião do projeto e a de realizar um trabalho de reforço dos vínculos comunitários no bairro. Sobre este ponto, é feito um trabalho de resgate da memória histórico-cultural, visando à afirmação das tradições e da memória cultural da comunidade. Este processo implica em uma pesquisa de campo, onde são coletados dados diversos, a partir de documentos, entrevistas e passeios.
- b) Reforço na estrutura associativa do local, tanto no âmbito mais institucional, fortalecendo eventualmente as associações e outras organizações pré-existentes, quanto no aspecto mais político, articulando um processo de mobilização local, com vistas a apoiar a organização política dos moradores em torno das suas próprias demandas.
- c) Diagnóstico e planejamento da estrutura da rede local, que se caracteriza pelo mapeamento da produção e do consumo local, sendo o coração da primeira etapa do projeto. Este diagnóstico não se restringe apenas às questões econômicas, mas envolvem também aquelas que são consideradas relevantes pelos próprios moradores, que devem participar da sua organização e execução.
- d) Experimentação de práticas de economia solidária por meio da constituição de empreendimentos. Este eixo é proposto como um dos momentos culminantes do projeto, caracterizando o final do Eco-Luzia I e praticamente todo o Eco-Luzia II. A proposta é que os empreendimentos sejam constituídos pelos seus moradores, que com o apoio dos técnicos da

UFBA, executam a sua gestão. No Eco-Luzia II os empreendimentos formados correspondem àqueles identificados nos seus objetivos específicos, conforme exposto no item anterior.

É importante ressaltar que a implantação de cada empreendimento segue uma linha de ações específicas, que poderiam ensejar, cada um deles, uma descrição sobre o desenho da sua ação, com mais uma série de pontos. Todavia nos limitaremos, nesta seção, a descrever as linhas de ação mais gerais do projeto, evitando estendê-la demasiadamente e retendo-nos ao nosso propósito inicial.

2.2.4 A equipe técnica do projeto

A equipe técnica do projeto possui uma forte característica de interdisciplinaridade, compondo-se a partir de pessoas vinculadas à diversas escolas da UFBA – Universidade Federal da Bahia. São estudantes de graduação, pós-graduação, professores e recém graduados das unidades de Arquitetura, Biologia, Administração, Educação e Medicina. A gestão do projeto é feita a partir da Escola de Administração (EAUFBA), que conta também com a equipe de atuação mais numerosa. As interfaces entre as diversas disciplinas são dadas a partir dos subprojetos (principalmente os surgidos a partir da segunda fase), que possuem suas particularidades individuais.

Assim, o projeto de “Algicultura Solidária”, por exemplo, contou com o apoio do Instituto de Biologia, especialmente a partir dos conhecimentos adquiridos nos últimos anos em torno da questão da algicultura³⁰. A construção do Escola Oficina, por sua vez, apresenta uma forte interface com a Faculdade de Arquitetura, em especial com a experiência do Projeto Escola Oficina de Salvador³¹. Já a interface com a Escola de Educação foi feita mediante uma parceria para o desenvolvimento metodológico da atuação junto ao grupo de jovens de Santa Luzia, com o apoio de bolsistas na área. Por fim, a relação com a Escola de Medicina se dá mediante a atuação de um grupo (professor e alunos) que realiza um trabalho de medicina

³⁰ Estes conhecimentos podem ser ilustrados a partir do projetos de algicultura desenvolvido pelo Programa Brasileiro de Intercâmbio em Maricultura (BMLP) em comunidades do Baixo Sul Baiano, ganhador do Prêmio Bahia Ambiental 2005 na categoria doutorado (ACCIOLY, 2005).

³¹ O projeto Escola Oficina de Salvador adota o modelo do Programa Espanhol *Escuela Taller* que atua, na formação de artesãos para a restauração de edifícios e a construção civil (DOURADO, 2005).

preventiva com as crianças de Santa Luzia³².

Do ponto de vista da Escola de Administração, a contribuição mais relevante ao projeto é o próprio aporte metodológico para o processo de geração de trabalho e renda segundo uma proposta baseada na economia solidária, que perfaz o eixo mais geral de atuação do próprio Eco-Luzia. Com isto faremos, nesta seção, uma descrição mais detida da equipe ligada a esta Escola, especialmente os técnicos, que perfazem uma espécie de “núcleo central” do projeto.

Da perspectiva deste núcleo, a equipe que compôs o Eco-Luzia I foi a mesma que iniciou o Eco-Luzia II, sendo acrescida de profissionais, acadêmicos e estudantes de graduação (estes inseridos na condição de bolsistas de iniciação científica) das diversas áreas citadas acima. Houve, entretanto, após o início da segunda fase, a troca de quatro pessoas do núcleo, ocorrendo uma em outubro de 2006, outra em fevereiro de 2007, uma terceira em março/2007 e finalmente outra em maio/2007. Também houve neste período (final do Eco-Luzia II) a saída de quatro dos cinco estagiários e de outro integrante que participou desta fase.

Tabela 2 - Equipe técnica do projeto Eco-Luzia na sua primeira fase (Eco-Luzia I)

Nome	Formação	Função
Genauto de Carvalho França Filho	Prof. Dr. EAUFBFA	Coordenador Geral
Aguida Pereira de Assis	Estudante administração	Técnico facilitador
Cléber Dias da Silva Júnior	Administrador	Técnico facilitador
Esdras Hoche	Administrador	Técnico facilitador
Luiz Antonio Cravo	Administrador	Técnico facilitador

Tabela 3 - Equipe integrante do projeto Eco-Luzia II e tempo de permanência no projeto

Nome	Formação	Função	Período no projeto (mm/aa)
Genauto Carvalho de França Filho*	Prof. Dr. EAUFBFA	Coordenador Geral	02/05 – atual
Aguida Pereira de Assis*	Administrador	Técnico Facilitador	02/05 – 11/06
Cléber Dias da Silva Júnior*		Técnico Facilitador	02/05 – 02/07
Luiz Antonio Cravo da Costa*		Técnico Facilitador	02/05 – 01/07
Esdras Hoche*	Administrador	Coordenação	02/05 – 04/07
Débora Dourado*	Secretária	Executiva	06/06 – atual
Paulo Everton Simões*	Especializando em administração	Técnico Facilitador	12/06 – atual
Eduardo Vivian da Cunha*	Mestrando em administração	Técnico Facilitador	03/07 – atual

³² Conquanto a formalização de parcerias tenha se dado apenas entre as Escola de Administração, Instituto de Biologia e Faculdade de Arquitetura, as demais contribuições foram também relevantes para o projeto.

Clarissa Almeida*	Estudante de administração	Estagiária Técnico Facilitador	06/06 – atual
Lenira Abreu	Estudante de administração	Estagiária	06/06 – 05/07
Edie Martins	Estudante de administração	Estagiário	06/06 – 05/07
Solange Araújo	Estudante de educação	Estagiária	06/06 – 05/07
Andréa	Estudante de educação	Estagiária	06/06 – 05/07
Solange Campos	Estudante de teatro	Assessora técnica	01/07 – 05/07
Miguel da Costa Accioly	Prof. Dr. Instituto de Biologia	Coordenador proj. algicultura	06/06 – atual
Sérgio Ricardo Costa de Oliveira	Biólogo	Assessoria proj. Algicultura	06/06 – 05/07
Natali Lordelo	Estudante de biologia	Estagiária	06/06 – atual
Guivaldo d’Alexandria Baptista	Prof. Faculdade de Arquitetura	Técnico residente proj. Escola Oficina	06/06 – atual
Luís Carlos Botas Dourado	Prof. Faculdade de Arquitetura	Coordenador proj. Escola Oficina	06/06 – atual
Denílson Freitas França	Estudante arquitetura	Estagiário	03/07 – atual

* Pessoas que compõem o núcleo central do projeto.

Um segundo elemento de destaque nesta equipe é que a maioria dos seus integrantes é proveniente de Salvador, de situações sócio-econômicas e culturais bastante diferenciadas com relação à realidade de Santa Luzia, conquanto não possam ser enquadrados na situação de uma família de classe média típica desta cidade, com algumas exceções. Pelo contrário, alguns são de bairros da sua periferia, o que não autoriza, de qualquer forma, o julgamento de que seja uma condição similar à vivida pela comunidade que estamos estudando. Uma questão que reforça esta diferenciação é que algumas pessoas são do interior do estado, marcando a existência de uma condição de origem diferente da própria região metropolitana de Salvador, onde se insere geograficamente a comunidade de Santa Luzia.

Um terceiro ponto a ser destacado na equipe técnica é a condição da “trajetória de vida” que a maioria se encontra. São estudantes ou recém-formados, solteiros, na faixa etária dos 20 a 30 anos, sendo pessoas mais ou menos no início da sua vida profissional. Observa-se que a aproximação inicial da maioria com o projeto se deu muito mais por questões ideológicas (identificação com a causa) do que pensando na sua “carreira profissional”, tendo em vistas as condições contextuais da Escola de Administração no período³³. A maioria dos técnicos já haviam participando de vários processos de formação e de discussão em torno do tema central

³³ Este projeto surgiu dentro de um ambiente em que já havia um amadurecimento sobre o tema. As discussões sobre a economia solidária se tornaram férteis nos últimos anos dentro da Escola de Administração da UFBA, que já foi responsável por diversas publicações na área (livros e trabalhos científicos) e pela oferta de disciplinas e de atividades curriculares de campo (ACCs) que contemplam o tema.

do projeto, tendo feito parte também, em algum momento, da entidade estudantil BANSOL (Banco Solidário) criada com o apoio de alguns professores da UFBA (e de outras Universidades), com o objetivo de fomentar práticas de economia solidária.

2.3 A CONSTITUIÇÃO DA REDE LOCAL

2.3.1 Panorama histórico do processo

Na Figura 5 abaixo, vemos a linha do tempo do projeto Eco-Luzia em todo o seu percurso, do seu início até o presente e considerando-se também a sua perspectiva de futuro (etapas previstas e/ou em negociação). Temos neste esquema, basicamente, cinco etapas até o presente: a de acontecimentos preliminares, que representa o tempo anterior ao início da execução da primeira fase, indo de agosto/2004 até fevereiro/2005; o projeto Eco-Luzia I, que se insere no período de março/2005 até dezembro/2005; a transição entre as duas fases principais que já foram executadas, de novembro/2005 à maio/2006; o projeto Eco-Luzia II, que compreende o período de junho/2006 à junho/2007 e o período de negociação para a extensão da segunda fase do projeto (Eco-Luzia II), que vai de em julho/2007 a novembro/2007. As fases I e II do projeto já tiveram alguns elementos conceituais colocados mais acima, e faremos aqui apenas uma breve contextualização histórica antes das descrições mais pormenorizadas destas etapas. As que ainda estão por vir não serão discutidas aqui, sendo que alguns dos elementos em planejamento serão apresentados em outra seção, mais adiante.

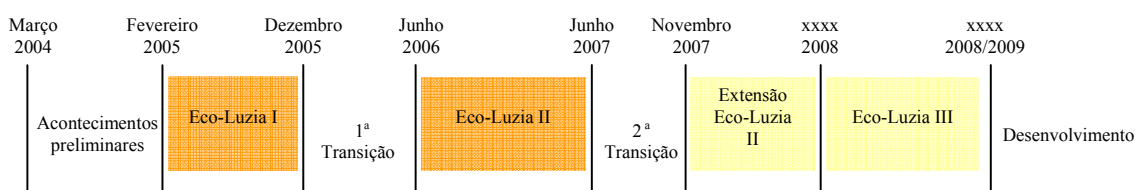


Figura 5 - Linha do tempo do projeto Eco-Luzia

Acontecimentos preliminares

Como referido brevemente na introdução, o projeto Eco-Luzia teve seus contornos iniciados a partir da aproximação de técnicos da Petrobrás com a pessoa que seria posteriormente o coordenador geral do projeto, professor vinculado à Escola de Administração da UFBA. Isto se deu num curso da Universidade Petrobrás, que envolvia uma discussão sobre o tema da economia solidária. A partir daí se iniciou um processo de negociação e articulação, chegando-se ao formato final do do projeto, que iniciou suas atividades em campo em fevereiro de 2005.

Antes desta aproximação inicial, entretanto, houve outro fato relevante que é importante entender, por ter aberto campo para o início do projeto, fazendo com que este se dirigisse para a comunidade de Santa Luzia: diz respeito a um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta – aplicado à Petrobras, e que deveria ser executado nesta comunidade. Este TAC originou-se a partir da descoberta de alguns vestígios deixados pela empresa em uma operação que já estava encerrada a alguns anos na região. O conhecimento da Petrobras sobre o fato se deu por ocasião de um curso dado pela empresa na comunidade, em 2003, quando os moradores apontaram a existência deste material num local específico da comunidade, fato que chamava a atenção dos moradores. Os vestígios que foram analisados diziam respeito a um depósito de betume presente no subsolo. Neste mesmo ano, a empresa fez a limpeza da área e auto denunciou-se ao ministério público, ensejando o acordo referido (TAC).

Depois disto, o processo seguiu para os momentos de negociações. As primeiras delas apontavam para uma indenização de R\$ 300.000,00 (valor da época), associada à construção de 100 unidades sanitárias na comunidade de Santa Luzia (basicamente uma por residência). Neste momento, o processo envolveu também a Fundação CRE. Esta primeira proposta de acordo não foi firmada pelos moradores, que se baseavam no argumento de que isto não atendia as necessidades da comunidade, que não contava sequer com uma rede de saneamento básico. O TAC se converteu então, de ambiental para civil³⁴, e passou a contemplar a construção de 23 unidades habitacionais, formato que foi aceito pela comunidade e sancionado pelo ministério público estadual da Bahia, em Simões Filho.

Antes da construção efetiva das casas, e em função de demanda apresentada pela própria

³⁴ O Sr. Roque aponta que outra possibilidade levantada foi, por exemplo, o plantio de árvores na região, mas isto, segundo ele não perfazia uma prioridade, pois Santa Luzia não vive problemas associados ao desmatamento.

comunidade, referente à realização de ações mais consistentes e que produzissem uma melhora de vida de longo prazo no local³⁵, a Petrobras inseriu a proposta do projeto Eco-Luzia junto com a do TAC. Embora estes dois processos fossem encadeados, já que o TAC foi o fator que levou a Petrobras a apoiar o projeto, as propostas começaram, a rigor, separadas. Elas foram fundidas após alguns avanços no processo de definição, junto à comunidade, de detalhes referentes à construção das 23 unidades habitacionais e após o início das atividades do projeto Eco-Luzia. Esta junção ocorreu, então, na segunda fase deste projeto, quando a proposta do TAC foi inserida como um empreendimento de “construção habitacional”, que formaria uma cooperativa múltipla de serviços e comporia a rede de economia solidária do local.

Um segundo episódio associado às negociações do TAC, e que merece destaque, é referente à infra-estrutura que deveria se instalada no novo condomínio que seria construído. A prefeitura foi chamada à discussão para realizar esta obra, perfazendo uma espécie de contraparte ao processo. Estas negociações se estenderam até após o início da segunda fase do projeto, quando se concluiu que a prefeitura não faria o investimento. A Petrobras assumiu, então, este compromisso, sendo a atividade de construção da infra-estrutura absorvida pelo projeto e entrando, assim, na sua dinâmica de execução.

Eco-Luzia I: diagnóstico, planejamento e constituição das primeiras iniciativas da rede

A primeira fase do projeto Eco-Luzia, iniciada em março de 2005, contou com um processo centrado principalmente na mobilização e articulação da comunidade, que foi subsidiado por uma metodologia de intensa reflexão dos moradores sobre a própria realidade. Dentro desta perspectiva, foram realizados cursos de formação e sensibilização em Economia Solidária e em associativismo, partindo-se, inclusive para um processo de reorganização da estrutura associativa local³⁶. Complementarmente, foi feita também uma pesquisa histórico-cultural na localidade, em que foram envolvidos principalmente os jovens nas atividades previstas, e que teve como produto principal um relatório sobre a história da comunidade, utilizado aqui como um documento de trabalho (FRANÇA FILHO e DIAS, 2005).

³⁵ Segundo Sra. Rita, esta demanda foi feita diretamente à Petrobras antes do início da construção das casas.

³⁶ É importante salientar, todavia, que a estruturação associativa não teve a profundidade esperada nesta primeira fase, por dificuldades que foram apresentadas no decorrer do processo. Esta reestruturação se completou na segunda fase, com a constituição de um CDS – Centro de Desenvolvimento Solidário, como se verá mais adiante.

A definição das demandas locais, que serviu de subsídio para o planejamento da rede, contou principalmente com o suporte do mapeamento da produção e do consumo local. O processo de construção deste novamente teve uma participação dos jovens da localidade, contando também com o apoio de estudantes de graduação da Escola de Administração da UFBA, vinculados ao Bansol. Este processo gerou também um documento formal, que apresenta uma radiografia social e econômica de Santa Luzia (ECO-LUZIA, 2005a).

Ainda nesta fase surgiram as iniciativas experimentais do banco comunitário (outubro/2005), do mercadinho comunitário (que surgiu em dezembro/2005 e que seria organizado posteriormente sob a forma de cooperativa de consumo) e do grupo de jovens (agosto/2005), sendo a primeira originada da proposta inicial do projeto, e as demais de necessidades identificadas no processo.

Primeira transição: arrefecimento do processo e expectativas

Este período se deu entre as duas fases principais do projeto, e foi caracterizado por um “arrefecimento” do processo de incubação. Esta fase, de sete meses, ocorreu devido aos trâmites associados à renovação do convênio entre o financiador e o executor do projeto e se caracterizou pela ausência de recursos externos para a condução das atividades.

Isto provocou uma redução da carga de trabalho do projeto, gerando consequentemente a redução na velocidade das suas ações. Sem embargo, as iniciativas que haviam se iniciado no final da primeira fase (banco comunitário, mercadinho e grupo de jovens), continuaram a ser tocadas pelos integrantes destes empreendimentos no local, contudo não sem as dificuldades que seriam previsíveis pela diminuição do processo de acompanhamento. As maiores dificuldades foram sentidas especialmente pelo grupo de jovens, que viu alguns de seus membros desistirem e as reuniões se tornarem mais esparsas com o passar do tempo.

Devido ao afastamento provisório provocado por este período de transição, o primeiro mês do Eco-Luzia II foi dedicado a uma reaproximação entre os atores do processo e a uma remobilização da comunidade. Este momento de retomada aconteceu, contudo, sem dificuldades³⁷, já que muitos em Santa Luzia aguardavam com expectativa e confiança o seu reinício. Houveram, evidentemente, alguns rumores no local de que o projeto não seguiria, mas estas informações partiam, principalmente, daqueles que não estavam acompanhando de

³⁷ Segundo notas dos relatórios do projeto Eco-Luzia II.

forma mais próxima o andamento do processo.

Eco-Luzia II: constituição das iniciativas em caráter definitivo

Após a regularização do convênio, o projeto seguiu, então, para a sua segunda fase, que se iniciou em junho de 2006. Deu-se, então, o acompanhamento e a implantação efetiva dos empreendimentos, incluindo-se aí as novas experiências da Algicultura Solidária, do CDS – Centro de Desenvolvimento Solidário e a inserção da construção das unidades habitacionais, que foi abrigada sob o projeto denominado “Escola-Oficina”. O primeiro destes novos projetos (Algicultura Solidária) foi desenhado juntamente com o Instituto de Biologia, em função da potencialidade do cultivo de algas marinhas na região. Este cultivo pode permitir que, ao mesmo tempo em que as pessoas adquiram uma renda, haja a despoluição das águas do mangue, extremamente degradada pelos dejetos de esgoto urbano e pelos resíduos industriais da região. Já o projeto do CDS surgiu da necessidade de se reestruturar o associativismo local, já que se observou que a associação existente não dava conta das demandas do projeto. Por fim, o Escola-Oficina foi idealizado em parceria com a Faculdade de Arquitetura da UFBA, e visava a criação de um processo de aprendizado, que seria vivido na construção das unidades habitacionais.

Esta fase representou, então, a retomada da velocidade das atividades de constituição da rede local, inclusive com uma intensa divulgação dos empreendimentos e remobilização da comunidade e principalmente dos agentes locais. Com ela, deu-se a expansão das atividades do banco comunitário, que ampliou significativamente a sua carteira de usuários e o seu volume de empréstimos; consolidou o uso do cartão de crédito e iniciou a circulação da moeda social local. Também propiciou o início da articulação do banco com espaços fora da comunidade, como é o caso da rede nacional de bancos comunitários. Iniciou-se também, junto ao mercadinho, o processo de formalização da cooperativa de consumo (que envolveu desde a articulação dos moradores até a legalização propriamente dita); o aprimoramento das ferramentas de gestão e a construção de um novo espaço para abrigar as suas instalações. Junto ao CDS, novas parcerias foram realizadas e intensificou-se as atividades de trabalho sobre as demandas da comunidade, promovendo a articulação política dos seus moradores e desta entidade com algumas instituições públicas, principalmente o governo municipal. O grupo de jovens teve vários momentos de encontros, em que foram produzidas edições do jornal da localidade (idéia que surgiu nas oficinas de associativismo), constituído um empreendimento; promovidos eventos e construída uma peça teatral, que já foi apresentada

em algumas ocasiões.

Os projetos de Algicultura e de Escola-Oficina apresentaram, por sua vez, atrasos no início das suas atividades principais. No primeiro deles, a razão principal foi a dificuldade em se construir o módulo para o plantio experimental, já que este era removido por pescadores da região, sendo ele instalado no quinto mês do projeto; já no segundo (Escola-Oficina), outras razões imperaram, como o atraso na liberação do alvará municipal para construção das casas, que se deu apenas em março/2007.

Por fim, esta fase contou com a participação mais efetiva de outros membros da comunidade, que passaram a integrar os empreendimentos então criados, inserindo-se a partir de um processo de auto-seleção. De forma resumida, nesta fase do projeto 16 pessoas de Santa Luzia atuaram diretamente nos empreendimentos (os denominados, neste trabalho, de “agentes locais”), sem considerar o Grupo de Jovens e o projeto Escola-Oficina.

Segunda transição: momento de redefinições e de novas expectativas

O segundo momento de diminuição nas atividades do projeto teve contornos um pouco diferenciados do primeiro. Podemos apontar cinco fatores, sendo que o primeiro deles, é que ela ocorreu em meio às negociações pelo aditivo de extensão de prazo e de valor do Eco-Luzia II, processo que começou cerca de seis meses antes da finalização da segunda fase e que foi concluído em novembro/2007. Isto se deu principalmente pela inclusão do projeto de infra-estrutura para o condomínio das unidades habitacionais³⁸. Um segundo fator foi que os recursos não haviam acabado definitivamente, o que permitiu que muitas atividades pudessem continuar no seu processo de execução, em especial àquelas associadas à construção das casas, no sub-projeto Escola-Oficina. Por fim, houve uma continuidade maior do apoio da equipe técnica em relação à primeira transição, embora com a intensidade diminuída com relação à segunda fase. Este acompanhamento foi facilitado pelo apoio de outro financiador do processo, nomeadamente a FAPESB.

O quarto fator foram as mudanças que se deram nesta fase. Houve uma recomposição de parte da equipe técnica, em função das saídas que se iniciaram no final de 2006. No âmbito da comunidade, por sua vez, ocorreu a saída de um agente de um dos empreendimentos (este representou o segundo caso deste tipo, pois até então uma agente havia saído no início da

³⁸ Já que, como foi visto logo acima, a Petrobras teve de assumir esta responsabilidade em função do recuo da Prefeitura Municipal de Simões Filho.

segunda fase do projeto, por motivo de mudança).

O quinto fator que marcou esta fase foram as expectativas com relação ao andamento dos trabalhos que haviam sido iniciados. Ocorreu algo similar na primeira transição, entretanto, as desta etapa se movimentaram em torno do andamento da construção das unidades habitacionais, da mudança de sede do mercadinho, do estudo sobre a viabilidade do cultivo de algas (projeto de algicultura) e das expectativas do grupo de jovens, em função da demanda por acompanhamento técnico específico (de um profissional de teatro, por exemplo).

2.3.2 As construções do Eco-Luzia I

Serão apresentadas nesta seção as quatro ações mais gerais do projeto Eco-Luzia I, que são: o processo de mobilização e sensibilização ao tema da economia solidária, o processo de reestruturação associativa, a realização do mapeamento da produção e do consumo local e a constituição de iniciativas em fase experimental.

2.3.2.1 O processo de mobilização e sensibilização

A mobilização e a sensibilização da comunidade de Santa Luzia foram as primeiras atividades desenvolvidas dentro do projeto Eco-Luzia. De forma mais detalhada, as ações que foram executadas neste processo foram: a) a elaboração de um Marco Zero; b) realização do 1º seminário de mobilização; c) um processo de formação e sensibilização em Economia Solidária e d) realização de uma pesquisa histórico-cultural.

Antes da elaboração do marco zero, ocorreram, todavia, algumas reuniões preparatórias, com toda a comunidade, envolvendo as apresentações do projeto, as discussões sobre o primeiro seminário de mobilização e a coleta de informações para a confecção do próprio marco zero. Este relatório teve, então, por objetivo fazer um nivelamento de informações e de percepções por parte da equipe técnica, permitindo a preparação para a atuação em campo, por meio do delineamento prévio de parâmetros e ações que deveriam ser realizadas. Apesar de a avaliação feita pela equipe ser de que ele não tenha cumprido plenamente o objetivo

inicialmente previsto, por ter trazido um diagnóstico inicial que se mostrou muito superficial, ele parece ter fornecido elementos para a aproximação da equipe técnica com os moradores. Além disto, permitiu algum conhecimento sobre a realidade local, já que foi construído em conjunto com os moradores, nas reuniões gerais e a partir de visitas a campo (onde foram realizadas atividades como caminhadas e conversas informais). Este relatório, que foi finalizado cerca de um mês após o início das atividades, estava estruturado nas seguintes partes: aspectos econômicos, estrutura de apoio, disponibilidade de tempo da comunidade, transporte, alimentação, relação da comunidade com outros projetos e/ou outras organizações, projetos e/ou organizações parceiras do Eco-Luzia, agentes locais de apoio, algumas impressões sobre a comunidade e por fim, algumas sugestões³⁹.

O seminário geral de abertura (que ocorreu no final do primeiro mês do projeto, em março/2005) foi realizado também com grande interação entre a equipe técnica e os moradores, já que as atividades de organização do mesmo foram divididas entre todos. Estas atividades foram aparentemente realizadas com grande envolvimento e muito cuidado por parte dos moradores, levando os técnicos a se surpreenderem e avaliarem que a tarefa havia sido realizada com “cuidado e eficiência”⁴⁰. Deve-se destacar, também, que este cuidado e esforço (que extrapolaram a realização do seminário geral, atingindo muitas outras atividades do projeto) também puderam ser percebidos dentro da equipe técnica, pelos produtos que foram gerados no processo e pela descrição do momento, feita por eles mesmos. Em suma, o seminário geral parece ter sido um momento de alimentação das expectativas e de criação de um clima positivo em torno da execução do projeto nascente.

As oficinas de sensibilização em economia solidária, por sua vez, parecem ter seguido com o mesmo espírito, embora a sua proposta se revestisse de uma atuação mais distendida no tempo (foram oito encontros com as turmas no turno da tarde e dez com a turma do turno da noite). Um dos fatores que mais chama a atenção nestes processos é a afluência das pessoas às reuniões preparatórias, ao seminário de lançamento do projeto, às oficinas e à maioria das atividades que foram realizadas com a comunidade. As reuniões gerais contavam com uma participação de até 60 pessoas (com uma média mensal variando de 35 a 50 moradores durante toda a primeira fase) e as oficinas de sensibilização tiveram 85 concluintes (três turmas) com um total de 94,4% de assiduidade. Isto representa, respectivamente, 17% e 24%

³⁹ O conteúdo do Relatório de “Marco Zero” pode ser visto no Anexo B

⁴⁰ Segundo dados dos relatórios do projeto (ECO-LUZIA, 2005f).

da população total do bairro, número que pode ser considerado expressivo se entendermos que as crianças e os mais idosos normalmente não participavam destes momentos (embora eles contassem com uma expressiva participação dos jovens maiores de 12 anos)⁴¹.

Por fim, as atividades de pesquisa histórico-cultural tiveram a sua realização permeando boa parte da primeira fase do projeto, do seu segundo mês até o sétimo. Ela se iniciou com atividades de constituição e preparação da equipe que realizaria a pesquisa (que contou com 25 pessoas, incluindo-se equipe técnica e os moradores, que eram principalmente jovens), passando a um processo de pesquisa documental, de um passeio histórico na comunidade, de entrevistas com os moradores mais antigos do bairro e culminando com a realização de ateliês que promoveram a devolução dos resultados e a sua discussão com os moradores de Santa Luzia. Este processo gerou ainda um documento, que é um livreto contendo a história do bairro a partir dos dados desta pesquisa (FRANÇA FILHO e DIAS, 2005). A finalização da pesquisa contou ainda com a publicação do jornal “A volta do carteiro” e com o lançamento final da logomarca do projeto, que havia sido escolhida a partir de um concurso realizado na comunidade, e que pode ser visualizada na Figura 6.



Figura 6 - Logomarca do projeto Eco-Luzia, escolhida por concurso durante o Eco-Luzia I

⁴¹ Dados retirados dos relatórios do projeto (ECO-LUZIA, 2005f), e de conversas e entrevistas com participantes.

2.3.2.2 O processo de reestruturação associativa

As atividades de reestruturação associativa ocorreram logo após a realização das oficinas de sensibilização em economia solidária. Compuseram este trabalho duas ações gerais, que foram um curso sobre associativismo e um trabalho de reestruturação do associativismo local, em que seriam trabalhadas as questões legais da associação e a formação e organização do conselho gestor.

Com relação ao curso, o que se viu foi algo muito similar ao ocorrido nos processos de sensibilização e no seminário geral, ou seja, houve uma participação muito grande das pessoas e uma boa frequência ao curso. Neste caso, foram 70 concluintes (frente a 94 inscritos) distribuídos em três turmas (uma vespertina e duas noturnas), com 70,5% de frequência. O curso contou com uma carga horária de cerca de 30 horas, distribuídas em 12 encontros. Apesar da menor frequência, a equipe técnica registrou maior participação neste curso, ou seja, a interação entre os cursistas e destes com a equipe foi mais intensa. Houve, segundo os relatos, um interesse grande pelo tema, o que permitiu que houvesse uma profunda discussão sobre a questão associativa de Santa Luzia. Um dado sobre a evolução na participação é que a maior parte dos participantes deste curso era egressa do curso de sensibilização em economia solidária.

Um dos principais produtos gerados por este curso foi o próprio grupo de jovens, que se formou a partir da turma em que ficaram concentrados os alunos com idade entre 12 e 21 anos. Outros produtos que surgiram (das outras duas turmas) foram um painel com a história do associativismo local e um plano de ações para a associação de Santa Luzia (Persistir para Crescer), que foi em parte executado, principalmente no que diz respeito à reforma do seu espaço físico.

O processo de reestruturação, por sua vez, foi realizado de forma diferente do planejado. As discussões em torno da associação local, que estavam previstas no projeto original, foram incluídas dentro do próprio curso de associativismo, devido às contingências relativas ao tempo do processo⁴². O conselho gestor não foi criado como o previsto, já que a comunidade já contava com um, que havia sido criado por ocasião do TAC da RDM. Este era conhecido

⁴² Uma outra atividade, capitaneada pela ONG Arana, e que envolvia a realização de um curso de educação ambiental estava em execução de forma simultânea na comunidade.

como “conselho gestor das casas” e se destinava a organizar as discussões em torno deste TAC e da execução da construção das unidades habitacionais⁴³. Assim, para se evitar a sobreposição de atividades, se julgou que a constituição de um conselho gestor específico para o projeto não deveria ser realizada no momento.

De qualquer forma, e em função das dificuldades vividas pela associação então existente, que parecia perder legitimidade frente à comunidade, foi criada uma nova instância jurídica associativa ao final do Eco-Luzia I, que assumiria o papel deste conselho gestor: o CDS – Centro de Desenvolvimento Solidário. Esta nova instituição não eliminou a Associação, mas assumiu um papel mais abrangente que ela, já que a própria passou a ser um membro associado seu, assim como os outros empreendimentos e iniciativas que foram criados na rede local (especialmente na segunda fase do projeto). Dessa forma ele passou a fazer o papel que seria destinado ao conselho gestor.

2.3.2.3 A realização do mapeamento da produção e do consumo local

O mapeamento pode ser considerado o “coração” da primeira fase do processo de intervenção, por quatro razões principais. Primeiro, é dele que saem algumas das principais informações para o planejamento das atividades que estão por vir, no sentido de identificar quais os empreendimentos devem ser apoiados na comunidade, em função da articulação conjunta da oferta e demanda do local. Segundo, o mapeamento permite que o banco comunitário direcione suas linhas de crédito, “investindo”, naqueles empreendimentos que tem maiores possibilidades de sucesso ou que representem demandas mais urgentes da comunidade. Terceiro, ele pode permitir que sejam reduzidos custos de operação dos empreendimentos, dando subsídios para que eles se articulem nos processos de compras, venda ou outras atividades solidárias, constituindo-se, como um instrumento para a promoção da sua aproximação mútua. Por fim, o mapeamento pode ser ainda uma ferramenta para a comunidade conhecer melhor a si mesma, não só no que diz respeito às questões econômicas, mas também sociais, culturais, ambientais e quaisquer outras que se queira, identificando, de forma precisa, eventuais dificuldades e potencialidades que estão presentes no local.

⁴³ Conforme nos informa Sra. Rita, moradora da comunidade.

As atividades do mapeamento foram divididas em quatro frentes principais: a) Identificação e capacitação dos Agentes de Socioeconomia Solidária⁴⁴ e elaboração do questionário de pesquisa; b) Aplicação dos questionários⁴⁵; c) Levantamento de dados sobre a capacidade produtiva; d) tabulação e análise dos dados do mapeamento; e) seminário de devolução dos resultados à comunidade e de planejamento das iniciativas a serem criadas.

A equipe do mapeamento foi formada por jovens da comunidade, estudantes da Escola de Administração da UFBA, vinculados ao Bansol e por membros da equipe técnica. Esta equipe foi dividida em dois grupos, sendo um responsável pelas atividades de campo, ou seja, pela aplicação dos questionários, onde estavam alocadas a maioria das pessoas, e outro pelo apoio. A oficina de capacitação, por sua vez, teve uma programação de três tardes, e foram discutidos, no seu âmbito, questões mais gerais em torno da economia solidária, questões específicas do mapeamento e assuntos referentes ao comportamento do agente nos momentos da realização da entrevista. Foram também construídos os questionários, que foram aplicados e avaliados no pré-teste.

A segunda etapa do mapeamento, que foi a aplicação dos questionários, transcorreu em um tempo menor do que o previsto (eles foram aplicados em apenas dois dias), cumprindo a proposta da realização de uma cobertura censitária da comunidade. Foram feitas ainda algumas observações sobre as dificuldades encontradas neste processo⁴⁶: a) alguns domicílios foram encontrados fechados, obrigando o pesquisador a retornar em outro momento; b) alguns entrevistados se mostraram desmotivados e dispersos durante a entrevista pela extensão dos questionários e pela natureza das perguntas; c) muito tempo foi tomado nas entrevistas, devido à dificuldade de obtenção de informações precisas e d) a construção das unidades habitacionais associadas a outro projeto⁴⁷ estava ocorrendo de forma simultânea, o que obrigou muitos entrevistadores a aplicar os questionários aos moradores que participavam do mutirão nos seus horários de almoço. Isto desfavoreceu o processo, pois as pessoas entrevistadas dispunham de menor tempo para dar suas respostas. Dois outros fatores, que estão ligados aos anteriores chamaram a atenção na aplicação dos questionários: primeiro foi

⁴⁴ Outra denominação para o que viemos até então chamando de “agentes locais”.

⁴⁵ Esta atividade é em muitos momentos designada como o próprio mapeamento. Optamos aqui por nos referirmos tão somente à “aplicação dos questionários” por entendermos que o conceito de “mapeamento” corresponde a todas as atividades descritas nesta seção.

⁴⁶ Informações retiradas do documento do mapeamento (ECO-LUZIA, 2005a).

⁴⁷ Projeto desenvolvido pela Fundação CRÊ, que se referia à construção das casas referentes ao TAC da empresa RDM.

a dificuldade em ajustar as informações de consumo e de renda de algumas famílias, cujos valores não fechavam perfeitamente e segundo foi a observação de que a maioria dos produtores (ou prestadores de serviço) da comunidade não conseguiam precisar informações sobre o seu empreendimento, denotando um baixo conhecimento sobre a maioria das ferramentas de gestão.

A terceira atividade se concentrou, basicamente, na pesquisa de dados secundários sobre Santa Luzia e região. Estes dados compuseram um quadro contextual da realidade local, que ajudou a alimentar os relatórios finais do projeto, em especial o do mapeamento e o da história da comunidade⁴⁸. O relatório do mapeamento foi construído, ainda, a partir da atividade de tabulação e análise dos dados (que é a quarta ação geral prevista no processo de realização do mapeamento), sendo realizada basicamente por pessoas da equipe técnica.

Por fim, o seminário de devolução não teve uma execução formal. A validação e a divulgação dos resultados foram feitas basicamente por meio das reuniões gerais. Estes espaços serviram também para a definição dos novos empreendimentos a serem apoiados na segunda fase do projeto. Assim, como estas reuniões eram freqüentes e sempre muito concorridas, e como foi possível realizar todas as discussões previstas no seminário, julgou-se que este se tornaria desnecessário.

2.3.2.4 A constituição de iniciativas em fase experimental

As iniciativas que surgiram nesta fase, de forma experimental, foram o banco comunitário, o mercadinho comunitário e o grupo de jovens. A única prevista inicialmente pelo projeto era a primeira, sendo que as demais foram instituídas a partir das demandas identificadas no processo, conforme dito mais acima.

O banco comunitário surgiu inicialmente oferecendo apenas os serviços de microcrédito, nas modalidades de consumo e produção, com um fundo rotativo de R\$ 1.790,00 que representou, após um mês de operação, um volume de R\$ 1.014,50⁴⁹. O seu lançamento se deu, juntamente

⁴⁸ Respectivamente Eco-Luzia (2005a) e França Filho e Dias (2005).

⁴⁹ Esta redução se deu por um apoio financeiro para a legalização do CDS e pelos recursos gastos no processo de experimentação da moeda social.

com o mercadinho comunitário, na Feira de Economia Solidária de Santa Luzia, em 18 de dezembro de 2005, por meio da concessão de empréstimos para os produtores e os consumidores, financiando a própria realização da feira⁵⁰. Para a sua constituição, foram realizadas oficinas específicas sobre bancos comunitários, que contou com o apoio do Instituto Banco Palmas, que é ligado ao Banco Palmas, de Fortaleza/CE⁵¹. Em função deste apoio, foram realizadas duas visitas importantes para a definição das metodologias de atuação e para o início das atividades do banco.

Esta fase inicial do banco, que vai até o início do Eco-Luzia II, pode ser considerada de operação mais tímida quando comparada à fase seguinte, especialmente se tomarmos como referência questões como quantidade de empréstimos, estruturação da gestão, linhas de crédito disponíveis e outros serviços que passaram a ser oferecidos quando houve a estruturação definitiva das suas atividades⁵². Nesta fase, o limite máximo para empréstimo era de R\$ 50,00, e apesar de permitir outras modalidades de crédito, os empréstimos se concentraram principalmente na do tipo consumo (72,6% em número)⁵³. Vale ressaltar, entretanto, que neste período 73 pessoas diferentes fizeram uso do Banco Comunitário, perfazendo um total de 20% da população local ou de 37% das pessoas aptas a tomarem empréstimos⁵⁴. O volume de créditos concedidos foi de R\$ 6.935,00, em 234 operações, o que representa uma média de R\$ 29,64 por tomador de empréstimo. Isto representou um giro do fundo de 3,87 ou 6,83 vezes, dependendo do valor base que se utilize (respectivamente, R\$ 1.790,00 e R\$ 1.014,50).

O mercadinho comunitário, por sua vez, iniciou as suas atividades com a compra de um estoque inicial de produtos e com a aquisição de alguns equipamentos básicos, considerados necessários para o seu funcionamento. Inicialmente, seu sistema de operação era similar a um mercado convencional, ou seja, atuava comprando e revendendo os produtos. A sua gestão,

⁵⁰ Esta dinâmica de participação na feira se repetiu em todas as demais realizadas em Santa Luzia, no âmbito do projeto.

⁵¹ O Banco Palmas, surgido em 1998, é a iniciativa considerada pioneira em termos de bancos comunitários no Brasil (ver SILVA JÚNIOR, 2004).

⁵² Os dados podem ser comparados a partir da Tabela 5 (mais adiante no texto) e dos textos descritivos na sequência.

⁵³ Os demais tipos representaram (em número): 7,7% para produção e prestação de serviços, 17,9% para pagamento de dívidas e 0,4% para reforma de moradia (HOCHE, 2006).

⁵⁴ Com idade superior a 18 anos, conforme as regras que vigoraram neste período. Pode-se inferir, a partir da interpolação linear dos dados sobre a faixa etária de Santa Luzia, contidos no mapeamento da produção e do consumo local (ECO-LUZIA, 2005a), que a população com idade maior do que 18 anos é de 195 pessoas.

todavia, era diferenciada, pois desde o início o empreendimento vem se firmando enquanto uma iniciativa comunitária, submetida ao controle coletivo da comunidade, principalmente por meio das reuniões gerais do projeto.

Sobre a sua operação, ainda, o mercadinho contava inicialmente com três colaboradores da comunidade, sendo um deles com dedicação maior de tempo, por ter já uma experiência anterior em empreendimento similar, dentro da própria comunidade. Este fato trouxe um duplo benefício: um do ponto de vista do mercadinho, que pôde contar com uma pessoa experiente para o início das suas operações e outro do ponto de vista deste próprio trabalhador, que era um pequeno empreendedor do local (tinha um pequeno estabelecimento – “venda” – na comunidade), podendo adquirir uma renda mais estável e evitando-se a concorrência que poderia ser prejudicial ao seu estabelecimento.

Por fim, o grupo de jovens, que foi, ao mesmo tempo uma demanda observada na comunidade e uma possibilidade de articulação de um processo de formação daqueles que representam o futuro do local, parece ter surgido de um processo que já vinha amadurecendo em Santa Luzia desde o início do projeto, culminando no curso de associativismo. Os jovens já vinham se envolvendo ativamente em outras atividades, como na pesquisa histórico cultural, ou como nas reuniões gerais e nos cursos. Assim, na inscrição para o curso de associativismo, houve uma procura especialmente grande de pessoas com idades entre 12 e 21 anos, a ponto de ser constituída uma turma específica para este público. Apesar das dificuldades encontradas em se trabalhar o tema associativismo com esta turma, pelo desinteresse apresentado algumas vezes pelos jovens, o produto gerado por este grupo, que incluiu uma carta de princípios e um regimento interno do grupo, pode ser considerada uma aplicação concreta do assunto tratado.

Da mesma forma que os demais empreendimentos, o grupo de jovens também começou as suas atividades de maneira bastante incipiente neste momento, vindo a estruturar-se de forma mais consistente após o início da segunda fase. Esta iniciativa, particularmente, teve mais dificuldades no seu início, principalmente pelo ineditismo da proposta (nem Santa Luzia nem os jovens contavam com um histórico de organização coletiva) e pelas dificuldades materiais dos primeiros meses, em que não havia recurso para o acompanhamento técnico ou para a realização de atividades⁵⁵. Vale ressaltar, contudo, que o grupo já contava, no final da primeira fase, com a proposta estruturada para a sua atuação, em formato de um projeto,

⁵⁵ Decorrente da “fase de transição” no processo, conforme relatado anteriormente.

originado justamente do produto do curso de associativismo. Por fim, o grupo era composto, no seu início, por 14 jovens, de faixa etária variada.

2.3.3 As construções do Eco-Luzia II

Neste item serão descritas as ações associadas a cada um dos empreendimentos criados na segunda fase, que representam os cinco eixos de ação principal do Eco-Luzia II: a) a constituição do CDS (Centro de Desenvolvimento Solidário), b) a constituição do Banco Comunitário, c) a constituição do grupo de jovens, d) a constituição do mercadinho comunitário, e) a realização do projeto de Algicultura Solidária e f) o desenvolvimento do projeto Escola-Oficina.

Cada um dos quatro primeiros projetos (CDS, Banco Comunitário, Mercadinho Comunitário e Grupo de Jovens), por serem constituídos já com caráter permanente, contou com a construção de uma identidade visual representada por uma logomarca. Esta logo foi construída por uma organização especializada⁵⁶ juntamente com os agentes de cada empreendimento e com os técnicos do projeto. Estes desenhos podem ser visualizados na Figura 7.

As descrições que se apresentam neste item contemplam ações que se reportam ao início da segunda fase do projeto indo até dezembro/2007. Elas farão referência, todavia, à algumas ações que se confundem com o presente, devido à atualidade desta fase (estamos no meio da extensão do Projeto Eco-Luzia II).



Figura 7 - Logomarcas dos empreendimentos da rede. Respectivamente, da esquerda para a direita: CDS, Banco Comunitário, Mercadinho Comunitário e Grupo de Jovens

⁵⁶ Colivre – Cooperativa de Tecnologias Livres, situada em Salvador.

2.3.3.1 A constituição do CDS – Centro de Desenvolvimento Solidário

O CDS foi constituído legalmente pouco antes do início da segunda fase do projeto, ainda no período do “primeiro interregno”. Ele foi pensando para ser uma espécie de “instância maior de organização sociopolítica dentro da comunidade e símbolo de fortalecimento do associativismo local” (FRANÇA FILHO, 2005, p.1), funcionando como um Conselho Gestor no bairro de Santa Luzia. Ele se propôs, assim, a ser um espaço público para discussão dos problemas associados à Santa Luzia e para a articulação das propostas relacionadas a sua solução. Além disto, ele foi criado para congregar e articular as diversas entidades e organizações comunitárias de Santa Luzia, principalmente aquelas vinculadas à rede local de economia solidária⁵⁷. A sua atuação enquanto organizador sociopolítico da comunidade se desdobra de forma mais concreta no caso do Banco Comunitário, o qual abriga juridicamente, participando diretamente do seu processo de gestão.

O CDS começou as suas operações de forma mais efetiva em maio de 2006 (início do Eco-Luzia II), com quatro colaboradores de Santa Luzia (agentes locais) e um técnico da equipe de incubação designado para o acompanhamento mais efetivo das suas atividades. No âmbito da sua gestão, esta associação é composta por uma coordenação executiva que se desmembra em quatro coordenações, que foram ocupadas por cada um dos agentes locais: Coordenação Geral, Coordenação Administrativo-financeira, Coordenação de Projetos e Coordenação de Capacitação e Gestão do Conhecimento. Estas coordenações são compostas de membros eleitos através de voto dos associados, que são os representantes dos empreendimentos da rede local.

Além do seu objetivo geral, vinculado à referida idéia de articulação dos empreendimentos da rede local e de abrigo do banco comunitário, o CDS possuía três objetivos específicos norteadores (ECO-LUZIA, 2005c): a) promover uma articulação das entidades locais em torno de projetos comuns, tendo como base os princípios de participação e solidariedade, com vistas à sustentabilidade da rede; b) estabelecer intercâmbio e parcerias com organizações públicas e privadas; c) formular, incentivar e apoiar políticas públicas que afetem o local, no

⁵⁷ Estatutariamente, são membros associados do CDS todos os empreendimentos ou projetos de Santa Luzia, em especial os vinculados ao projeto Eco-Luzia. Sua representação se dá por meio de três pessoas físicas formalmente indicadas por cada um dos empreendimentos. Atualmente são associados ao CDS o Banco Comunitário, o Mercadinho Comunitário, o Grupo de Jovens, a Associação de Moradores Persistir para Crescer e o projeto Algicultura Solidária.

que toca a questões vinculadas à preservação e recuperação do meio ambiente.

Podemos, assim, classificar as atividades realizadas pelo CDS a partir dos objetivos específicos citados acima. Com relação ao primeiro deles, destacam-se quatro atividades neste período: a realização da articulação dos empreendimentos, a promoção de feiras solidárias no local, a parceria com a associação de moradores da comunidade de Mapele (AMAPELE) e a realização de oficinas de capacitação específicas. A articulação dos empreendimentos se deu principalmente por meio de reuniões periódicas internas juntamente com as iniciativas da rede local, reuniões estas que foram estabelecidas para a troca de informações e planejamento de ações, numa espécie de “fórum local”. A sua atuação neste ponto supera, entretanto, a de um articulador externo, já que os próprios membros do CDS (coordenadores executivos) têm participado com alguma regularidade das atividades dos demais empreendimentos. Neste sentido, chama a atenção, em especial, a atuação junto ao projeto do Escola-Oficina, em que um dos membros do CDS presta um vital apoio nas atividades deste projeto, principalmente no que diz respeito à questões administrativas. Com relação aos demais empreendimentos, os agentes do CDS participam, com uma frequência variada, de reuniões e eventos específicos que ocorrem, como por exemplo, as reuniões do comitê de crédito do banco, algumas reuniões internas do mercadinho comunitário, algumas ações do grupo de jovens e atividades do projeto de algicultura. Ainda no que toca ao processo de articulação da rede, temos uma atividade corrente do CDS que se refere à questão da intermediação financeira do projeto, frente a algumas despesas que são feitas na comunidade, como por exemplo, o pagamento de bolsas para os agentes locais e a contratação de alguns serviços específicos.

Com relação às feiras, foram promovidas duas delas durante o período do Eco-Luzia II (além de uma na fase anterior, ao seu final, conforme relatado mais acima). Estas contaram inclusive com a participação de empreendedores das comunidades vizinhas, perfazendo um momento de socialização, de participação cultural e de lazer dentro da comunidade. Do ponto de vista do seu planejamento, elas contaram com a construção conjunta de questões como missão, visão, valores e plano de ação, que projetou atividades definidas para cada uma das partes envolvidas na execução da feira. As tarefas foram ainda divididas segundo comissões (divulgação, organização e cultura na primeira e divulgação, organização e programação na segunda) para a execução das atividades previstas. Esta atividade teve por fim, além da promoção da realização planejada do evento, a formação e a familiarização dos agentes locais sobre o tema “planejamento”.

O terceiro ponto (articulação com a AMAPELE) se deu principalmente em função da proposta de expansão da rede local, que passaria a se articular em toda a região (principalmente nas comunidades de Cotegipe e Mapele, que são as mais próximas). Especificamente, a articulação que se deu até o momento (iniciada em março/2007) foi em torno das atividades do banco comunitário (que passou a atuar na comunidade de Mapele) e para a participação de pessoas desta comunidade no clube de trocas e na feira de Economia Solidária, realizados em Santa Luzia.

Por fim, as oficinas de capacitação foram realizadas em vários momentos do Eco-Luzia II, sendo promovidas principalmente pela equipe técnica da UFBA. Surgiram, especialmente, oficinas de projetos (elaboração); de sistematização do conhecimento e de gestão financeira.

Já no que toca ao segundo objetivo, cabe destacar três parcerias importantes articuladas neste período: Primeiro, uma realizada com a ONG Moradia e Cidadania (ligada a CEF) que resultou na doação de 12 computadores usados ao projeto e à comunidade de Santa Luzia, e que foram incorporados à associação de moradores, ao mercadinho comunitário, ao banco comunitário, ao grupo de jovens e ao próprio CDS. Estes computadores permitiram também o início da implantação de um infocentro na comunidade, que estava, até a conclusão deste trabalho, em fase de instalação (contava já com espaço físico, bancadas e alguns computadores instalados). A segunda parceria, que se encontra ainda em caráter não formal, foi realizada com uma equipe da Escola de Medicina da UFBA. Ela permitiu a conquista de assistência médica para as crianças de Santa Luzia, algo que veio ao encontro de uma necessidade premente da comunidade. Trata-se de um grupo de estudantes e de uma professora desta escola que vão periodicamente à comunidade (uma ou duas vezes por semana) para dar assistência voluntária às crianças do local. Esta articulação envolveu ainda um episódio que vale ressaltar que é a definição do espaço de atendimento. Este deveria ser realizado no próprio posto de saúde, entretanto, pela dificuldade na retomada deste espaço, uma das famílias locais (Sr. Adailton e Sra. Simone) cedeu um espaço na sua casa para a realização dos trabalhos. Este espaço foi reformado por eles mesmos e por um mutirão organizado pelos membros do CDS.

A terceira parceria estabelecida diz respeito ao acordo firmado com a Empresa Junior da Escola de Administração da UFBA. A idéia deste acordo foi a de desenvolver um plano de negócio, a partir das ferramentas disponíveis para empresas, fazendo-se posteriormente uma adaptação à realidade dos empreendimentos de economia solidária atuando em rede. A

proposta definida com a Empresa Júnior consistia em duas etapas: primeiro, a construção de um plano de reestruturação para o mercadinho comunitário, e segundo um apoio para a adaptação metodológica que se operaria na constituição de novos planos para empreendimentos solidários. A base para esta segunda etapa seria a própria capacitação de membros da equipe técnica e de estudantes de graduação⁵⁸ que se inseririam no processo, funcionando como multiplicadores da proposta. Esta proposta já teve finalizada a sua primeira etapa, que requer, ainda, trabalho de campo para a efetivação das reestruturações propostas.

Dentro do terceiro objetivo, (associado ao trabalho em cima de políticas que afetem o local), o CDS atuou mais consistentemente em duas frentes: a primeira foi com a Secretaria de Transportes do Município de Simões de Filho, para a regularização do transporte público de Santa Luzia. Este processo, que vinha amadurecendo rapidamente, sofreu um refluxo devido ao cenário político do órgão, que teve recentemente o seu secretário, principal elemento da articulação, afastado da pasta. Esta atuação não foi, entretanto, abandonada pelo CDS, que procura contornar a situação via aproximação com o novo secretário. Já a segunda frente foi com a secretaria de Educação do Município de Simões de Filho. Esta foi iniciada em função da demanda pela disponibilização do posto de saúde da comunidade. O argumento é que, por um lado, ele não será reativado pela prefeitura, que já sinalizou que não tem condições de mantê-lo e que por outro ele será utilizado justamente para questões da saúde local, como apoio ao trabalho grupo da Escola de Medicina retirando-o do local improvisado em que se encontra. Existiam, entretanto, algumas dificuldades argumentadas pela diretora da Escola, que explica que o espaço não pode ser liberado, pois já vem sendo utilizado. Esta ação encontra-se também estagnada devido a eventos envolvendo a escola e a troca de sua direção.

Enfim, uma observação geral sobre o CDS é que percebe-se que algumas ações têm a tendência a andar com uma velocidade mais lenta, especialmente as que dizem respeito à interlocução com os poderes públicos, ou ainda aquelas que se referem à articulação da rede local. Os encontros dos empreendimentos, por exemplo, ainda são um tanto dependentes da atuação da equipe técnica. Por outro lado, outras tendem a seguir o seu fluxo, como o próprio acompanhamento dos demais empreendimentos da rede e a intermediação financeira do projeto. Isto está associado com algo que será com alguma frequência apontado neste trabalho e que denota uma das características do processo até o presente: o aprendizado já realizado

⁵⁸ Estudantes que estavam matriculados principalmente nas atividades conhecidas na UFBA como ACC – Atividade Curricular em Comunidade, que equivalem ao curso de uma disciplina de quatro créditos na grade curricular.

pelos agentes locais, que apontam para a sua autonomia de atuação, por um lado, e a sua dependência da equipe técnica por outro.

2.3.3.2 A constituição do Banco Comunitário

O Banco Comunitário Eco-Luzia nasceu com o propósito de implantar “um serviço integrado de micro-crédito popular e solidário, direcionado para produção, consumo e serviços, inicialmente na comunidade de Santa Luzia, com a intenção de atender posteriormente as comunidades vizinhas de Cotegipe e Mapele” (FRANÇA FILHO, 2005, p.1). As suas atividades superariam, entretanto, o que seria a prestação simples destes serviços, pois ele “organiza e viabiliza, tanto financeiramente quanto no nível da gestão dos empreendimentos, o funcionamento sócio-econômico da rede” (FRANÇA FILHO, 2005, p.1), tornando-se uma espécie de “força motriz” para o desenvolvimento local da comunidade e da região. Cabe destacar ainda que este papel seria cumprido pela capacidade que o banco tem de “incitar outras formas de práticas solidárias, como a trocas de serviços” (FRANÇA FILHO, 2005, p.5). Aqui, a idéia que está por trás é a valorização de outras formas econômicas, não monetárias, que carregam um grande potencial de fortalecimento da sociabilidade local.

A constituição legal do Banco Comunitário está vinculada ao CDS (como vimos acima). Operacionalmente, ele é composto de duas agentes de crédito, que realizam a sua rotina diária e que vêm acompanhando o funcionamento do banco desde a sua abertura até o presente. Da mesma forma que o CDS, o Banco Comunitário contou ainda com o acompanhamento, de forma específica, de um técnico na segunda fase e na sequência do projeto⁵⁹. Do ponto de vista da sua estruturação física, o banco funciona em um espaço provisório na sede da Associação de Moradores local, contando, entretanto, com um projeto de construção de um lugar mais apropriado, com recursos reservados e apenas aguardando o cronograma de execução do projeto de construção das unidades habitacionais.

O sub-projeto do Banco Comunitário possuía como objetivo norteador dentro do projeto Eco-Luzia II: “Implantar o Banco Comunitário Eco-Luzia e executar a sua gestão financeira e

⁵⁹ Embora o técnico que acompanhou o Banco Comunitário no Eco-Luzia II estivesse encarregado também da coordenação executiva do projeto.

administrativa”. (ECO-LUZIA, 2005c, p.5). As ações gerais projetadas eram oito: a) ofertar microcrédito popular e solidário em Santa Luzia e região; b) assessorar na gestão dos empreendimentos atendidos pelo crédito; c) implantar a moeda social; d) capacitar as agentes de crédito para as atividades do banco; e) promover campanhas de sensibilização sobre assuntos associados ao Banco; f) valorizar o consumo local; g) instituir um Comitê de Avaliação de Crédito e h) fazer a intermediação dos recursos do Projeto Eco-Luzia que são repassados à rede.

Nem todas as ações projetadas foram realizadas exatamente como o previsto, assim como outras sobre as quais não se havia pensado surgiram no decorrer do processo. Neste sentido, podemos entender as ações realizadas pelo Banco Comunitário a partir de três tipos mais gerais: aquelas associadas aos serviços prestados, as vinculadas ao processo de desenvolvimento da sua gestão e as que surgiram a partir de processos de articulação, ou seja, das relações do Banco Comunitário num âmbito mais institucional.

Os serviços prestados pelo Banco

Com relação aos serviços prestados, o Banco Comunitário oferta (ou já ofertou) os seguintes: a) microcrédito popular e solidário, b) cartão de crédito local, c) moeda social, d) apoio na gestão dos empreendimentos locais e, e) realização de clubes de trocas.

O microcrédito solidário é uma das bases onde se assentam as atividades do Banco Comunitário de Santa Luzia. É seguramente o serviço que mais foi oferecido pelo Banco, o que absorveu mais tempo da sua operação e o que fez girar a maior quantidade de recursos. O sistema associado à concessão do microcrédito solidário é uma das inovações trazidas pelos bancos comunitários e pelo Banco Comunitário Eco-Luzia, em especial. Neste caso, há uma combinação de elementos de um processo de “aval solidário”, em que grupos de pessoas conhecidas se co-reponsabilizam pelo crédito do tomador do empréstimo⁶⁰, com outros associados a uma dinâmica mais tradicional e comunitária. Não há necessidade, por exemplo, de uma tomada conjunta de empréstimo por várias pessoas, mas apenas de indicação de que o candidato ao crédito se trata, efetivamente, de um bom pagador, por algum empreendimento da rede (mediante a assinatura de uma ficha formalizando a indicação). Outros dois diferenciais é que não há qualquer tipo de verificação de restrição cadastral do tomador do

⁶⁰ Ver, por exemplo, Moreiras e Abromay (2007). No tipo de aval solidário trazido pelos autores, e ao qual a literatura faz mais referência é aquele em que um grupo de pessoas se associa e tomam, juntas, um empréstimo.

empréstimo e o controle social é feito também pelas próprias agentes (não somente pelos “avalistas”). A comunidade é relativamente pequena e elas têm condições de conhecer praticamente todos os moradores, tornando-se com isto uma referência no local. Normalmente elas visitam os candidatos ao crédito, conhecendo mais de perto sua real situação e sua capacidade de pagamento.

Com relação ao controle do retorno do recurso, ele é incentivado por duas formas: a primeira se refere a uma “premiação” do usuário com a liberação de empréstimos maiores nas rodadas seguintes e a segunda diz respeito a um controle social, que tem se mostrado muito eficaz, especialmente com os inadimplentes com maior tempo de atraso: trata-se da exposição pública dos seus nomes dentro da comunidade. De fato este expediente nunca foi adotado, pois o simples anúncio prévio da sua utilização já tem tido o efeito desejado. Não existem, assim, controles punitivos do ponto de vista financeiro para estes que são inadimplentes.

O microcrédito se desdobra, então, em cinco linhas de crédito principais: para Consumo (que pode ser também dívida), Produção (que pode ser serviço, comércio ou produção propriamente dita), Reforma de Moradia, Cred Jovem (específica para jovens com mais de 16 anos) e Pagamento de Dívidas. Cada um deles conta com critérios específicos de liberação, limites de crédito e juros próprios. A Tabela 4 apresenta estes dados e a Tabela 5 apresenta os resultados quantitativos dos empréstimos liberados desde o início da operação do Banco Comunitário Eco-Luzia.

Tabela 4 - Linhas de crédito do Banco Eco-Luzia

Linhas de crédito	Limite máximo (R\$)	Prazo máximo (meses)	Juros (%)	Carência
Consumo*	300,00	3	0	Não há
Produção**	500,00	8	1,5 a 2,5	Até 2 meses
Reforma de Moradia	300,00	6	1,5	Não há
Cred Jovem***	Conforme o caso	Conforme o caso	Conforme o caso	Conforme o caso

Fonte: construção própria baseada nos dados fornecidos pelo Banco Comunitário Eco-Luzia

*Pode haver cobrança de juros quando o consumo não for feito na comunidade.

**A carência só é aplicada quando for para a criação de um novo empreendimento.

***O empréstimo para jovens seguem os mesmos critérios dos demais tipos, devendo o usuário ser membro ativo do Grupo de Jovens e ter mais do que 16 anos.

Tabela 5 - Empréstimos liberados pelo Banco Eco-Luzia no período de dezembro/2005 a dezembro/2007

Linhas de Crédito	2005		2006		2007*		Consolidado*	
	Qtd	Valor (R\$)	Qtd	Valor (R\$)	Qtd	Valor (R\$ e Moeda Social)	Qtd	Valor (R\$ e Moeda Social)
Consumo	36	960,00	370	12.176,10	426	27.466,65	832	40.602,75
Serviços	-	-	4	200	11	1.290,00	15	1.490,00
Produção	-	-	47	2.352,85	83	14.186,90	130	16.539,75
Reforma de Moradia	-	-	5	290,00	52	7.400,00	57	7.690,00
Cred jovem	-	-	-	-	2	500,00	2	500,00
Dívidas	-	-	64	2.485,00	83	7.315,90	147	9.800,90
TOTAL	36	960,00	490	17.503,95	657	59.614,45	1.183	76.623,40

Fonte: construção própria baseada nos dados fornecidos pelo Banco Comunitário Eco-Luzia

*Os valores de 2007 e o consolidado contém dados de Santa Luzia e Mapele combinados.

Vale ressaltar a alta significação destes números apresentados. Em primeiro lugar, o Banco Comunitário começou a operar com R\$ 1.014,50 (em valores efetivos), no final do Eco-Luzia I, conforme ressaltado mais acima, recebendo um incremento de R\$ 5.500,00, no início da segunda fase do projeto e posteriormente de R\$ 1.000,00 em novembro/2007. Isto indica que houve uma circulação de 10,2 vezes o valor empregado neste período (dezembro/2005 a dezembro/2007). Se tomarmos ainda a carteira ativa no final de 2007, veremos que este mesmo fundo foi multiplicado por um fator de pelo menos 2,31⁶¹. Por outro lado, temos, em todo o período a concessão de empréstimos para 147 pessoas diferentes e em 2007, para 121 (descontando-se Mapele, em que foram concedidos empréstimos para 41 pessoas), o que representa 42,0% da população ou 70,0% das pessoas aptas a acessarem o crédito em Santa Luzia em todo o período e respectivamente 34,6% e 57,3% em 2007⁶². Neste mesmo período (2007), houve nesta comunidade uma média de concessão de 1,70 empréstimos e de R\$ 451,04 por pessoa. Levando-se em conta que a renda média do bairro era, em 2005, de R\$ 122,42 por morador/mês⁶³, chegamos ao dado de que a concessão de empréstimos deste ano

⁶¹ Este número será maior se considerarmos o saldo em caixa do Banco no último dia do ano. O aumento do fundo disponível do banco se deu principalmente pela emissão da moeda social em empréstimos para consumo (que representou neste recorte no tempo o equivalente a R\$ 2.230,00 da carteira ativa), pelo aumento proporcionado pela cobrança de juros (R\$ 7.566,71) e pelo cartão de crédito que ainda circula em Mapele (R\$ 65,00). Todos estes números, somados ao fundo inicial de R\$ 7.514,50 fornece uma carteira ativa equivalente ao valor de R\$ 17.376,21.

⁶² Ou seja, que tenham idade superior a 16 anos, que é a idade mínima para se tomar o empréstimo "CredJovem". A população menor do que esta idade é estimada em 39,9% da comunidade (ECO-LUZIA, 2005a).

⁶³ Conforme dados do mapeamento da produção e consumo local (ECO-LUZIA, 2005a). Estima-se que este número hoje seja maior, pelo próprio desenvolvimento do projeto, embora não tenha sido feita, ainda, uma medição dos dados mais atuais.

representa 3,68 vezes o ganho mensal de um morador médio. Também o crédito se qualificou, pelo aumento do seu valor médio, que passou a ser de R\$ 91,70, e pelo seu deslocamento em direção à produção, que representou, no período de 2007, 23,3% dos recursos emprestados e de 10,0% da sua quantidade (em número).

Já o cartão de crédito local, outro serviço oferecido pelo Banco Comunitário, teve sua circulação iniciada com o Eco-Luzia II e finalizada pouco antes da conclusão desta fase. Ele representou, com o seu lançamento, a substituição de uma prática muito comum em comunidades como Santa Luzia que é o da realização de vendas a prazo, baseada na confiança pessoal, ou seja, o popular “fiado”. Isto permitiu uma institucionalização do processo de concessão de crédito para o consumo dos moradores, por um lado, garantindo uma segurança para o empreendedor, por outro.

O cartão de crédito foi sendo naturalmente substituído pela moeda social em Santa Luzia, ou seja, não houve recolhimento compulsório por parte do Banco Comunitário. Ele continua em funcionamento, entretanto, na comunidade de Mapele, onde ainda não circula esta moeda local.

Código do Empreendedor	Data	Valor (R\$)

Figura 8 - Cartão de Crédito do Banco Eco-Luzia

O cartão de crédito funciona com um sistema de controle de duas vias: uma, que é o próprio cartão, onde o empreendedor que realiza a venda e o usuário anotam as operações e controlam limite individual e outra em que o empreendedor mantém, o registro das suas vendas totais em cartões de crédito, em determinado período. Ao final deste período, a planilha do empreendedor é apresentada ao banco, que consolida os dados junto aos cartões de crédito. Depois disto, é o momento de realizar os pagamentos do empreendedor, por um lado e de receber do usuário do cartão, por outro.

A moeda social, por sua vez, teve sua emissão iniciada em maio/2007. Antes deste momento, porém, houve um extenso processo para a sua constituição. Este se iniciou em junho/2006

com a emissão de uma moeda provisória, impressa em papel simples para verificar a aceitação da comunidade à proposta e testar os processos que deveriam estar associados ao seu controle. Nesta ocasião, foram emitidas 345 moedas (na época batizadas de Eco-Luzia), todas elas fornecidas como crédito para o consumo, sendo retornadas ao banco cerca de um mês depois, quando eram retiradas de circulação e destruídas. A paridade da moeda social nesta fase, assim como também no momento da emissão definitiva, foi definida em um para um ou seja, com um Real equivalendo a um “Eco-Luzia”.

O momento seguinte do processo de construção da moeda social foi a definição do nome e da iconografia que ela teria. Este processo foi realizado em oficinas específicas, que contaram com a participação de um profissional do ramo de design. Após discussões sobre o tema, escolheu-se o nome “Trilha” para a moeda local. A construção coletiva feita chegou a um senso comum de que trilho poderia eventualmente ser o nome com melhor representação da comunidade, que é cortada pela linha férrea desde há muitos anos, fazendo parte da história do lugar, mas “Trilha” traduz um caminho a ser aberto, ainda não definido, rompendo o padrão representado pelo “trilho”. No que toca às questões visuais, optou-se pela representação de um trem, na frente da moeda, acompanhado por elementos que identificam a comunidade, como o selo do Banco Eco-Luzia e a logo do projeto. No verso, foram colocados novamente a logo do projeto e um padrão de linhas ondulado representando o mar, que é outro elemento que marca a comunidade. Foram colocados também elementos de segurança para dificultar a sua falsificação, como marca d’água, código de barras, números serial e tarja de segurança.

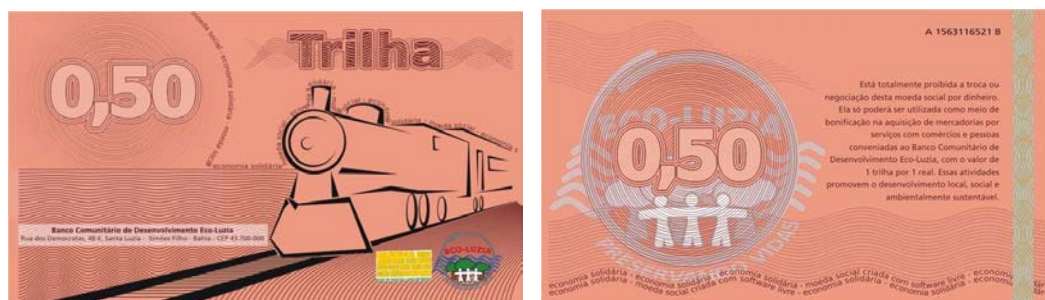


Figura 9 - Moeda social Trilha, com a sua apresentação em frente e de verso

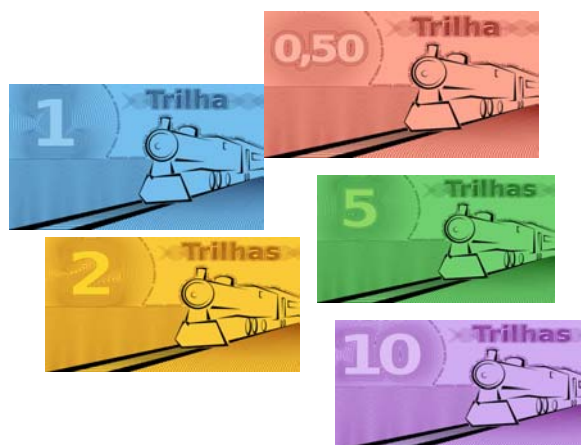


Figura 10 - Cédulas da moeda social Trilha

Antes da emissão ainda foi realizada uma oficina com os empreendedores locais para informar sobre o processo de funcionamento da moeda social e verificar o seu interesse em se inserir nele. Após a definição da moeda, da finalização dos processos posteriores de diagramação e de impressão, e da divulgação da metodologia, iniciou-se a sua emissão na comunidade. Esta foi realizada principalmente por três meios: a) pela contratação de empréstimos no Banco Comunitário, focados principalmente na linha de crédito para o consumo, sem a incidência de juros; b) pelo pagamento de parte da bolsa-auxílio dos trabalhadores da rede (agentes locais); c) pela troca direta de Reais por Trilhas no Banco. Os dois primeiros meios são os mais utilizados e têm se mostrado muito efetivos no processo de lançamento da moeda em circulação.

Para se ter uma idéia disto, circularam até dezembro/2007, cerca de 11.710 Trilhas na comunidade. Destas, 6.210,00 foram para os empréstimos (120,00 para dívidas e o restante para consumo), cerca de 5.000 para o pagamento dos trabalhadores do projeto Escola-Oficina e cerca de 500 para trocas diretas. Ao final de dezembro, haviam 2.230 Trilhas em circulação somente por conta da carteira ativa do banco (perfazendo 12,8% de participação no seu total), ou seja, sem considerar as outras fontes.

Existem alguns cuidados e desafios associados à questão da emissão da moeda social. Além dos quesitos de segurança já apresentados mais acima, há o cuidado por se manter um lastro adequado para que o Banco possa garantir a troca das Trilhas por Reais. Alguns desafios que se apresentaram para a emissão da moeda foram: a) a aquisição de confiança dos moradores para o sistema; b) a adesão de todos (ou da maioria), tanto consumidores quando empreendedores ao sistema, fortalecendo a rede local; e c) a qualificação da circulação da moeda, fazendo com que ela não retorne ao banco num tempo muito curto ou com poucos

“giros” dentro da comunidade.

Com relação ao primeiro e ao segundo pontos, as dificuldades foram rapidamente superadas, pelo fato de o banco já estar inserido dentro da comunidade, contando já com a confiança dos moradores, que são, em sua maior parte, tomadores de empréstimos. Alguns comerciantes demoraram mais a aderir ao sistema, mas o fizeram depois de um tempo, principalmente devido à pressão dos consumidores. O terceiro ponto é o que representa o maior desafio, e está associado ao próprio processo de desenvolvimento de longo prazo da comunidade. Tal qualificação estaria associada a dois fatores principais: à expansão da rede para outras comunidades e à complexificação da economia local, por meio da constituição de novos empreendimentos. Esta complexificação é, por si, um resultado mais geral previsto pelo próprio projeto e a expansão já foi iniciada, como veremos mais adiante. Por fim, uma outra medida tomada para se evitar o rápido retorno da moeda foi que somente os empreendimentos cadastrados poderiam trocar Trilhas por Reais no banco, mediante o pagamento de uma taxa de 1% sobre o valor total da troca.

O quarto serviço, que é o apoio à gestão dos empreendimentos locais, está associado ao próprio processo de concessão do crédito para a produção. Nestes casos, é condição básica para o demandante do empréstimo o preenchimento de um formulário de “plano de investimento”⁶⁴, que compõe as informações para a análise do empreendimento a ser montado ou a ser apoiado (caso ele já esteja constituído). Com estas informações, as agentes de crédito podem avaliar não só as condições de pagamento do demandante, mas também a viabilidade do negócio e sugerir modificações que o tornariam mais sustentável. Um caso ilustrativo que vale ser destacado sobre a questão é o apoio dado a um empreendimento de fabricação de detergentes de uma das moradoras da comunidade. A assessoria prestada pelo banco permitiu à empreendedora redefinir preços e perceber que poderia haver retorno econômico (excedente) nesta atividade. O que mais chamou a atenção, neste caso, foi que a realização desta assessoria foi totalmente autônoma e sem a realização de consulta prévia a técnicos do projeto.

O acompanhamento do empreendimento e a análise da sua viabilidade não cessam, entretanto no momento de análise de viabilidade e concessão do crédito. Após a liberação do empréstimo, as agentes acompanham a execução das despesas previstas, visitando o local

⁶⁴ Ver Anexo C.

onde se encontra o empreendimento. Além de verificar o emprego do recurso, estas visitas acabam sendo também de “consultoria”, em que algumas sugestões podem ser dadas para o andamento das atividades do empreendimento. É importante destacar que o Banco conta, nos seus planos, com a intenção de ampliar este processo, por meio da assessoria mais sistematizada, da articulação dos empreendimentos por grupos afins (que poderiam comprar juntos, por exemplo) e da oferta de oficinas técnicas de gestão.

Por fim, o serviço de realização de clubes de troca é uma atividade que ocorre de forma pontual, pela sua própria natureza. Um clube de trocas é um momento de intercâmbio de produtos e/ou serviços entre as pessoas, realizado segundo uma metodologia específica, que pode contar com a utilização de uma moeda social. Vale ressaltar ainda que esta é uma atividade que envolveu intensa articulação com outros empreendimentos, especialmente o CDS, por ser um evento que requer uma grande mobilização para ter sucesso. O clube de trocas em Santa Luzia (que utilizou a moeda social “Axé”⁶⁵) ocorreu apenas uma vez durante o percurso do Eco-Luzia II, em maio/2007, nos momentos que antecederam uma reunião geral da comunidade. Ele contou com um processo de preparação que começou em dezembro/2006, passando por momentos de estudo da metodologia, de simulação envolvendo os agentes locais e os membros da equipe técnica, de divulgação na comunidade, chegando até a sua realização propriamente dita.

O desenvolvimento da gestão do Banco

Dentro das atividades associadas à gestão do banco comunitário, podemos classificar as que foram realizadas segundo dois tipos: a criação e aprimoramento dos instrumentos e processos de gestão e a capacitação das agentes de crédito.

No que toca ao primeiro tipo de atividade, podemos citar três construções principais, que foram as planilhas de controle e avaliação; a definição do processo de avaliação dos créditos (CAC); e o processo de gestão coletiva. Referente ao primeiro ponto, foram adaptados ou criados instrumentos para permitir a gestão do banco⁶⁶. Apenas citando alguns, são utilizados os instrumentos de gestão financeira como o “Boletim de Liberações” (BOL), o “Boletim de Recebimento” (BOR), o “Demonstrativo Diário de Disponibilidade” (DDD), as faturas do

⁶⁵ Moeda social que é utilizada na Feira Baiana de Economia Solidária (CUNHA e BARBOSA, 2007), e que foi cedida para a organização do clube de trocas em Santa Luzia.

⁶⁶ Com relação a este aspecto, o banco contou com o apoio do Banco Palmas (Fortaleza/CE) e do Banco BEM (Vitória/ES), que forneceram os seus instrumentos para a utilização e adaptação à realidade do Eco-Luzia.

cartão de crédito e a “Planilha de Carteira Ativa”; para a gestão administrativa como as “Fichas de Cadastro e Análise de Crédito”, a “Carta de Recomendação”, o “Plano de Investimento”, o “Contrato de Adesão ao Microcrédito”, o “Contrato de Cartão de Crédito” e os “Recibos de Liberação” e de “Pagamento”⁶⁷.

Já referente à segunda construção, o processo de avaliação do crédito se organizou em torno de um Comitê de Avaliação de Crédito (CAC). Este comitê é uma instância formada pelas agentes de crédito, por um técnico do projeto, por representantes do CDS e por um representante da associação de moradores. O CAC tem por atribuição principal analisar os pedidos de empréstimo e decidir pela sua concessão e pelas condições em que este pode ser feito. Pesam nesta avaliação questões como o fundo disponível do momento (incluindo-se aí a projeção dos recursos a entrar), necessidade do solicitante, capacidade de pagamento e relevância da proposta frente aos propósitos do banco comunitário (grau de contribuição para o desenvolvimento do local).

Sobre o processo de gestão coletiva, o banco desenvolveu mecanismos que permitem a sua avaliação e a participação da comunidade em suas decisões. Primeiro, ao final da fase experimental de funcionamento (de dezembro/2005 a junho/2006) foi feito um processo de avaliação que contou com a utilização de instrumentos de pesquisa de opinião dos moradores. Segundo, o Banco tem utilizado os momentos de interlocução do projeto com a comunidade (como por exemplo, as reuniões gerais) para realizar as suas comunicações. Uma atividade relevante realizada nestes espaços foi a definição conjunta com os moradores dos juros que seriam estabelecidos em cada atividade.

Já a capacitação dos agentes de crédito ocorreu principalmente em decorrência das atividades diárias de gestão do banco e de algumas oficinas que foram promovidas. Cabe ressaltar que neste processo, também foram capacitados os próprios técnicos do projeto, que tinham ainda pouca experiência na constituição de bancos comunitários. Dois fatores importantes que podemos destacar neste processo de capacitação foram o próprio apoio técnico dado por visitantes que trouxeram a experiência do Banco Palmas, conforme destacamos mais acima, e a gestão do banco no período experimental, realizada com relativamente pouco acompanhamento técnico. Isto denota a conquista da autonomia pelas agentes com relação ao seu trabalho, que, com as atividades da segunda fase passou por um processo de qualificação.

⁶⁷ Todos estes instrumentos podem ser vistos no Anexo C.

O processo de articulação institucional

Dentro das ações vinculadas ao processo de articulação do Banco Comunitário, destacamos duas principais: de um lado, o início da expansão das suas atividades para a comunidade de Mapele e de outro, as atividades de interlocução e intercâmbio realizadas com outros bancos comunitários do Brasil, por meio da participação na rede nacional de bancos comunitários.

A expansão da rede para Mapele se efetivou em abril/2007, quando começaram a ser concedidos os primeiros empréstimos para esta comunidade. O processo se iniciou, entretanto, com a procura da associação de moradores local (AMAPELE), que seria a ponte para o relacionamento com a comunidade vizinha, e com a realização de reuniões preliminares de preparação e discussão da proposta. A estratégia de envolvimento da AMAPELE foi adotada em função do processo de concessão do microcrédito, que se dá a partir dos relacionamentos de confiança e de proximidade entre as pessoas. Como as agentes de Santa Luzia não possuíam tal proximidade com os moradores de Mapele, esta associação deveria conceder o “aval” àqueles que demandassem o crédito. Vale ressaltar, que esta expansão previa também a inclusão da comunidade de Cotegipe, que era preferencial para o início dos trabalhos, em função de ser menor e geograficamente mais perto de Santa Luzia. O fato decisivo para o início com Mapele foi principalmente o de que o representante que havia sido contatado respondeu à proposta do Banco Eco-Luzia.

As atividades do Banco em Mapele começaram, então, a partir do trabalho com um preposto indicado pela Associação local, que faria a interlocução com as agentes de Santa Luzia e realizaria as atividades previstas no local. Estas se desdobraram em questões como receber as demandas dos moradores e avaliar juntamente com as agentes de Santa Luzia a liberação dos empréstimos, numa espécie de CAC específico para esta comunidade. O início das atividades em Mapele mostrou que esta comunidade se encontra receptiva a este tipo de serviço, o que pode ser percebido pela demanda de créditos, que é superior ao que se encontra disponível no fundo rotativo destacado para o local.

Os créditos concedidos à Mapele apresentam ainda um perfil diferente dos de Santa Luzia, conforme podemos ver na Tabela 6. Nesta comunidade, o principal interesse se direcionou, até então, ao empréstimo para as atividades de produção (56,3% em valor e 54,2% em quantidade), entretanto, com um valor médio muito inferior: R\$ 81,81 frente à R\$ 226,84 de Santa Luzia. Num âmbito mais geral, o valor médio de todos os empréstimos foi de R\$ 78,78,

sendo a concessão média por pessoa (considerando-se as renovações) de R\$ 113,36⁶⁸, com um índice de renovação de 1,44. Conquanto as diferenças de valores dos créditos estejam associados diretamente às políticas de concessão de crédito do Banco para Mapele (que contou com um fundo até então mais reduzido em função dos limites do próprio Banco), as diferenças observadas nos empréstimos concedidos podem ser um indicativo de possíveis diferenças de perfis das duas comunidades, em termos das suas potencialidades produtivas.

Tabela 6 - Comparativo entre os créditos concedidos a Santa Luzia e a Mapele (ano base: 2007)

Tipo de Crédito	Santa Luzia		Mapele			
	Qtd	Valor (R\$ e Trilha)	Qtd	% Partic.	Valor (R\$)	% Partic.
Consumo	416	27.146,65	8	1,9	425,00	1,5
Produção	51	11.568,90	32	38,6	2.618,00	18,5
Serviços	9	1.210,00	2	18,2	80	6,2
Reforma de Moradia	34	5.725,00	17	33,3	1.525,00	21,0
Cred jovem	2	500,00	0	0,0	0,00	0,0
Dívidas	85	7.265,90	0	0,0	0,00	0,0
TOTAL	597	54.746,45	59	9,0	4.648,00	7,8

Fonte: construção própria baseada nos dados fornecidos pelo Banco Comunitário Eco-Luzia

Por fim, o intercâmbio com outros Bancos Comunitários se deu em dois níveis: com a transferência do conhecimento para Santa Luzia, por meio de oficinas, cursos e instrumentos operacionais (conforme já falamos em outros trechos) e por meio da participação do Banco Eco-Luzia na Rede Nacional de Bancos Comunitários. A primeira atividade citada já é fruto desta participação, entretanto, queremos destacar aqui o intercâmbio direto das agentes de crédito de Santa Luzia e de técnicos do projeto com outras agentes, de outros bancos comunitários do Brasil. Em dois momentos mais significativos isto se deu: na I Conferência Nacional de Economia Solidária em junho/2006, e no Encontro Nacional de Bancos Comunitários, realizado em Fortaleza/CE, em abril/2007. Este foi um momento de grande aprendizado e fortalecimento para as agentes locais e de grande alegria para o restante da equipe, especialmente para os técnicos do projeto.

⁶⁸ Sobre uma base de 41 pessoas, conforme visto mais acima.

2.3.3.3 A constituição do Grupo de Jovens

O Grupo de Jovens “Trilhando para o Futuro”, iniciativa criada ainda na primeira fase do projeto, nasceu principalmente com o propósito de “favorecer o protagonismo juvenil na comunidade, potencializando desse modo o próprio desenvolvimento sócio-cultural local” (FRANÇA FILHO, 2005, p. 2). Neste sentido, o projeto nasceu com um duplo aspecto a ser trabalhado, que representa, ao mesmo tempo uma potencialidade que se desdobra em duas frentes: ele seria “uma iniciativa primeiro de caráter sócio-político, voltado para a promoção do desenvolvimento sócio-cultural local, mas que guarda em si amplas possibilidades de geração de empreendimentos sócio-produtivos” (FRANÇA FILHO, 2005, p. 7). Ele é visto ainda como tendo um caráter estratégico e complementar frente à rede local, por estar em um bairro composto de um grande número de jovens abaixo de 20 anos (49,1%), que oferece poucas opções de lazer, de ocupação e de trabalho e uma educação insatisfatória⁶⁹, e por se acreditar no potencial apresentado pelos jovens na contribuição ao desenvolvimento da comunidade (ECO-LUZIA, 2005d).

O subprojeto que continha o planejamento do grupo de jovens iniciou a segunda fase do Eco-Luzia contendo o objetivo de realizar o “fortalecimento do grupo de jovens Flor da Juventude enquanto ator no desenvolvimento sustentável local e da rede de Socioeconomia Solidária, potencializando o crescimento sócio-cultural juvenil na comunidade de Santa Luzia” (ECO-LUZIA, 2005d, p. 5). Como objetivos específicos, cinco se apresentavam para o grupo: a) estruturar o seu processo de auto-gestão; b) capacitar os jovens, especialmente para a multiplicação dos princípios da economia solidária; c) desenvolver a capacidade dos jovens atuarem pela melhoria da qualidade de vida em Santa Luzia; d) desenvolver no grupo um papel de articulador da rede local, especialmente com as comunidades de Cotegipe e Mapele e; e) desenvolver o empreendedorismo e a capacidade de elaborar e gerir projetos nos jovens. (ECO-LUZIA, 2005d).

Dos grupos que haviam iniciado na primeira etapa, o grupo de jovens foi o que apresentou as maiores dificuldades de remobilização, pois alguns membros haviam desistido no período de transição e os encontros haviam deixado de ser semanais. Depois da rearticulação do grupo, a primeira atividade realizada foi o seu replanejamento e a sua reestruturação, para que ele

⁶⁹ Somente 2 jovens até 20 anos já concluíram o ensino médio, sendo que a maioria se encontra ainda no ensino fundamental (ECO-LUZIA, 2005a)

pudesse funcionar conforme quatro comissões permanentes, segundo previsto no projeto que foi escrito ao final do Eco-Luzia I: administração, comunicação, projetos e pessoal. Esta estrutura de trabalho foi sendo gradualmente estabelecida, pelo amadurecimento dos jovens no processo de gestão da iniciativa, chegando-se a um plano de atividades para cada uma delas. Esta estrutura teve, todavia, altos e baixos de organização, já que não havia, por um lado, o hábito da articulação entre os jovens, e por outro, o grupo passou por alguns episódios que envolveram conflitos internos. Ressalta-se, entretanto, que parte dos jovens (principalmente os mais antigos) se destacam com relação aos demais neste processo de amadurecimento. Neste sentido, as mudanças mais “maciças” dos integrantes do grupo são sempre fatores desestabilizadores da sua dinâmica de funcionamento, pois representa a entrada de jovens que ainda não vivenciaram este processo de aprendizado e amadurecimento.

Vale ressaltar que a maioria das atividades desenvolvidas pelo grupo de jovens se desenrolou numa dinâmica similar a de oficinas, já que, por sua natureza, elas não ocorrem num fluxo contínuo, tendo, na maioria dos casos, início e fim definidos. O grupo tinha quinze ações definidas para o Eco-Luzia II, sendo que as realizadas podemos agrupar em cinco linhas de atuação principais, (sem contar o trabalho mais geral de estruturação e planejamento que referimos mais acima): a) um trabalho de formação; b) a confecção de novas edições do jornal comunitário “A Volta do Carteiro”; c) a montagem do grupo teatral “Flor da Juventude”; d) a realização de uma campanha ambiental e; e) a realização de eventos na comunidade.

Referente ao trabalho de formação, podemos apontar o desdobramento em ações que visaram questões políticas, a profissionais, a sociais e escolares. No primeiro ponto, destacam-se a articulação de parcerias com o grupo de jovens de Mapele (JOVA), que foram chamados a participaram de eventos em Santa Luzia, como a feira de economia solidária; a própria participação nas feiras, onde os jovens destacaram-se pela grande atividade e envolvimento, especialmente na primeira em que o grupo apresentou uma das barracas mais animadas e organizadas. Cabe salientar que a participação na feira, junto com outras atividades dos primeiros meses do projeto (como a segunda edição do jornal, por exemplo) teve ainda a finalidade de mostrar o grupo para a comunidade em termos da sua potencialidade, fazendo frente às críticas dos adultos, que vinham impactando negativamente sobre a auto-estima dos jovens. Temos ainda a participação em eventos, como o “Primeiro Seminário de Economia Solidária de Camaçari”, ocorrido em agosto/2006, e as II e III Feira Baiana de Economia Solidária (respectivamente em dezembro/2006 e dezembro/2007). Por fim, destaca-se a

participação freqüente do grupo de jovens no CDS, discutindo os problemas do bairro, da região e do projeto.

Já a formação do ponto de vista profissional contou com a realização de oficinas de constituição de projetos e de gestão, que culminaram na montagem de um empreendimento experimental de alimentação (lanches e salgados). Esta atividade representou, com isto, uma realização concreta em termos de geração de trabalho e renda para alguns integrantes do grupo (três diretamente e os demais indiretamente pelo aprendizado proporcionado pela participação em algumas atividades e pela observação). Os integrantes do empreendimento passaram também por uma capacitação técnica a partir de uma visita à COOFE⁷⁰. Esta experiência demonstrou no seu início um alto potencial em termos de sustentabilidade e de aprendizado para os jovens, mas foi desativada depois de três meses de operação, em função de conflitos que surgiram entre os seus integrantes. Um outro processo de formação profissional relevante foi a possibilidade de trabalho de dois jovens como menores aprendizes no mercadinho comunitário. Estes jovens foram selecionados pelo próprio grupo, e passaram por um período de seis meses em um caso, e de um ano no outro. A partir do início da extensão do Eco-Luzia II, os grupos da rede passaram a contar com cinco menores aprendizes, no mercadinho comunitário, banco comunitário e no próprio grupo de jovens.

Referente ao aprendizado social, os jovens o desenvolveram no próprio convívio do grupo e em trabalhos específicos como, por exemplo, a atividade de percepção da própria realidade. Esta foi desenvolvida por meio da técnica de fotografias e de relatos sobre o local em que eles moram.

Por fim, houve também um trabalho de reforço escolar que foi realizado durante um período pela própria equipe técnica que assessorava o grupo, em função de uma demanda colocada pelos próprios jovens.

No que toca a confecções de novas edições do jornal comunitário “A Volta do Carteiro”, mais três delas foram publicadas, desta vez sob inteira responsabilidade do grupo de jovens. Esta atividade teve, de fato (como quase todas as outras do grupo de jovens), um cunho principalmente educativo, já que os jovens puderam exercitar questões como escrita, fala, desinibição e manuseio do computador. A construção do jornal ocorreu precedida (e

⁷⁰ Cooperativa Múltipla Fontes de Engomadeira, que é um empreendimento de economia solidária situado no bairro de Engomadeira, Salvador/BA, e é dedicado a produção e comercialização de pães.

posteriormente permeada) pela realização de oficinas de jornalismo e por um processo de reflexão sobre o que seria papel desta função, especialmente frente à realidade de Santa Luzia. Em função do processo gradual de aprendizado, o grupo iniciou com a elaboração de folhetos para a primeira feira de economia solidária, preparando-se para a confecção da primeira edição do jornal. É importante destacar que, gradualmente, os jovens foram absorvendo as atividades de confecção do jornal, e na sua última edição eles ficaram encarregados das entrevistas, da seleção das matérias e de parte da digitação.

Uma atividade que chama muita atenção dentro das atividades do grupo de jovens é a peça de teatro “Flor da Juventude” constituído ao final da segunda fase do projeto. O grupo contou com uma profissional de teatro, que conduziu todo o trabalho de preparação e montagem da peça. Este trabalho envolveu a realização exercícios corporais e vocais direcionados para a desenvoltura dos jovens e o desenvolvimento da técnica necessária à atuação teatral; a construção do texto em conjunto com o próprio grupo⁷¹ e a montagem da proposta da peça, que se intitulou “Consumir para o bem viver”. A primeira apresentação do grupo foi realizada no “Dia da Cultura”, em junho/2007, num ensaio aberto à comunidade, contando com grande aprovação desta. Depois desta ocasião, o grupo se apresentou ainda na III Feira Baiana de Economia Solidária, em dezembro/2007, na visitas de três grupos externos à comunidade para conhecer o projeto (Universidade Petrobrás, em setembro, Banco do Brasil, em outubro e participantes do Projeto Educadores Sociais em Salvador, em novembro de 2007). Vale destacar que desde junho/2007, devido à falta de recursos do segundo período de transição, o grupo vem ensaiando por conta própria, ou seja, sem contar com o acompanhamento técnico específico.

A quarta atividade, que é a realização da campanha ambiental foi uma das que participou mais fortemente dos anseios de alguns jovens, mas não atingiu a amplitude esperada até então. Entretanto, algumas conquistas foram obtidas, como a apresentação de um diagnóstico contendo sugestões de ações, uma campanha de sensibilização e conscientização (especialmente nos espaços das feiras de economia solidária de Santa Luzia, com oficinas de reciclagem). Esta campanha, entretanto, continua mobilizando os jovens, que tem a intenção de ampliar a proposta de conscientização ambiental, de realizar a limpeza da comunidade (por meio de um mutirão) e de readequar a coleta de lixo no local, principalmente implantando um

⁷¹ O texto utilizado pelo grupo de jovens foi inspirado na peça “Consumir para o bem viver”, do grupo de jovens do Conjunto Palmeira, bairro de Fortaleza/CE onde se situa o trabalho do Banco Palmas.

processo de coleta seletiva.

Finalmente, temos a realização de eventos pelo grupo de jovens, realizados dentro e fora da comunidade. Destes, podemos destacar: o do dia da cultura, realizado em abril/2007, que contou com um seminário inicial sobre o grupo e com apresentações artísticas e culturais, incluindo-se aí uma oficina de cordel e a apresentação inaugural do próprio grupo (como vimos mais acima); a realização do dia da criança, que se deu em dois anos seguidos (2006 e 2007), e no qual se percebe que os jovens julgaram de grande importância, dedicando grandes esforços para a sua realização (na articulação do espaço para a sua realização e na busca por doações de brinquedos, por exemplo); a realização de um torneio esportivo (futebol) em que foram contemplados homens, adolescentes e mulheres e que envolveu toda a região (comunidades vizinhas), representando um momento de festa para todos. Podemos citar ainda outros exemplos, como a participação em palestras sobre temas associados à juventude (junto ao projeto de medicina comunitária, referido mais acima), a realização de um evento no dia do natal em 2006, a realização de passeios culturais (no parque do Pituaçu, por exemplo, onde conheceram outras experiências de organizações sociais) e a promoção de uma homenagem ao dia das mães (2007) com a realização de um bingo para arrecadação de recursos.

2.3.3.4 A constituição do Mercadinho Comunitário

O mercadinho comunitário surgiu a partir de uma demanda identificada no mapeamento da produção e do consumo local realizado na primeira fase do projeto (ECO-LUZIA, 2005a) e nas discussões com a comunidade sobre as necessidades do bairro. Este diagnóstico apontou que a comunidade não contava, até então, com um ponto de comercialização que pudesse suprir as necessidades do local em termos do fornecimento de itens básicos de consumo, e que evitasse. Esta demanda da comunidade poderia evitar, assim, que as pessoas tivessem que se deslocar até o centro da cidade para este fim.

A proposta previa, então, a constituição do empreendimento enquanto uma Central de Compras Coletivas, que estaria abrigada juridicamente sob o formato de uma Cooperativa de Consumo. A intenção neste processo era a de “reunir as famílias de Santa Luzia e adjacências para comprarem juntos tanto os bens de consumo utilizados no seu cotidiano, quanto os

insumos necessários aos empreendimentos sócio-produtivos existentes” (FRANÇA FILHO, 2005, p.1). Este empreendimento, entretanto, não deveria funcionar como uma simples central de compras coletivas, mas cumprir também o papel de um mercadinho popular e solidário, favorecendo “o acesso da população local ao consumo de alguns bens e artigos de primeira necessidade, barateando os preços e dinamizando a economia do lugar” (FRANÇA FILHO, 2005, p.2).

A estrutura operacional do mercadinho até o final da segunda fase do projeto era ainda similar ao da primeira fase, quando ele foi constituído, exceto pelo seu quadro de pessoal e organização dos tempos de trabalho. Atualmente, este empreendimento conta com duas agentes, em condições de igualdade de bolsa auxílio, de tempo dedicado ao empreendimento e de divisão de atividades (tipos de atividades executadas), e dois jovens aprendizes (atualmente apenas um), em processo de formação e aprendizado com o restante da equipe. O mercadinho comunitário funciona, da mesma forma que o banco, ainda no mesmo espaço em que iniciou suas atividades.

O subprojeto do Mercadinho Comunitário / Cooperativa de Consumo surgiu no Eco-Luzia II com o objetivo geral de fazer a “estruturação de um mercadinho, sob a forma jurídica de uma Cooperativa de Consumo, que atenderá as necessidades básicas de consumo das famílias de Santa Luzia e adjacências” (ECO-LUZIA, 2005e, p.2). Os objetivos específicos foram definidos em cinco: a) Efetivar a legalização da cooperativa de consumo e refletir sobre o funcionamento do mercadinho; b) Comprar produtos e equipamentos garantindo preço e qualidade (e dando preferência por produtos solidários ou ecológicos); c) Gerar renda nas comunidades envolvidas; d) Organizar o consumo crítico e solidário e; e) Reinvestir o excedente, gerando novos empreendimentos, a partir da demanda criada pelo consumo coletivo e solidário.

Da mesma forma que outros empreendimentos gerados no projeto, o mercadinho não cumpriu todos os seus objetivos específicos, mas gerou outras atividades que não estavam previstas. As que ele realizou no período podem ser classificadas em três níveis: as relativas à sua estruturação interna; ao processo de capacitação e aprendizado dos envolvidos e; a sua contribuição enquanto elemento da Rede Eco-Luzia.

Sobre a sua estruturação interna, o mercadinho desenvolveu três ações principais: a articulação do seu processo de legalização, a organização da sua gestão e o planejamento da

constituição da sua nova sede. Sobre o processo de legalização, uma série de ações foram realizadas sem, entretanto, haver a conclusão final de todas as etapas da atividade. Ele se iniciou com atividades de discussão em torno do propósito da cooperativa de consumo e do mercadinho, bem como do papel que um empreendimento desta natureza poderia assumir na comunidade, passando-se em seguida às discussões em torno da constituição do estatuto da cooperativa.

Estas discussões foram realizadas no âmbito do “Grupo de Formação da Cooperativa de Consumo”, criado especificamente para realizar estas atividades, e que foi formado pelos três trabalhadores do mercadinho, por quatro moradores da comunidade e por dois representantes da equipe técnica. Depois destas discussões, passou-se às atividades associadas à realização da assembléia geral, visando à aprovação do seu estatuto. Apesar de a equipe que constituiu o “grupo de formação” ter demonstrado um bom nível de atividade⁷², e da primeira reunião de apresentação da cooperativa ter sido concorrida (com representações de cerca de 40 famílias, que se mostraram na grande maioria dispostas a participar da cooperativa), a formalização da Assembléia Geral teve grande dificuldade em ocorrer pelo baixo comparecimento no momento da sua realização. Esta situação demandou a realização de um processo de articulação dentro da comunidade, que envolveu uma atuação no sentido de solucionar conflitos que surgiram e de entender os elementos envolvidos na situação.

A avaliação que a equipe técnica fez deste aparente desinteresse que surgiu na última hora conduziu a algumas hipóteses: a) as pessoas não entendiam o sentido das discussões em torno do estatuto e da cooperativa, b) a metodologia utilizada na elaboração do estatuto não foi a mais adequada (as pessoas foram lendo capítulo por capítulo e decidindo como iria ficar) e c) ocorreu uma espécie de boicote contra o mercadinho em função de uma insatisfação gerada principalmente pelo seu nível de preços, variedade de produtos, atendimento⁷³ e horários de funcionamento. Vale lembrar que a questão da falta da comunicação surgiu em algumas reuniões, motivo que foi refutado pela equipe técnica por ter havido de fato um processo de divulgação (inclusive com a distribuição de panfletos) e pelas discussões revelarem sempre outras questões permeando esta reclamação inicial.

Depois de realizada a assembléia, a fase que se seguiu foi a da coleta da documentação necessária, atividade que apresentou outras dificuldades, já que nem todos os moradores que

⁷² Segundo relatos do projeto (ECO-LUZIA, 2005f).

⁷³ Neste caso, as queixas se direcionavam especificamente a um trabalhador do mercadinho.

havia se prontificado a se inserir na cooperativa dispunham adequadamente dos seus documentos (principalmente por problemas no cadastro do CPF). A última etapa foi então o encaminhamento da documentação para legalização nos órgãos competentes. Atualmente o processo se encontra nesta fase.

A estruturação interna do mercadinho contou ainda com um trabalho sobre sua gestão, no que diz respeito às questões econômico-financeiras, de compras, de atendimento a clientes e administrativas. Com isto, foi definido e sistematizado o processo de compras, com a geração de uma cartilha orientadora; o processo de controle e análise financeira (baseado em fluxos de caixa), com a utilização de documentos diários e mensais, também orientados por uma cartilha e o método de formação de preços. Cabe destacar ainda o aprimoramento e adaptação das atividades operacionais realizados pelos próprios trabalhadores do empreendimento, como sistemas de estocagem, de pesagem, a distribuição das suas atividades e a gestão do tempo (cronograma de trabalho).

As atividades envolvendo a nova sede para o mercadinho foram realizadas a partir de duas frentes: a definição do projeto do novo espaço e a construção parcial do prédio onde ele será abrigado. Elas surgiram do processo de planejamento do mercadinho, onde foi percebida a necessidade de se dar prioridade à aquisição de uma nova sede. A primeira destas atividades foi realizada com o apoio de professores da Faculdade de Arquitetura (vinculados ao subprojeto Escola-Oficina), e foi feita com base num processo de interlocução com os trabalhadores do mercadinho e com a equipe técnica. A segunda foi realizada dentro das atividades do Escola-Oficina (contando, entretanto, com a realização de um mutirão de limpeza do terreno por moradores da comunidade). Vale lembrar que até o presente esta sede ainda não foi utilizada pelo mercadinho, por não estar totalmente construída e por estar sendo utilizada pelo Escola-Oficina como almoxarifado para o processo de construção das unidades habitacionais.

No que toca ao processo de aprendizado e capacitação dos envolvidos, podemos percebê-la a partir da perspectiva dos agentes locais ou dos técnicos. No primeiro caso ela ocorre principalmente nas próprias atividades diárias das agentes no mercadinho, seguindo a proposta do projeto. Uma particularidade que surge no processo de aprendizado deste empreendimento é em torno da autonomia de ação dos seus trabalhadores. Ou seja, ele é composto por atividades que, por sua natureza não podem ter uma operação intermitente, o que obriga os agentes a tomarem decisões imediatas e sem a presença do técnico. É o que

ocorre, por exemplo, quando há algum desabastecimento rápido de alguma mercadoria e a compra urgente se torna necessária; ou quando algum dos seus colaboradores não pode trabalhar em um dia e deve ser feita uma articulação interna para se ajustar o atendimento. No que se refere aos técnicos, temos um fenômeno similar ao que se deu em outros empreendimentos, ou seja, eles também foram capacitados, passando por um aprendizado em temas até então desconhecidos, e que são peculiares à constituição de um mercadinho comunitário / cooperativa de consumo.

Por fim, a atuação do mercadinho no que diz respeito à sua contribuição para a rede local de economia solidária se dá principalmente a partir de duas ações: o processo de utilização da moeda social e a compra de produtos do local. A primeira delas se deu a partir da emissão da moeda pelo banco comunitário, quando o mercadinho estabeleceu, então, um desconto para quem realizasse as compras por este meio. A aceitação da moeda pelo mercadinho representou um fator de confiança para os moradores a utilizarem, já que este empreendimento é um dos principais agentes econômicos da comunidade. A segunda ação, que é a aceitação de produtos produzidos localmente ainda se apresenta incipiente, mas já revela o seu potencial de dinamização da economia local. Atualmente, são comercializados no mercadinho produtos de limpeza e côco maduro produzidos no local. Esta ação tem permitido a garantia de uma renda mínima para estes pequenos produtores.

2.3.3.5 O projeto de Algicultura Solidária

O projeto de Algicultura Solidária tem um potencial se desdobra, como vimos mais acima, num duplo sentido que é o da geração de trabalho e renda (por meio da comercialização do agar⁷⁴, matéria prima extraída da alga) associada à descontaminação do mangue local. Ele foi definido a partir do propósito de “constituir-se inicialmente enquanto experiência piloto destinada ao conhecimento das reais possibilidades de implantação definitiva no local de um

⁷⁴ O agar é um gel extraído da alga que serve de matéria prima para diversos tipos de materiais, funcionando como espessante de produtos alimentícios, gel para impressão dental, agente fermentador, enxerto de superfície de papel (tratamento superficial), podendo ser ainda aplicado no uso humano mais direto, como gelatina vegetal e laxante. É utilizado também para cultura microbiológica (WIKIPEDIA, 2008). No caso de Santa Luzia, o agar que seria eventualmente produzido seria direcionado para atividades não associadas ao consumo alimentício, em função da poluição da região, que não prejudica, entretanto, a sua utilização para outros fins.

empreendimento” (FRANÇA FILHO, 2005, p.2). Este subprojeto se vale, então, de uma importante oportunidade, que permite casar esta dupla potencialidade do cultivo das algas com a possibilidade da realização de uma atividade que estaria mais identificada com a cultura da comunidade, por se utilizar do mar.

O objetivo geral deste subprojeto foi definido como “Avaliar o cultivo de macroalgas como atividade econômica alternativa para comunidades pesqueiras tradicionais da região de Santa Luzia, na Baía de Aratu” (ACCIOLY et alli, 2005, p.5). Quatro foram os objetivos específicos definidos para esta atividade (ACCIOLY et alli, 2005): a) avaliar o desempenho da produção de macroalgas na região; b) avaliar o potencial de adequação sócio-econômica-cultural; c) avaliar o potencial de adequação ambiental; d) delinear um projeto de algicultura produtiva, com benefícios nas dimensões sócio-econômico-cultural e ambiental. É importante salientar que este quarto objetivo, em sua descrição, prevê o resgate da “dignidade das tradições de pesca e mariscagem da comunidade” (ACCIOLY et alli, 2005, p.6).

As atividades realizadas corresponderam, principalmente, à avaliação experimental do cultivo das algas, que dizem respeito ao primeiro objetivo específico e de certa forma ao segundo. Assim, como os demais objetivos estão encadeados numa seqüência de atividades a partir da conclusão do primeiro, eles não foram realizados até o início da extensão da segunda fase.

Por sua vez, podemos dividir estas atividades realizadas em dois momentos: o de preparação e o de realização da experimentação propriamente dita. No primeiro momento, foram realizadas apresentações do projeto à comunidade (verificando-se sua aprovação); foi feito um levantamento do pessoal que atuaria nele (agentes locais), que seriam inicialmente quatro, mas que passaram a ser cinco, por meio da redivisão interna de bolsas, realizada entre as próprias agentes; por fim, foram ainda discutidos com a comunidade os locais possíveis para o cultivo das algas. Esta última atividade contou com avaliações técnicas da adequação do local escolhido, como sua profundidade (batimetria), correnteza (correntometria), e medições de salinidade e substrato da água. Neste momento, uma das dificuldades encontradas para a consecução das atividades foi a distância do local, o que foi tido como fator relevante, já que ele deve ser acessado via canoa a remo. Completando esta fase, foi construído o módulo experimental para o plantio, juntamente com as agentes locais do projeto.

Depois destas atividades, passou-se, então à instalação do módulo para o início do cultivo, o que representou o segundo momento do trabalho. Teve-se o cuidado de se fazer um

deslocamento da área inicialmente prevista, pois esta era utilizada por pescadores. Entretanto, houveram algumas dificuldades, pois as bóias foram todas retiradas na primeira tentativa de colocação do módulo para o plantio experimental⁷⁵. Depois de sanado o problema, este módulo foi reconstruído e recolocado no lugar, sendo retirado uma segunda vez por pescadores da região. Apenas na terceira tentativa os equipamentos permaneceram instalados, e pôde ser adotada uma atividade regular de cultivo das algas, sendo realizado, então, o primeiro plantio. Estas atividades regulares envolveram também discussões e oficinas semanais sobre assuntos diversos, associados à temas de interesse das cultoras. O cultivo seguiu-se, então, com um processo constante de avaliação e mudança de parâmetros para se chegar a uma condição ótima, havendo, eventualmente, replantio de algas pela perda de massa. Para exemplificar, alguns fatores que tiveram de ser trabalhados foram o sistema de amarração das algas nas cordas, a ação de predadores sobre as algas (peixes e crustáceos), o melhoramento no manuseio das algas, a sujeira que era eventualmente depositada sobre as algas e a falta de incidência de luz. Algumas das alternativas adotadas foram a colocação de telas de proteção dentro d'água, a alterações na altura dos “long-lines”, a mudança de frequência de visitas para o manejo (limpeza e replantio pela divisão de mudas). Foi ainda ampliada a área de cultivo (pela colocação de mais dois quadros), com o replantio de uma quantidade de algas equivalente à estrutura, com o fim de se realizar uma avaliação mais confiável.

Depois de pouco mais de um ano de atividade de plantio, não se pode ainda afirmar conclusivamente sobre o cultivo em escala comercial das algas na região. O que se observa, entretanto, é que o aprendizado gerado nesta etapa pode ser considerado importante, tanto do ponto de vista técnico, já que muitos parâmetros puderam ser avaliados, quanto do ponto de vista sócio-cultural, pois esta atividade parece ir ao encontro das expectativa dos moradores envolvidos. Neste sentido, é visível o crescente interesse e envolvimento pelo tema, que é percebido tanto pela equipe técnica que se envolveu mais diretamente⁷⁶, quanto pela

⁷⁵ Conforme relata a Sra. Eunice, duas razões principais estavam levando à retirada da estrutura: primeiro os pescadores sentiam o seu espaço “invadido” e segundo, a estrutura era feita com bóias do tipo “baleia”, que era retirada devido ao seu valor. Elas foram posteriormente substituídas por garrafas de refrigerante (PET) e tiveram diminuído o seu tamanho que para que não atraíssem mais a atenção dos pescadores. Outra ação tomada foi uma conversa com o representante dos pescadores da região, principalmente de Mapele, para se explicar a natureza do projeto.

⁷⁶ Ver relatórios do projeto (ECO-LUZIA, 2007). As mulheres demonstraram vivo interesse, por exemplo, nas discussões (oficinas) feitas sobre temas associados ao mangue e às algas.

observação em reuniões da equipe⁷⁷. Isto fornece alguns elementos que indicam a adequação “sócio-econômica-cultural” do projeto (segundo objetivo específico), embora os aspectos econômicos não tenham sido efetivamente trabalhados, por não ter havido produção num nível em que isto a comercialização pudesse ser experimentada.

2.3.3.6 O projeto Escola-Oficina

O projeto do Escola-Oficina surgiu para dar conta principalmente das atividades do TAC da Petrobras em Santa Luzia. A idéia inicial era valer-se da oportunidade para propor a constituição de uma cooperativa múltipla de produção e serviços, atacando um dos problemas de Santa Luzia que é a falta de empregos. Para isto, seria implantado um “Canteiro-Escola voltado para a educação e formação profissional de moradoras e moradores de Santa Luzia em ofícios da construção civil, através da atividade de auto-construção coletiva de 23 unidades habitacionais e um espaço físico para o CDS, além da reforma de moradias” (FRANÇA FILHO, 2005, p.1). Assim, este processo educativo contemplava ações de educação básica, formação profissional e empreendedorismo solidário (DOURADO et alli, 2005).

O objetivo geral pode ser traduzido pelo que foi colocado no parágrafo anterior. Já os objetivos específicos vinculados a este subprojeto eram três (DOURADO, 2005, p.4): a) formar pessoas nos ofícios da construção civil através da construção, em regime de Escola-Oficina, das 23 unidades habitacionais como resultado de atividade formativa do Canteiro-Escola; b) constituir no próprio espaço do Canteiro-Escola um núcleo produtivo na forma de oficina de marcenaria voltado para produção de alguns materiais a serem utilizados nas casa (portas, janelas e mobiliário rústico em geral) e; c) constituir um empreendimento solidário na forma de uma Cooperativa Múltipla de Produção e Serviços.

Podemos descrever as atividades do subprojeto do Escola Oficina a partir de duas grandes fases de atuação, no que se refere à construção das 23 unidades habitacionais⁷⁸: a primeira, de

⁷⁷ O grupo de mulheres do algicultura vem expressando, coletivamente, a intenção de “continuar o plantio das algas mesmo que não haja mais apoio da equipe técnica”.

⁷⁸ Fizemos esta restrição porque o projeto previa, ainda, a reforma dos espaços do CDS/Banco e do Mercadinho Comunitário. As descrições sobre estas atividades serão feitas em outros momentos.

elaboração do projeto arquitetônico e a segunda de construção propriamente dita. Com relação a constituição do projeto arquitetônico, ele foi realizado a partir de uma disciplina de ACC (Atividade Curricular em Campo) da Faculdade de Arquitetura (FAUFBA), o que permitiu a participação de estudantes de graduação na sua elaboração. Ele contou ainda com a parceria do grupo THABA da UNEB⁷⁹, que se tornou responsável por grande parte das atividades de interlocução com a comunidade nesta fase do projeto.

As atividades da primeira fase foram, então, traduzidas por um curso de extensão – denominado “Arquitetando Santa Luzia” – que envolveu todas as atividades de constituição do projeto arquitetônico e que foi ministrado pelo THABA/UNEB e pela equipe da FAUFBA. De um ponto de vista mais técnico, este projeto foi conduzido na perspectiva de se compor com a utilização de técnicas construtivas alternativas, que fossem baratas e ecologicamente eficientes. Já da perspectiva comunitária, ele se definiu numa dinâmica extensamente participativa, por meio da utilização de ferramentas que permitissem o envolvimento da comunidade.

Assim, este curso de extensão se realizou por meio de aulas práticas com os alunos da faculdade (laboratórios) e a partir de diversas visitas à campo de técnicos, professores e estudantes de arquitetura, que interagiram com os moradores beneficiários das unidades habitacionais, visando definir os parâmetros do projeto. Foram realizadas atividades como cadastramento das famílias beneficiárias; apresentação da proposta de trabalho; dinâmicas para a definição do tamanho dos cômodos; e definição conjunta do projeto urbanístico. Neste caso, foram decididos o posicionamento e o proprietário de cada lote, conforme critérios pré-definidos pelo conjunto dos moradores. Os projetos das casas também foram discutidos com os futuros proprietários, tendo surgido, ao final, nove padrões de casas (derivados de cinco), o que permitiu um diferencial em relação à padronização normalmente aplicada aos conjuntos populares. Estes projetos contemplaram, ainda, a possibilidade de expansão com a construção de mais um quarto, a ser realizada futuramente segundo critério do próprio morador.

Um outro fato relevante que ocorreu na constituição do projeto arquitetônico foi a definição das fundações, feita com o auxílio especializado de um professor da Escola Politécnica da UFBA. Esta consultoria apontou para alguns cuidados técnicos nas fundações das casas nos beirais e na drenagem das águas pluviais. Isto por causa da existência do solo tipo massapé,

⁷⁹ O Grupo THABA (Programa de Tecnologias de Habitação) é um núcleo da UNEB (Universidade do Estado da Bahia), que apóia projetos de arquitetura e construção principalmente voltados para iniciativas populares.

comum na região e que é extremamente instável, podendo ser prejudicial para construções civis.

As atividades da primeira etapa do Escola-Oficina se encerraram por volta do sexto mês do Eco-Luzia II, havendo uma parada de grande parte das suas atividades até por volta do décimo primeiro mês, quando se deu a sua retomada definitiva. Esta parada, conforme exposto anteriormente, se deveu à dificuldades encontradas junto à Prefeitura Municipal de Simões Filho, para a liberação do alvará que autorizava o início da construção da infraestrutura do conjunto habitacional.

De qualquer forma, durante este período de diminuição das atividades, foi elaborado o projeto completo para a infra-estrutura urbanística do local. Este projeto contemplava quatro vias principais: a distribuição de água a partir da linha principal da rede que serve Santa Luzia; a construção de uma rede de coleta do esgoto com um tratamento posterior, em uma Unidade Recuperadora da Qualidade da Água (*wetland*); o manejo dos resíduos sólidos, a ser feito mediante um processo de coleta seletiva e posterior tratamento (compostagem, reciclagem e/ou recondicionamento) e a abertura das ruas com a pavimentação e colocação de meio-fios. Vale ressaltar o projeto de infra-estrutura como um todo, assim como o plano urbanístico foi feito para contemplar 32 casas, envolvendo outras 9 que fazem margem com o terreno adquirido e que haviam sido construídas em 2005 pelo TAC da SIBRA.

Neste período foi realizada ainda a reforma do prédio que deverá abrigar o mercadinho comunitário, e que se encontra dentro do terreno adquirido para a construção do condomínio das 23 casas. A realização desta reforma serviu como base para a preparação da construção do conjunto das casas, já que parte do pessoal que participou da atividade (inclusive o mestre de obras) acompanharia também as construção do condomínio.

Uma terceira atividade realizada neste intervalo, e que foi preparatória para a segunda fase deste subprojeto foi a chamada dos beneficiários das casas para a atuação no Canteiro-Escola⁸⁰. Nesse momento, observou-se que a comunidade não tinha condições de se adequar à proposta no formato esperado, já que o pré-requisito básico para se constituir a “Escola-Oficina” era que todos fossem estudantes regularmente matriculados em uma instituição de ensino, condição que poucos cumpriam. Além disto, houve uma procura muito inferior ao

⁸⁰ Inicialmente, deveriam participar do processo os beneficiários das casas, que teriam direito a indicar mais uma pessoa para atuar na construção, perfazendo um total de 46 indivíduos que receberiam, ainda, uma bolsa mensal para ajuda de custo.

esperado. Havia 46 bolsas para a realização da construção (duas por família beneficiada), e o número de pessoas que compareceram foi inferior à metade do previsto. Isto fez com que a concepção do projeto migrasse de um programa de Escola-Oficina para o de um Mutirão-Escola, readequando-se a proposta da bolsa e mantendo-se a perspectiva de ensino-aprendizado. Este seria feito, entretanto, numa dinâmica mais aberta à participação da comunidade como um todo.

Depois do mês de abril/2007, quando foi liberado o alvará pela Prefeitura Municipal de Simões Filho, iniciou-se o trabalho de construção das unidades habitacionais, que ainda não foram concluídos até dezembro/2007. O início destes trabalhos trouxe dois fatos que chamaram a atenção, e que estão associados à participação da comunidade nas atividades: primeiro, a abertura do mutirão-escola fez com que houvesse um grande número de mulheres que se apresentaram e segundo, grande parte dos beneficiários das casas não vêm participando do mutirão.

Por fim, observa-se que o subprojeto do Escola-Oficina acabou assumindo uma grande complexidade dentro do Eco-Luzia, principalmente por duas razões principais: primeiro por conta da sua proposta inicial, de se constituir a partir da estrita participação das pessoas em todas as etapas do processo e segundo devido ao forte entrelaçamento adquirido com outras atividades do projeto e principalmente com a própria dinâmica da comunidade. Sobre o primeiro ponto, a avaliação que a equipe fez, especialmente na primeira etapa (construção do projeto arquitetônico), foi que houve um gradativo envolvimento das famílias beneficiárias, que atuaram ativamente no processo⁸¹. Referente à segunda razão, foi gerado um impacto no local sob diversos aspectos: econômicos, profissionais, sociais e culturais, que refletem inclusive nos demais empreendimentos da rede. Na equipe técnica este impacto se traduziu no fato de ela assumir parte da gestão do processo de construção das unidades habitacionais, tendo o seu tempo reduzido para a dedicação às outras atividades.

2.3.3.7 O desenho da rede local

Os empreendimentos e iniciativas descritos nas seções anteriores se entrelaçam, formando a

⁸¹ Dados extraídos dos relatórios do projeto (ECO-LUZIA, 2007).

rede local de economia solidária. O núcleo articulador desta rede do ponto de vista sócio-político, como vimos acima, é o CDS – Centro de Desenvolvimento Solidário, mas o banco comunitário e o mercadinho adquirem importante papel nela quando se trata da dimensão econômica. O desenho esquemático da organização da rede, desde este ponto de vista político e conforme a organização promovida pelo projeto Eco-Luzia pode ser visto mais abaixo, na Figura 11.

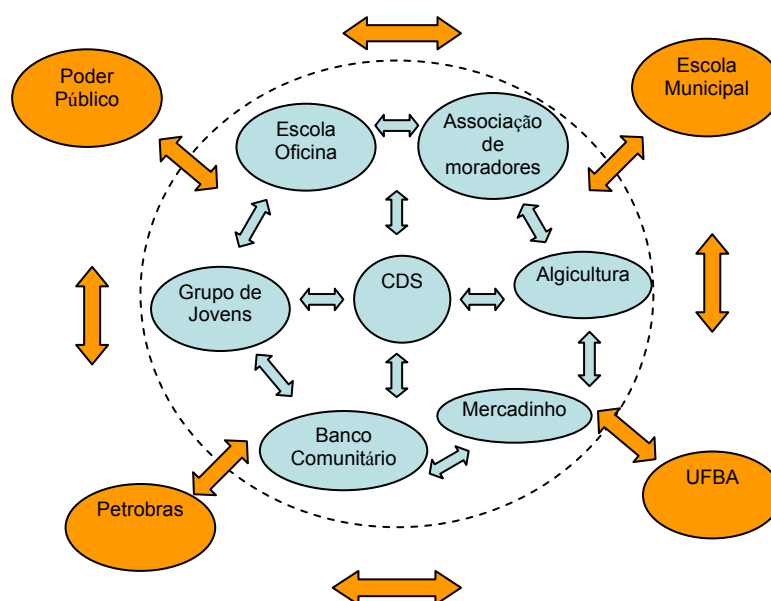


Figura 11 - Esquema da rede local criada pelo projeto Eco-Luzia

O desenho apresentado é apenas ilustrativo, já que não mostra precisamente todos os relacionamentos existentes (a interação interatores), quais as interações mais frequentes, quais os atores mais centrais e, qual a hierarquia entre eles, dentre outros elementos que seriam típicos de uma análise de redes⁸².

2.3.4 Desafios e planos para o futuro

A finalização da segunda fase do projeto Eco-Luzia aponta para o questionamento sobre o direcionamento que deverá ser dado ao processo iniciado. Em termos da metodologia de

⁸² Ver, por exemplo, Moura (1997), que trabalha questões como abrangência da rede, centralidade, funções, natureza dos vínculos e publicidade; Fischer, Melo e Codes (2004), que estudam as redes a partir da complexidade da gestão (que vai desde organizações até redes de redes) e Capra (1996), que entende a rede como “pradrão” que define a “estrutura” de um sistema.

incubação, o caminho que deverá ser seguido é aquele apontado mais acima, que inauguraria a terceira etapa do processo: consolidação das iniciativas e ampliação da rede constituída. De um ponto de vista mais específico, cada empreendimento tem alguns planos, possibilidades e desafios a assumir nesta nova fase⁸³, conforme veremos a seguir:

a) CDS – Centro de Desenvolvimento Solidário

Quatro frentes podem nortear a atuação do CDS num futuro próximo: a conquista do título de utilidade pública, associada à reestruturação da sua gestão, a constituição de um infocentro comunitário, a constituição de uma cozinha comunitária e a definição de um processo de gestão do espaço do condomínio criado com a construção das unidades habitacionais.

Assim, tendo em vista a necessidade de melhorar a articulação para a sua sustentabilidade, uma das ações que deverá ser assumida pelo CDS, numa eventual terceira fase, é a busca pelo seu título de utilidade pública, credenciando o empreendimento ao acesso de recursos específicos, especialmente dentro das esferas governamentais. Por outro lado, no âmbito da sua gestão, mais três ações devem ser efetivadas: primeiro, um processo de gestão do conhecimento com o investimento na formação dos seus membros em temas específicos; segundo, uma maior inserção na gestão financeira do projeto com a respectiva de assumir de forma mais efetiva a prestação de contas à comunidade; e terceiro, o aprimoramento do processo de gestão da comunicação, visando o desenvolvimento da própria rede e da sua articulação institucional. Além da reestruturação da gestão, pretende-se a adequação física do espaço, como um fator de apoio para a realização das atividades desta entidade.

O infocentro comunitário, por sua vez, constituir-se-ia como instância estratégica para a consolidação e ampliação da rede, cumprindo quatro papéis de grande relevância: o da promoção de um processo de inclusão digital na comunidade, através da formação e capacitação de moradores em tecnologias de software livre; o de permitir a interação da rede de economia solidária de Santa Luzia com outras redes, com vistas à efetivação de articulações diversas; o de fornecimento do ferramental para a gestão da informação da rede local; e por fim, o de servir de suporte para a constituição de empreendimentos baseados na utilização das tecnologias e ferramentas que estarão disponíveis, principalmente atendendo ao grupo de jovens.

⁸³ As informações descritas neste item são provenientes da participação nos processos de avaliação sobre o Eco-Luzia II e de reflexões para a constituição da fase seguinte do projeto (Eco-Luzia III), realizadas no âmbito da equipe técnica da UFBA e em conjunto com a comunidade de Santa Luzia.

Já a cozinha comunitária permitiria atender a uma séria demanda da comunidade, que é a de eliminar, definitivamente, o problema do acesso às condições adequadas de alimentação por parte de todos os moradores de Santa Luzia. A proposta, que estaria vinculada principalmente à Associação dos Moradores, consistiria em estruturar uma cozinha comunitária que pudesse oferecer refeições baratas aos moradores (ou distribuída conforme lógicas de trocas, por exemplo), e que estaria, ainda, vinculada à rede local, constituindo-se como mais um dos seus empreendimentos. Espera-se ainda que essa ação possa trazer dois outros benefícios indiretos, que resultariam em um fortalecimento da rede local. Estes são por um lado, a redução dos empréstimos do Banco Comunitário na modalidade consumo, e por outro a sustentabilidade do Mercadinho Comunitário, que se constituiria como um parceiro da cozinha.

A quarta ação mais geral do CDS seria a gestão do condomínio que se formará por conta das construções previstas no subprojeto Escola-Oficina. Três elementos são motivadores para esta proposta: o primeiro é associado a um fato que se observa em outros casos, que é o da dificuldade encontrada pelos moradores beneficiados de se inserirem no seu novo patamar de vida, que implica em custos mais altos, levando muitos a se desfazer do imóvel que recebeu⁸⁴; o segundo é referente à possibilidade de promoção de novos postos de trabalho eventualmente seriam gerados no processo e o terceiro é a possível contribuição às questões ambientais, por se permitir a inclusão, em uma gestão deste tipo, de assuntos como o tratamento do esgotamento sanitário e o recolhimento e reciclagem do lixo gerado, evitando-se a degradação das estruturas que serão criadas.

b) Banco Comunitário Eco-Luzia

A proposta associada ao banco comunitário se articularia a partir de duas vias principais: a primeira que seria a consolidação das suas atividades pela expansão da capacidade de fornecimento do microcrédito e constituição de um correspondente bancário, e segunda que se daria via expansão da atuação territorial, que seria estendida para Cotegipe e consolidada em Mapele.

Referente à primeira via, a proposta incluiria um reforço do fundo rotativo para o investimento em novos empreendimentos (principalmente os mais estruturados, que seriam considerados estratégicos) e a criação de um correspondente bancário, permitindo que as pessoas tenham possibilidade de realizar pagamentos e recebimentos dentro da própria

⁸⁴ Dentre estes podemos citar o caso do Conjunto Palmeira, em Fortaleza/CE (SILVA JÚNIOR, 2004).

comunidade. A atuação enquanto correspondente bancário traria ainda a vantagem adicional de garantir uma outra fonte de recursos, contribuindo para a sustentabilidade do banco no longo prazo.

No que toca à expansão da rede, a idéia seria reforçar e ampliar o processo já iniciado em Mapele e começar um trabalho na comunidade de Cotegipe nos mesmos moldes, de forma a se criar uma rede integrada com as três localidades. Para esta ampliação seria demandado um segundo aumento do fundo rotativo do Banco e um suporte para ajuda de custo às novas agentes de crédito.

c) Grupo de jovens

A consolidação do grupo de jovens na terceira fase do Eco-Luzia poderia contar com dois eixos de ação principais: um associado com a sua atuação na comunidade e outro voltado para o desenvolvimento humano e profissional dos jovens. A consolidação destes dois eixos poderia ir ao encontro da concretização de algo que vem sendo buscado pelos jovens de Santa Luzia que é o reconhecimento do grupo enquanto entidade imprescindível na rede de empreendimentos do projeto Eco-Luzia.

Referente ao primeiro eixo, poderíamos apontar quatro ações fundamentais, que representam um processo de continuidade e de reforço de práticas que apresentaram bons resultados até o presente. Estas seriam a realização de uma campanha ambiental mais ampla e efetiva, resolvendo a questão do lixo em Santa Luzia e melhorando a relação das pessoas com o seu meio ambiente; a realização de eventos na comunidade; a constituição de novas edições do jornal comunitário, e por fim, a qualificação da inserção dos jovens nos demais empreendimentos, como “jovens aprendizes”.

Do ponto de vista do desenvolvimento humano e profissional dos jovens, duas ações principais poderiam estar vinculadas: primeiro, a profissionalização dos jovens, preparando-os para o seu próprio futuro, por meio da promoção de cursos, principalmente dentro da perspectiva de geração de trabalho e renda; segundo, a continuidade do grupo teatral que se iniciou na segunda fase.

Por fim, o grupo deveria contar com uma sede equipada para as suas demandas. Ela já tem construção prevista no projeto Eco-Luzia II – extensão, mas não conta com equipamentos para a instalação efetiva do grupo. Isto permitiria ainda uma maior identidade do grupo, que

estaria fisicamente instalado e identificado com um espaço próprio.

d) Mercadinho Comunitário de Santa Luzia

O mercadinho comunitário poderia contar, no futuro, com duas frentes principais de ações: a reestruturação das suas atividades operacionais e gerenciais, para dar conta do novo espaço de trabalho e a expansão da sua atuação para fora da comunidade de Santa Luzia. Dentro do primeiro ponto, quatro questões fundamentais surgem: o equipamento da nova sede; a ampliação dos estoques com a respectiva diversificação dos produtos oferecidos; a adequação da gestão, principalmente em função do novo espaço e da nova dinâmica de trabalho decorrente; e a articulação de novas parcerias com fornecedores, outros mercados (de diversos portes) e outras organizações, pensando-se na sustentabilidade do mercadinho.

A segunda frente envolveria principalmente a estruturação de um processo de compras coletivas. Isto implicaria em questões como a articulação com empreendimentos solidários que possam fornecer produtos; o envolvimento de interessados em realizar as compras via este processo; a criação de ferramentas e metodologias específicas; a criação de instrumentos de comunicação e; a definição de processos logísticos que dêem conta da atividade.

e) Algicultura Solidária

Este subprojeto poderia contar com um corte para se definir a finalização do processo experimental, de forma que houvesse uma conclusão, pelo menos parcial. Em função desta conclusão, dois caminhos possíveis se abrem: ampliação das atividades, que se desenhariam conforme uma atividade piloto-comercial ou redirecionamento definitivo.

3 DESVENDANDO O CASO

3.1 A INCUBAÇÃO DE REDES EM PERSPECTIVA

3.1.1 O potencial da incubação de redes

Ao tratarmos do tema da incubação de redes, algumas questões se apresentam de pronto: o que esta abordagem traz de novo? Qual a sua proposta? Por que incubar redes? Para responder a estas perguntas, podemos lançar mão de duas linhas argumentativas principais: esta proposta possui vantagens com relação à incubação de empreendimentos solidários de forma individual e ela traz uma solução nova para o problema da geração de trabalho e renda, alertando para a necessidade da redefinição de conceitos em torno de algumas questões que envolvem as teorias econômicas.

Vale ressaltar, antes de entrarmos na questão dos elementos que diferenciam a incubação de redes, que as ITCPs cumprem papéis importantes e necessários dentro do campo da economia solidária. Um dos sintomas desta relevância é a própria incidência de citações sobre o tema em muitos autores (diríamos que a maioria) que escrevem sobre a economia solidária⁸⁵. Assim, um dos papéis que poderia ser citado é o de capacitar os empreendimentos, tirando muitos deles da informalidade e da precariedade, permitindo uma renda digna para os seus

⁸⁵ Alguns trabalhos que tratam especificamente do tema são, por exemplo, o de Meira (2005), que procura entender como algumas ITCPs percebem a gestão dos empreendimentos solidários, o de Cunha G. C. (2002), que estuda o caso da Incubadora de Santo André no contexto de desenvolvimento do município de então, o de Higuchi, Machado e Teixeira (2006) e de Nunes e Vasconcelos (2006) que tratam dos desafios associados aos processos de incubação.

participantes. Um segundo seria a articulação de novas políticas públicas no campo da geração de trabalho e renda (CUNHA G. C., 2002). Já um terceiro, estaria ligado ao processo de organização das próprias ITCPs, que vêm se congregando em torno de redes nacionais, o que dá consistência à proposta e ajuda no próprio processo de organização política das práticas de economia solidária.

Do ponto de vista das dificuldades enfrentadas, existe ainda uma proximidade entre a abordagem de redes e de empreendimentos individuais. Fazendo uma análise do texto de Nunes e Vasconcelos (2006), que apresentam um apanhado sobre os desafios do campo da incubação, percebemos claramente tal fato. Estes autores apresentam as dificuldades no campo da sustentabilidade econômica e associativa dos empreendimentos incubados, dando grande ênfase ao segundo ponto, e refletindo, em grande medida, muitas questões enfrentadas pelo caso em análise neste trabalho.

A abordagem de incubação de empreendimentos individuais, entretanto pode apresentar algumas limitações que a incubação de redes pretende, em parte, dirimir. O diferencial da proposta de uma incubação ampliada pode ser traduzido, assim, a partir de dois elementos principais. O primeiro deles é que esta perspectiva pode evitar a exposição excessiva ou prematura dos empreendimentos em constituição ao processo de luta pela sobrevivência no ambiente de concorrência de mercado. O risco de tal exposição pode ser entendido, por analogia, a partir de situações como a da grande mortalidade observada em novas empresas: segundo o SEBRAE (2005), 56% das empresas paulistas fecham as portas antes de completarem cinco anos de atividade⁸⁶. Além deste risco, temos um outro, que perpassa alguns escritos de Singer (1999), que é, de um lado, a mimetização de práticas não-solidárias de empresas capitalistas, na busca pela sobrevivência, e, de outro, a cooptação por estas mesmas empresas quando os empreendimentos solidários começam a ter um sucesso visível. Em ambos os casos, o resultado final é uma descaracterização do empreendimento enquanto alternativa solidária.

A segunda das vantagens para a incubação de redes viria do fato de que este processo pode proporcionar benefícios a uma coletividade maior, principalmente aquela representada pelo local em que ele se dá. Neste sentido, além da ampliação de benefícios provindos diretamente

⁸⁶ A pesquisa do SEBRAE utilizou dois universos de pesquisa: os registros da JUCESP, baseado em firmas individuais e sociedades limitadas e os registros do próprio SEBRAE-SP, onde foram consideradas também as cooperativas. Neste segundo universo, a mortalidade cai para 30% em cinco anos, dado que não deixa de ser, todavia, preocupante.

da criação de um número maior de empreendimentos, poderiam surgir outros vinculados aos processos de articulação em torno das questões da coletividade envolvida. Assim, a possibilidade da constituição de um plano estratégico de desenvolvimento para o território abarcado pode ser um catalisador e um potencializador de resultados. Estes resultados teriam, assim, o potencial para se estender para além da questão da geração de trabalho e renda, podendo atingir elementos como a melhoria na infra-estrutura local e nos seus cenários culturais, políticos e ambientais.

Assim, no que toca ao tema da geração de trabalho e renda, a idéia de incubação de redes pretende uma superação das políticas mais tradicionais nesta área, principalmente àquelas vinculadas à noção de criação de emprego. Já há de fato, um avanço dentro da economia solidária, por inaugurar o discurso em torno justamente do trabalho e renda, abandonando-se o conceito de emprego. As ações deste último são, entretanto, pensadas geralmente em termos da qualificação profissional e da organização dos circuitos da economia informal, dentro de uma perspectiva que França Filho (2006b) define como *insersional-competitiva*. O sentido desta qualificação e formação das cooperativas é o de torná-las aptas a competirem com outras empresas em igualdade de condições ou mesmo adquirindo certas vantagens competitivas que adviriam da cooperação dos seus membros⁸⁷.

Tal situação replica um pouco um chavão que vem sendo cada vez mais comumente utilizado, especialmente pelos atores do mercado (principalmente no mundo empresarial): o “cooperar para competir”. Esta idéia, embora represente um avanço com relação concepção egoísta estrita para a regulação da economia, ainda se apresenta presa aos ditames da competição (pode-se cooperar, mas ao final, deve-se competir), principalmente quando na sua argumentação defende que a existência de qualquer tipo de protecionismo significa manutenção de dependência dos empreendimentos, ao invés do seu fortalecimento.

A superação desta contradição pode residir no que França Filho (2006b) denomina de concepção *sustentável-solidária*. Esta concepção pode conter elementos que permitiriam uma revisão paradigmática mais profunda. A geração de trabalho e renda surgiria a partir da construção de estratégias de desenvolvimento que abarcassem um determinado território na sua totalidade, constituindo-se justamente redes de economia solidária. Estas estratégias

⁸⁷ Sandoval (2007), a partir da concepção neoclássica da economia procura demonstrar que a cooperação promove uma “vantagem competitiva” aos atores, por meio de um fator de “transferência solidária”. De fato, este autor acaba concluindo que em qualquer situação, mesmo dado que os atores são movidos por interesses egoístas, é sempre mais vantajoso cooperar.

envolveriam, por exemplo, questões como a construção de uma dinâmica econômica diferenciada, que integrasse os elementos sociais, políticos, culturais e ambientais do local e que envolvesse a construção conjunta da oferta e da demanda no território.

Esta mudança paradigmática pode ser entendida a partir da perspectiva das teorias econômicas⁸⁸. Nestes casos, a competição assume sempre uma posição de destaque porque o próprio mercado é tido quase unanimemente como uma solução final, da qual não há mais volta nem alternativas (embora muitos apontem nele falhas estruturais sérias e de difícil solução⁸⁹). No tipo de situação que se apresenta, há um elemento novo: o equilíbrio entre a oferta e a demanda não se dá por um jogo livre e competitivo, baseado em maximizações individuais e egoístas, mas sim no planejamento que decorre da cooperação entre os atores vinculada à própria solidariedade. Este equilíbrio assume um caráter estratégico, e o que o define é a otimização do bem-estar coletivo e do individual de forma simultânea.

3.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONTORNOS DA PROBLEMÁTICA

3.2.1 Economia e solidariedade

Os elementos colocados nos capítulos anteriores se inserem em outras questões mais gerais, que aparecem dentro do campo da economia solidária. Uma destas questões, que nos parece relevante por impactar no que se faz dentro deste campo, e sobre o qual não se percebe uma discussão suficientemente extensa, é sobre o significado contido dentro do próprio conceito.

Assim, do ponto de vista dos paradigmas econômicos atualmente dominantes, associar conceitos como economia e solidariedade seria uma contradição, ou no mínimo uma

⁸⁸ Um outro caminho frutífero para a discussão sobre a questão é aquele veiculado pelos autores que escrevem sobre o tema do desenvolvimento local sustentável, como por exemplo Sachs (2002), Veiga (2005), Van Bellen (2006) e Moura et alli (2002) e Santos (2002). O centro das discussões, neste caso, é a validade do conceito de desenvolvimento enquanto crescimento econômico e não a lógica de mercado em si. A revisão proposta elege a sustentabilidade como conceito-chave e aponta no sentido de que o desenvolvimento sustentável deve ser pautado por várias dimensões (social, política, ambiental e cultural), sendo a econômica apenas uma mediadora das demais.

⁸⁹ Ver, por exemplo Santos (2002).

artificialidade. Isto se dá, basicamente, porque a competição recebe um papel central e naturalizado dentro das concepções econômicas neoclássicas ou outras mais recentes, quando na verdade nem a competição nem a desigualdade deveriam ser vistas como naturais (SINGER, 1999).

Por outro lado, Santana Júnior (2006) observa que a contradição entre os conceitos estaria presente apenas nestas teorias, por elas pretenderem um purismo da esfera econômica, desvinculando-a de outras manifestações da vida humana. Grande parte dos resultados frustrantes da aplicação de seus receituários na busca da melhoria social provém justamente desta condição. Ou seja, a eficiência e a eficácia econômica são obtidas em muitas situações, mas outras metas não são satisfeitas com a simples otimização das relações de mercado⁹⁰.

Neste contexto, o papel da inserção da solidariedade seria, então, o de romper com a lógica reducionista e competitivista contida nas concepções neoclássicas. Segundo a perspectiva solidária, os fatores mais importantes para o desenvolvimento humano seriam os sociais, políticos, culturais e ambientais, frente aos quais os econômicos deveriam estar subordinados. Entretanto, esta solidariedade não deve ser percebida no seu formato mais simplista, como a caridade, ou como uma solidariedade orgânica, considerada muito vinculada ao Estado. Ela seria uma prática escolhida, voltada para o bem comum, assumindo um formato mais democrático e alicerçado em princípios ecológicos e éticos, bem como na pluralidade da ação econômica (SANTANA JÚNIOR, 2006).

Neste sentido, Dagnino e Dagnino (2007) enfatizam uma abordagem que integraria os conceitos de economia, ecologia solidariedade: a eco-solidariedade. Isto implica no dever de a solidariedade, como exposta pela economia solidária, ter de se estender para o próprio planeta como um todo. Os autores apontam que a economia solidária não tem contemplado suficientemente as preocupações associadas “com o planejamento da casa ou dos recursos do planeta”, por ela estar ainda muito “institucionalizada e impregnada pelo pragmatismo” (DAGNINO e DAGNINO, 2007).

⁹⁰ Sobre este ponto há um debate referente ao tema do desenvolvimento. Considera-se, por exemplo, que o crescimento econômico provocaria o chamado “efeito cascata” (ou “*trick down*”), ou seja, inicialmente apenas número reduzido de pessoas auferiria uma melhora de vida, mas gradualmente, o próprio crescimento se encarregaria de fazer “transbordar” este bem estar para o restante da população (VIEIRA, 2005).

3.2.2 Elementos conceituais

Apesar de a economia solidária, de forma geral, conter em sua essência a discussão e a formulação de novas propostas, conforme viemos discutindo até aqui, principalmente em torno de uma revisão do fazer econômico, o seu campo de estudos é essencialmente multifacetado, comportando diversas abordagens associadas a estas propostas. Neste campo, entretanto, as idéias se formam mais por sobreposição do que por superação, compondo o que seriam perspectivas diferenciadas sobre o mesmo tema (VIEIRA, 2005)⁹¹.

Para uma visão conceitual mais abrangente, podemos tomar a definição que Costa (2003) traz sobre a questão que, embora não seja exaustiva, pode representar uma caracterização possível do que há em comum envolvendo o conceito de economia solidária:

um fenômeno complexo, de iniciativas de geração de trabalho e renda que, além de sua dimensão econômica, comporta uma dimensão sócio-política que implica em que a resposta oferecida ao desemprego e à exclusão inspire um novo modo de regulação social que articule essas dimensões. (p. 38).

De par com esta diversidade de interpretações e enfoques, existe ainda uma gama muito ampla de experiências que são enquadradas segundo a denominação de economia solidária. Em função destes dois elementos (diversidade de práticas e de enfoques teóricos) propomos uma leitura da economia solidária a partir de três dimensões: ela seria ao mesmo tempo uma economia que privilegia os laços sociais, uma economia plural e uma prática sócio-política.

Uma economia que privilegia os laços sociais

Parece-nos que entender a questão da sociabilidade humana ajuda a desvendar alguns fatores relacionados à “escolha solidária” referida mais acima. Dois elementos inter-relacionados podem ajudar nesta reflexão: a perspectiva da motivação das ações humanas, segundo as reflexões feitas por Arruda (2000, 2004) e o aporte do paradigma sociológico da dádiva.

Marcos Arruda (2004) afirma que um fator ontológico para o surgimento da economia solidária é “o profundo desejo de felicidade, que não pode existir sem auto-respeito, respeito

⁹¹ Exemplos destes enfoques são o aporte do paradigma antropológico da dádiva por França Filho (2004); a busca da construção humanista de Arruda (2000, 2004), entendendo a economia solidária dentro de um movimento de amorização e de feminização da economia; o reavivamento das discussões sobre um “novo socialismo” a partir de formas organizativas inovadoras dos trabalhadores, em termos de produção e de comercialização (SINGER 1999; GAIGER 2000, 2004), a “economia do trabalho” de Coraggio (2003).

mútuo e laços de amor entre as pessoas” (p. 1). Os conceitos em que ele se inspira são aqueles de Theilard de Chardin, em que as tendências de evolução do ser humano apontam na direção à sua amorização e espiritualização, o que faz com que a economia solidária seja entendida dentro de um movimento de amorização e feminização das ações humanas. A economia solidária seria então uma ferramenta para a construção de um projeto maior, conforme podemos ver no trecho a seguir:

Nós falamos de uma solidariedade consciente, construída como parte de um projeto teleológico. Portanto, que envolve fins que nós lançamos em nossa ação; um projeto para iluminar a nossa ação. Essa é a concepção de Amor como lei natural de convergência, como uma tendência natural da humanidade (ARRUDA, 2000, p. 208).

O amor pode ser entendido aí tanto como um sentimento que parte de um processo auto-referente do indivíduo (ou seja, pode ser desenvolvido de forma individual), como quanto um parâmetro para a atuação numa dinâmica relacional. Isto se torna mais evidente quando se percebe que para Arruda, o direcionamento da construção da economia solidária aponta para o desenvolvimento individual ao mesmo tempo em que se dá o coletivo.

O sentido de completude da ação humana pode ser dado ainda a partir do entendimento do paradigma antropológico da dádiva (GOUDBOUT, 1999; CAILLÉ, 2001), que vincula o impulso da troca ao da própria formação do laço social. O seu circuito é composto do dar, receber e retribuir, que ao ser alimentado reforça o laço entre as pessoas. Isto repõe a percepção do “dar” como fazendo parte da essência do ser humano, contrapondo ao “extrair”, ou seja, à motivação egoísta, que seria aquela que entende o móvel da ação humana como sempre interessada.

Tal concepção, entretanto, não ignora a presença de interesse, mas percebe-o presente de forma indissociada ao desinteresse, afirmando com isto que a necessidade imperativa da formação do laço social não consegue excluir este segundo fator da ação humana.

A economia solidária é vista assim como uma reposição de vários elementos deste processo de trocas tradicionais, que envolve o circuito da dádiva. Observa-se, por exemplo, que as relações comunitárias não se dissociam do processo de troca econômica realizada por um empreendimento solidário. Em cima disto, França Filho (2006b) afirma ainda que “o processo produtivo não tem condições de existir independente do próprio tecido da vida social entre as pessoas” (p. 73).

Parece que o próprio amor qualifica o princípio do dar contido na dádiva. Com isto, a vivência solidária, além de permitir um fortalecimento dos laços sociais, por restituir a dádiva a partir das trocas econômicas, pode levar a uma experiência positiva que conduziria, seguindo na esteira de Arruda, a um desenvolvimento dos próprios sentimentos humanos.

Uma economia plural

França Filho e Laville (2004), apoiados em Polanyi, caracterizam as práticas de economia solidária como sendo constituídas a partir de três lógicas econômicas distintas, articuladas e convivendo no mesmo espaço (o que não implica necessariamente em ausência de tensão): as mercantis, as não-mercantis e as não-monetárias. Do ponto de vista da aquisição de recursos para a sua manutenção, um empreendimento solidário pode, assim, combinar diversas fontes, como as públicas, os trabalhos voluntários, as dinâmicas de trocas (utilizando-se moedas sociais, por exemplo) e o mercado. Sob esta perspectiva, a sustentabilidade econômica de um empreendimento solidário passa também a ser percebida a partir de uma noção ampliada, considerando-se relevantes os recursos que não estejam necessariamente vinculados à lógica de mercado. O tipo de lógica não-monetária remete à discussão anterior, sobre os laços sociais, pois ela é formada, principalmente pelos laços de reciprocidade fomentados em um processo de dádiva.

A noção de economia plural é ainda reforçada por dois outros fatores: a construção conjunta da oferta e da demanda (ANDION, 2001; FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004; MANCE 2001) e a constituição de redes (ARRUDA, 2000, FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004; MANCE 2001). Ambas as práticas surgem com o objetivo de integrar as relações econômicas e criar uma demanda efetiva para os empreendimentos, assegurando sua sustentabilidade. No primeiro caso, o que se assiste é a um desenvolvimento do caráter democrático das experiências, num processo de articulação dos atores locais. A dinâmica das redes, por sua vez, complementa este processo, fomentando a construção de práticas integradas, que se articulam para o desenvolvimento local. Sem embargo, estas redes podem atingir grande amplitude, chegando a níveis globais, constituindo relações que se inserem, por exemplo, dentro das práticas de *Fair Trade* (ou Comércio Justo).

Uma prática sócio-política

Sob este ponto, dois elementos se destacam na leitura do aspecto político da economia solidária: um enquanto articulação das pessoas para a solução de problemas que afetam a sua

própria vida e outro enquanto uma luta pela mudança. Estes dois aspectos estão fortemente entrelaçados, e a rigor, o segundo poderia ser incluído no primeiro. Destacamos esta questão, entretanto, pelas particularidades que ela assume.

Sobre o primeiro elemento, parece apropriado entender as práticas da economia solidária como essencialmente surgidas de movimentos da sociedade. Isto as coloca num nível de superação da regulação exclusiva, tanto do mercado, quanto do estado. Os antecedentes históricos destas práticas indicam o protagonismo da sociedade organizada. Por um lado, tem-se como surgimento o socialismo utópico e as movimentações populares de organização de um sistema alternativo ao capitalismo (SINGER, 1999) e por outro o associativismo operário da primeira metade do século XIX, com destaque para o caso francês, onde ele emergia não apenas tendo em vista a resolução de problemas comuns, mas também para “intervir na construção da economia” (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 42).

De qualquer forma, o que marca a economia solidária é a existência de uma forte articulação política. Muitas práticas surgem da mobilização comunitária, que enseja a criação de organizações cuja ação é essencialmente voltada para fora de suas fronteiras e pautada pelo controle democrático. Dito assim, elas poderiam ser percebidas como práticas inscritas dentro do movimento associativista tradicional, entretanto extrapolam seus limites por envolver de forma mais totalizante as questões de um o território, ou seja, construindo soluções de organização econômica, política e social para a localidade.

A leitura do segundo aspecto pode ser entendida especialmente a partir do entendimento das práticas da economia solidária segundo uma visão mais inspirada na tradição marxista, conforme o faz, por exemplo, Singer. Neste caso, há uma posição mais tradicional das lutas de classes, que opõe o trabalhador ao capital, identificando na economia solidária um novo modo de produção:

Para compreender a lógica da economia solidária é fundamental considerar a crítica operária e socialista ao capitalismo. O que ela condena no capitalismo é antes de tudo a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção (SINGER, 2003, P. 14).

Vale ressaltar que uma lógica de análise não exclui a outra, já que temos no segundo caso, uma leitura especialmente de dinâmicas associadas à empreendimentos, a partir de uma perspectiva de mudança na sua forma de organização e de gestão, ao passo que no primeiro temos uma leitura da articulação mais externa, especialmente no que toca à dinâmicas

comunitárias. Esta leitura não deve reduzir, entretanto, a ação da segunda lógica a meramente uma mudança que estaria confinada nestas organizações, pois existem evidentes impactos mais abrangentes, que se refletem, por exemplo, na articulação destas organizações em diversos níveis (fóruns e redes), e nas ações mais abrangentes (comunitárias) que a sua filosofia de trabalho comporta.

3.3 OS DESAFIOS DO PROCESSO DE INCUBAÇÃO NO CASO ECO-LUZIA

3.3.1 Um possível modelo de análise

Conforme já apresentado na introdução deste trabalho, a proposta é olhar o processo de incubação correspondente ao Projeto Eco-Luzia a partir de dois eixos principais, que são: a) elementos da realidade de Santa Luzia, que é referente ao conceito de *bagagem comunitária* e b) caminho adotado pelo agente interventor, que perfaz o conceito de *comportamento do agente incubador*.

Estes dois eixos analíticos se relacionam a partir das suas contribuições individuais (medida por variáveis específicas) para a promoção da sustentabilidade do processo de desenvolvimento local, nos moldes compreendidos por este trabalho, ou seja, vinculado à constituição de redes de economia solidária. Neste sentido, a sustentabilidade não é entendida como simples perenização, mas envolve uma percepção mais ampliada, que considera o processo como multidimensional, ou seja, sendo levadas em conta as questões sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais (FRANÇA FILHO e SANTANA JÚNIOR, 2007; CUNHA E. V., 2007).

De forma mais detalhada, o cruzamento destes dois eixos gera quatro possibilidades frente a esta sustentabilidade, que são os quatro quadrantes representados pelo relacionamento dos pólos extremos de cada situação, conforme pode ser visualizado na Figura 12. Estes pólos são, por um lado, alta e baixa bagagem, contribuindo positiva e negativamente para o conceito referido e por outro, comportamentos emancipador e criador de dependência, seguindo

também a mesma ordem de contribuição.

Em função disto, podemos definir bagagem comunitária como sendo a capacidade de uma dada comunidade de suportar ou empreender um processo de desenvolvimento local sustentável e comportamento do agente incubador como a capacidade de um dado agente externo promover ou apoiar este processo.

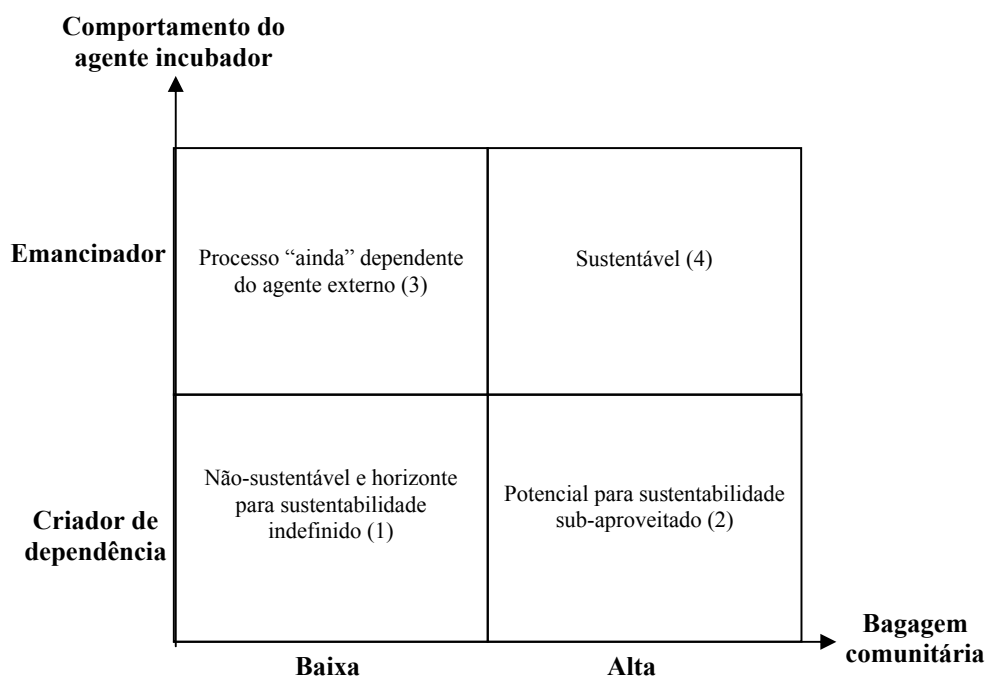


Figura 12 - Possibilidades frente à sustentabilidade de um projeto de desenvolvimento local

Dentre os quadrantes gerados, temos primeiro as possibilidades dadas pelo comportamento criador de dependência. Neste caso, quando a bagagem comunitária é baixa, temos provavelmente o pior cenário possível. Se, por um lado, a comunidade não consegue conduzir o seu próprio processo de desenvolvimento, por outro, o agente não aporta condições adequadas para tal, promovendo ainda uma relação perniciosa, em que a razão de ser do projeto se tornaria, no limite, a simples manutenção financeira do agente. Quando passamos ao pólo de alta bagagem comunitária, poderemos ter uma situação que representaria um potencial sub-aproveitado. Poderiam estar aí, por exemplo, as práticas de desenvolvimento local com enfoque competitivo (MOURA et alli, 2002), ou as práticas de constituição de arranjos produtivos locais (APLs). O primeiro caso poderia se fazer presente também no quadrante anterior (1), mas o segundo provavelmente teria dificuldades em se realizar em comunidades com baixa bagagem, já que ele parte do aproveitamento das potencialidades locais.

No outro extremo, quando o agente incubador tem um comportamento que gera emancipação, temos, no cruzamento com uma baixa bagagem comunitária, um processo que ainda depende da atuação de agentes externos. Há, neste caso, uma boa possibilidade de sustentabilidade em um prazo mais ou menos longo, pela natureza do próprio agente. O sentido desta dependência, entretanto é diferente do que se apresenta nos casos anteriores, e está associado principalmente à exigência de um trabalho mais intenso junto à comunidade para a conquista da sua própria emancipação. Por fim, as maiores possibilidades se apresentam no encontro deste comportamento do agente com uma alta bagagem comunitária.

Dado que as condições podem se alterar com o tempo, as posições do modelo não são determinísticas. Neste sentido, existem algumas possibilidades dinâmicas, e é perfeitamente possível que a bagagem comunitária sofra um incremento ou que as práticas de incubação (ou políticas de desenvolvimento, de forma mais genérica), se modifiquem. É evidente, também, que estas modificações podem ser em quaisquer sentidos, mas nos interessará aqui principalmente aquelas que contribuem para o aumento sustentabilidade.

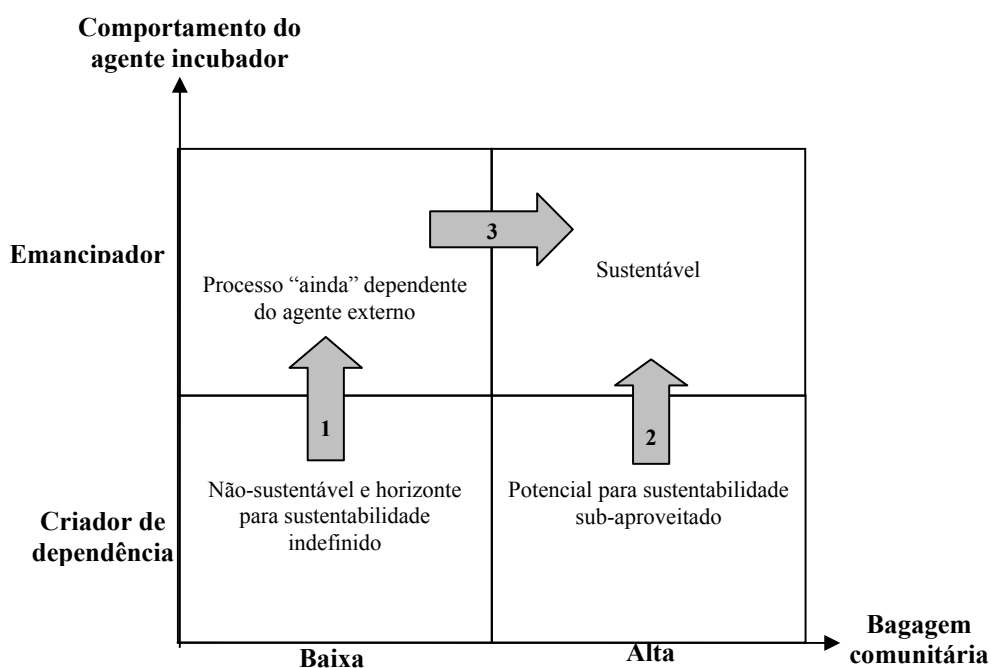


Figura 13 - Possibilidades dinâmicas do modelo

O primeiro movimento pode ocorrer a partir do trabalho realizado em comunidades atingidas pelos efeitos da exclusão social e que possuem baixa bagagem comunitária, perfazendo um movimento de *resgate da exclusão*. Este resgate ocorreria por meio da organização da dimensão sociopolítica, abrindo caminho para a geração de emprego e renda a partir das demandas locais. O segundo movimento, que seria a *realização de potencialidades*, diz

respeito ao redirecionamento de práticas já eventualmente presentes, tendo como eixo ainda a organização sociopolítica, porém em outro nível e com a organização de outras ações. Por fim, o terceiro movimento diz respeito ao processo de *formação*, obedecendo às questões coletivas (sociopolíticas) e individuais (gerenciais e técnicas).

Esta situação dinâmica permite perceber que os eixos se influenciam mutuamente, de forma que o modelo pode ser menos linear do que uma primeira percepção eventualmente forneceria. O tipo de atuação do agente incubador, por exemplo, não movimentaria apenas as possibilidades do eixo vertical. Ele pode promover um incremento na bagagem comunitária quando é emancipador ou apagar potencialidades existentes na localidade quando é criador de dependência. Por outro lado, o que está posto na bagagem comunitária pode, nos casos em que ela é alta, tornar o agente incubador emancipador, mesmo quando este não o é inicialmente, por um movimento de pressão ou articulação local, ou pode criar um circuito de dependência quando há baixa bagagem.

Estes dois conceitos principais (bagagem comunitária e comportamento do agente incubador), perfazem, então, duas variáveis principais, que são compostas, cada uma delas, por uma série de outras variáveis. Estas são descritas de forma mais detalhada nas Tabelas 7 e 8.

Tabela 7: Variáveis do Eixo "Bagagem Comunitária"

Nome	Descrição	Sentido da contribuição ⁹²
A) <i>Condicionantes históricos</i>	Percurso histórico vivido e condições criadas com relação ao processo de desenvolvimento da comunidade, principalmente em termos das dinâmicas sociais, da cultura associada ao trabalho e das mobilizações coletivas vivenciadas.	<i>Positiva</i> : condições criadas são favoráveis para o processo de mobilização <i>Negativa</i> : condições criadas dificultam o processo de mobilização
B) <i>Capacidade de mobilização</i>	Capacidade de mobilização coletiva a favor da proposta, dada pelos comportamentos assumidos pelos moradores.	<i>Positiva</i> : existe um perfil de mobilização capaz de gerar uma articulação em torno da proposta <i>Negativa</i> : existe desmobilização e pouca capacidade de articulação com relação à proposta
C) <i>Nível de resposta</i>	Reação da comunidade ao projeto e contribuição do aprendizado (quando há) para o andamento da proposta.	<i>Positivo</i> : há aprendizado e ele contribui para o aumento da capacidade de gestão do projeto pelos moradores

⁹² Utilizou-se o seguinte critério para definição do sentido das variáveis: no caso da bagagem comunitária, a contribuição positiva contribui para o pólo “alta bagagem” e a negativa para o de “baixa bagagem”. Para o comportamento do agente incubador, a contribuição positiva contribui para o pólo “emancipador” e a negativa para o pólo “criador de dependência”. Situações intermediárias podem ser definidas a partir de uma contribuição “neutra” para a variável.

		<i>Negativo:</i> não há aprendizado no sentido de ampliar a capacidade de gestão do projeto pelos moradores
<i>D) Institucionalidade presente</i>	Base institucional existente na comunidade e apoio que ela consegue prestar à proposta.	<i>Positiva:</i> o poder público se faz presente e atua junto às demandas da localidade <i>Negativa:</i> o poder público é ausente

Tabela 8: Variáveis do Eixo "Comportamento do Agente Incubador"

Nome	Descrição	Sentido da contribuição
<i>A) Perfil da equipe técnica</i>	Definição da equipe técnica em termos de motivação pessoal, formação e envolvimento com o processo.	<i>Positivo:</i> há envolvimento, motivação e formação adequadas para a proposta <i>Negativo:</i> equipe desmotivada e sem formação adequada
<i>B) Forma de atuação da equipe técnica</i>	Tipo de ação da equipe técnica termos da relação de apoio aos agentes locais.	<i>Positivo:</i> equilíbrio entre “voluntarismo” e “ausência”, ou seja, envolvendo-se mais intensamente ou afastando-se do processo nos momentos necessários <i>Negativo:</i> atuação excessivamente voluntarista ou ausente
<i>C) Formação de vínculos com os atores locais</i>	Tipos de vínculos formados entre os atores do processo	<i>Positivo:</i> formação de vínculos primários e secundários e de um laço forte entre os atores <i>Negativo:</i> formação de somente vínculos secundários e de laços fracos entre os atores
<i>D) Nível de aderência do projeto à realidade</i>	Forma como o incubador se articula com a realidade existente, adaptando-se às demandas, potencialidades e saberes locais.	<i>Positivo:</i> existe adaptação à realidade local no sentido de potencializar os resultados do projeto <i>Negativo:</i> não existe adaptação ou se há ela não se adequa às demandas, aos saberes e às potencialidades locais

3.3.2 A “bagagem comunitária”

Antes de partirmos á análise das variáveis desta dimensão, podemos fazer aqui uma breve reflexão a partir de três fatores estruturais que marcam, de forma geral, a realidade de Santa Luzia, ou seja, que escapam da ação meramente local. São eles:

I) Uma mudança cultural, que implica, dentre outras coisas, em os jovens não quererem seguir com as atividades pesqueiras, vocação adquirida pela comunidade ao longo do tempo. Tal

disposição, entretanto, não está presente apenas nos jovens, e muitos não querem mais depender deste tipo de atividade, por a considerarem desgastante e pouco rentável e por perceberem um declínio no volume de pescado com o decorrer dos anos. Há, neste caso, uma associação de dois fatores: um estrutural, que é a influência cultural que vem de fora da comunidade e outro local, que é o declínio das possibilidades desta atividade tradicional;

II) Uma mudança de valores, em direção a uma sociedade que pressiona cada vez mais pelo consumo e que não valoriza os saberes e as produções locais, gerando ansiedades, frustrações e inseguranças;

III) Uma cristalização da situação de exclusão, que se expressa em diversos níveis: a) econômico, pela dificuldade em auferir renda suficiente que permita o enquadramento nos padrões de consumo (neste ponto, podemos fazer uma aproximação com o fator acima); b) social, pela dificuldade de interação em outras esferas da sociedade (universidade, espaços públicos de reivindicação, etc), bem como de manter uma harmonia das relações no local; c) geográfico, pela dificuldade de locomoção, dada a deficiência do transporte público na comunidade.

Este quadro tem pressionado pelo esvaziamento da comunidade, o que se reflete na fala de alguns jovens. Vale ressaltar também que muitos destes problemas são típicos do momento atual da modernidade. Por exemplo, o transporte não seria considerado precário há 50 anos atrás se houvesse, como hoje, 5 ou 6 horários de saída diários de uma condução em direção ao centro da cidade de Simões Filho.

a) condicionantes históricos

Alguns dos elementos históricos citados podem nos ajudar a entender a comunidade de Santa Luzia hoje. Os dois segmentos associados ao surgimento da comunidade (engenhos e ferrovias) se tornaram, até a metade do século XX, decadentes e, embora tenham tido prioridade de investimento nos seus respectivos períodos⁹³, parece que não provocaram propriamente um desenvolvimento na região, pelo menos não um que se perenizasse. Isto provavelmente se reflete no presente, com o fato destas localidades não se desenvolverem mesmo com os programas mais recentes, marcados pela industrialização da região.

⁹³ Segundo FRANÇA FILHO e DIAS (2005), esta região foi a que recebeu maior investimento do estado da Bahia nos períodos de auge da atividade açucareira.

Cabe destacarmos aí dois fatores, nos quais a atividade econômica do cultivo de cana de açúcar teve uma contribuição especial: primeiro, o estigma que esta atividade parece ter deixado nas populações ali existentes, fazendo com que seus moradores se distanciassem das possibilidades advindas da modernização econômica promovida pelo novo ciclo e segundo, a desestruturação do cenário de emprego local nas décadas de 40 e 50, colocando as pessoas em condições de ainda maior precariedade.

O primeiro fator pode ser entendido a partir da percepção de que o plantio de cana de açúcar esteve sempre associado à utilização de mão-de-obra desqualificada, praticamente mecânica. No passado foi comum a utilização do trabalho escravo para este fim, o que certamente contribuiu para a depreciação deste tipo de atividade. Embora a última usina que operou em Santa Luzia não possuísse mais escravos, já que continuou a funcionar depois da abolição, provavelmente os seus trabalhadores eram seus descendentes diretos ou de poucas gerações, herdando o estigma inferiorizante da cultura escravista, caracterizada por práticas de negação da cultura, da história e da cor dos africanos e dos seus descendentes (OLIVEIRA, 2006). É provável que estes trabalhadores não tivessem tido o incentivo (ou mesmo a possibilidade) nesta ocasião para a busca da formação que os ajudassem a escapar da pressão deste condicionante histórico.

No segundo fator histórico, temos a ruptura gerada com o posterior fechamento dos engenhos, que provocou uma mudança na vida dos trabalhadores constituintes de parte do povoado inicial de Santa Luzia. Este fato parece ter dificultado a reconstrução organizada da vida da comunidade, pois se somou ao estigma do escravizado uma herança de empregabilidade segura (embora desqualificada) do engenho. Tais situações parecem ter legado uma prática de pouca mobilização coletiva e de comportamentos desarticulados para a busca de soluções frente aos problemas que envolvem todas as pessoas. Reflexos disto podem ser vistos, por exemplo, nos processos de formação do primeiro povoado de Santa Luzia, na forma como se deu seu posterior adensamento populacional, nas lutas que envolveram a comunidade e no desenvolvimento das atividades econômicas do local.

Além destes dois fatores históricos que aparecem de forma mais clara aqui, um terceiro, que é decorrência do segundo, ajuda a compor um entendimento mais preciso do contexto histórico, que é referente à afirmação da sobrevivência da comunidade em torno da atividade pesqueira. Tal fato parece ter ajudado a forjar a sua identidade coletiva, vinculada a elementos que uma cultura associada à pesca traz, como a perspectiva imediatista de sobrevivência (já que o mar

é visto como uma fonte inesgotável e sempre à mão de recursos), a informalidade e o familismo nas atividades (já que são normalmente práticas de subsistência com pequeno excedente), bem como os ritmos de vida das pessoas, muito distante daquele forjado pela cultura urbana e industrial moderna.

A dinâmica histórica de mobilizações políticas de Santa Luzia pode estar associada, de alguma forma a esta identidade. Elas surgiram principalmente depois da metade do século XX, mas nunca assumiram um caráter de “massa”, ao contrário de algumas festas religiosas, que movimentavam grande parte da população local. O que se pode perceber é que, neste período, os movimentos políticos com vistas a trazer benefícios para a comunidade foram sempre conduzidos de forma mais ou menos isolada por lideranças mais ativas, como pode ser visto nos casos que se referem ao histórico das mobilizações do local.

b) capacidade de mobilização

Três traços parecem marcar o comportamento dos moradores de Santa Luzia, quando observados no seu conjunto: a *baixa auto-estima*, a *solidariedade familiar* e a *amorosidade-cordialidade*. Estes traços, com suas peculiaridades parecem conduzir a um comportamento de *pouca mobilização coletiva*, se considerarmos este conceito como um processo de organização para articulação de ações conjuntas, tanto no sentido reivindicativo quanto no propositivo que envolvam, por exemplo, a realização de ações comuns no bairro para a sua melhoria.

Assim, podemos perceber o primeiro tipo de comportamento, em especial, nos momentos de interlocução do projeto (reuniões, cursos, etc). Nestes espaços, a postura das pessoas é, de forma geral, mais passiva, ou seja, há pouca argumentação frente a pontos que são discutidos ou ações que são encaminhadas. Mesmo nos momentos em que a equipe técnica se dirige diretamente aos moradores, o posicionamento é similar, sendo algumas vezes difícil a obtenção de opiniões sobre determinado assunto. Há nesta postura também uma certa timidez, que foi observada principalmente nas primeiras atividades do projeto, e que diminuiu com o tempo. Estes fatos ocorrem também, de forma mais atenuada, nas reuniões específicas dos empreendimentos. Alguns fatores podem explicar este posicionamento, como o medo de falar errado, de falar o que não deve ou o que não é importante, ou ainda achar que se tem pouco a contribuir, elementos típicos de uma baixa auto-estima.

Esta baixa auto-estima pode ser resultado justamente da interiorização do “estigma do

escravizado” referido mais acima, o que nos permite uma ligação direta deste tipo de comportamento com o nível de mobilização. A este respeito, Nunes e Vasconcelos (2006), fazem um alerta, apontando que a interiorização do estigma (no caso dos autores, a referência é para o estigma da pobreza, porém nos parece que os resultados são parecidos) poderia levar à busca por líderes fortes (“bem sucedidos” do ponto de vista social) e à criação de expectativas com relação aos incubadores.

No que toca a solidariedade, podemos tomar como ponto de partida o dado de que 54,5% dos moradores de Santa Luzia disseram que contam com parentes em momentos de dificuldade, 15,2% com vizinhos, 27,3% com “outros”, sendo que 3% não deram resposta (ECO-LUZIA, 2005a). É possível, que estes últimos 30,3% recebam também ajuda, entretanto a referência direta no primeiro caso indica uma possibilidade maior de este grupo receber um amparo mais efetivo⁹⁴. Estes números são ilustrativos da atuação dos laços familiares em Santa Luzia. Observa-se que existe uma forte atuação do que seria uma família “estendida”, onde são abarcadas praticamente todas as relações consangüíneas, ao contrário de outras culturas, em que ela é representada apenas pelo seu núcleo (ESTEVEES, 1998). Neste sentido, a atuação da solidariedade acaba recebendo também esta extensão, podendo representar uma rede relativamente grande em função de muitas pessoas serem parentes nesta comunidade.

Uma ilustração desta extensão pode ser aquilatada a partir da dinâmica que assumem algumas questões conflituosas na comunidade. Um exemplo que podem ser dados são o caso da saída de um dos trabalhadores do mercadinho, que contou com a interferência de várias pessoas componentes desta rede familiar “extensa”, procurando demovê-lo ou procurando jogar as razões da sua aparente frustração com o empreendimento para fora das questões individuais ou de convivência mais próxima. A ação destas redes pode ser percebida ainda nos desconfortos gerados quando assuntos deste tipo são levados para as reuniões gerais do projeto.

Uma observação final sobre a solidariedade em Santa Luzia é que por um lado, há alguns indivíduos que não participam dela, conquanto pareçam ser exceção e por outro, ela não gerou

⁹⁴ Um exemplo ilustrativo é o caso que foi relatado nos documentos do projeto: é o de uma moradora que precisava construir sua casa de barro e taipa, mas que não tinha recursos para tal. Esta situação era agravada pela pressão que estava sofrendo para entregar imediatamente a residência em que morava. Ela colocou a sua situação em uma pequena reunião com moradores e alguns integrantes da equipe técnica. O que foi percebido foi um grande espírito de solidariedade por parte dos presentes, que se prontificaram a ajudar esta moradora em dificuldades de diversas formas, pagando o barro (ou fazendo um mutirão para juntá-lo, conforme a sugestão inicial, que não foi acatada pelo tempo curto que se dispunha), levantando as paredes, juntando alimentos para compor uma cesta básica e se comprometendo quanto à descrição sobre o episódio.

uma mobilização que pudesse se converter num processo mais consistente de desenvolvimento. Neste caso, solidariedade não se torna sinônimo de cooperação, mas se apresenta como fato tradicional, que se passa principalmente dentro dos circuitos familiares, sendo herdada de um processo de convivência e do cultivo das relações nestes circuitos.

Por fim, como terceiro traço característico de Santa Luzia temos a *amorosidade-cordialidade*. Sob este nome, enquadramos um tipo de comportamento presente nas pessoas que denota receptividade e mesmo alegria por receber os visitantes de fora. A simplicidade e a vontade de agradar estas pessoas que chegam parecem estar acompanhadas ainda de uma admiração por eles. Este tipo de comportamento pode ser herança do que Sérgio Buarque de Holanda classifica como *cordialidade*, que significa um “‘padrão de convívio humano’ que tem como modelo as relações privadas características do meio rural patriarcal; é a expressão legítima de ‘um fundo emotivo extremamente rico e transbordante’” (*apud* ESTEVES, 1998). Além de ser marcado pela informalidade e pela pessoalidade, este comportamento seria caracterizado pela hierarquia nas relações, já que era uma forma de dominação que o patriarcado rural estabelecia na vida pública. No caso de Santa Luzia, esta hierarquia parece se manifestar, por um lado, nesta admiração pelos estranhos e por outro, na agressividade maior que se observa no trato com pessoas mais próximas, moradoras do bairro; ao mesmo tempo a sua quebra também se faz presente quando há conflitos com a própria equipe técnica. Cabe ressaltar ainda que a receptividade aqui referida pode ampliar as possibilidades de trabalho do projeto junto à comunidade. Isto, contudo aumentaria simultaneamente a responsabilidade sobre as expectativas criadas.

Em função destes três traços gerais, a fraca mobilização estaria ligada a: primeiro, baixa auto-estima, que leva as pessoas a não se julgarem capazes de atuar em seu próprio benefício; segundo, solidariedade familiar, que, representa uma solidariedade, porém restrita aos laços familiares, apesar destes serem ampliados; e terceiro amorosidade-cordialidade, que faz com que os moradores, por um lado hierarquizem as relações, assumindo uma posição passiva em relação à uma possível solução que vem de fora e por outro, tomem parte das ações com um excesso de pessoalidade e informalidade.

Por fim, cabe ressaltar que tal situação de baixa mobilização, é, entretanto, contraposta pelo fato de a comunidade participar massivamente de muitas ações do projeto (principalmente no seu início) e de outros momentos comunitários (como as festas religiosas, por exemplo, que foram citadas mais acima). Isto reflete, junto com alguns elementos característicos da

comunidade referidos acima, um potencial para a ação coletiva concertada. A questão que cabe, especialmente tendo-se em vista os objetivos do projeto, é a de como converter esta participação em uma ação no campo da mobilização social. Até o momento o que se tem visto é que as pessoas participam das atividades, mas não assumem, ainda o papel de sujeitos da própria transformação, aguardando a solução que vem de fora, principalmente na figura da universidade que tende a ser vista como uma possível solucionadora dos seus problemas.

c) nível de resposta

Apesar do baixo nível de formação observado em Santa Luzia, como vimos no capítulo anterior (fato de não haver morador com nível superior e de existirem poucas com nível médio, por exemplo), podemos apontar, de forma geral, sete respostas, sendo a primeira relacionada à comunidade como um todo e as três últimas à gestão dos empreendimentos da rede constituída. Na ordem referida, temos o a) aumento da participação dos moradores nas questões comunitárias, b) a melhoria na auto-estima, c) o incremento nos laços sociais, e d) o incremento da solidariedade comunitária. No que toca às respostas associadas à gestão dos empreendimentos, esta pode ser entendida a partir de três delas intimamente relacionadas: e) a primeira é um incremento da autonomia dos agentes, f) a segunda é o comprometimento com os empreendimentos e g) a terceira é a apropriação da utilização de ferramentas específicas. Para ordenar a análise em torno destes pontos, estes são listados a seguir:

a) com relação ao primeiro ponto, observa-se que da timidez inicial do primeiro encontro, a postura dos moradores passou a ser de cada vez mais participação nas reuniões gerais, dando opiniões e colocando pontos de vista. Isto foi notado já ao final do primeiro mês do projeto, especialmente após a realização do primeiro seminário geral de mobilização. Também os debates promovidos foram aos poucos se tornando mais participativos, em especial aqueles que surgiram por conta das oficinas da primeira fase.

b) sobre o segundo ponto (aumento na auto-estima), percebe-se uma mudança especialmente naquelas pessoas que trabalham dentro dos empreendimentos. Isto pode ser evidenciado pela mudança de hábitos e de perspectivas, observados na fala e nas ações de algumas delas. Podemos citar aqui três fatos ilustrativos para esta afirmação. O primeiro deles, é que um grupo de mulheres da comunidade começou a freqüentar academia de ginástica. Pelo menos uma vez por semana o grupo toma um carro e vai até o centro da cidade para praticar seus exercícios. O segundo fato é o de uma pessoa que diz ter adquirido mais motivação para a

vida, tendo inclusive perdido peso (significativamente):

”(...) eu acho que o projeto aqui na comunidade foi uma transformação, pelo menos a minha vida se transformou porque eu mesma, em casa, não tinha auto-estima para nada, não tinha ânimo para nada, não gostava de fazer mar⁹⁵, se eu fosse sair tudo bem, se não fosse tudo bem também. Depois eu comecei a ter alguma coisa por fazer, sair, vir para aqui (...), conversar com as pessoas, assim, com pessoas alegres, e fazer outras pessoas também alegres, porque quando a gente está feliz outras pessoas também, né? (...) Primeiramente, minha auto-estima que mudou (...) eu pesava 103 kg!”

O terceiro caso aparece em uma entrevista de uma das trabalhadoras do banco comunitário. A metodologia do banco inclui, como visto anteriormente, a visita a todos os domicílios da comunidade, para oferecer o serviço e verificar as possibilidades de crédito. Em um dos domicílios visitados encontrava-se uma senhora, que ao receber as agentes ficou muito emocionada, já que ninguém a visitava há muito tempo. Foi então que ela teve a oportunidade de mostrar seus trabalhos manuais (bordados) e de conversar com as “meninas” do banco.

c) sobre a sociabilidade fomentada pelo projeto, vemos que os espaços criados pelas suas atividades se tornaram privilegiados para a articulação de novos laços sociais. Atuais colegas de trabalho no projeto, por exemplo, que pouco se falavam antes (não necessariamente por falta de afinidade, mas algumas vezes por simples distanciamento) se tornaram amigas e adquiriram o hábito de se visitarem. A título de exemplo, podemos tomar ainda o trecho de um dos depoimentos colhidos (de uma trabalhadora de um dos empreendimentos):

“as pessoas eram muito dispersas, eu não conhecia ninguém (...). Logo no início, quando eu comecei a participar dos projetos, comecei a conhecer as pessoas, e as pessoas começaram a me conhecer, e eu achei que ele serviu para unir as pessoas”.

d) no que toca ao incremento à solidariedade comunitária, podemos citar três eventos, associados, respectivamente, ao Banco Comunitário, ao CDS e ao Mercadinho Comunitário. No primeiro deles a solidariedade se apresenta na própria metodologia de concessão de empréstimos. A solidariedade é expressa pelos trabalhadores deste empreendimento no desdobramento que suas atividades acabam tendo, para além do tempo e do espaço de trabalho. Por exemplo, as agentes de crédito são freqüentemente procuradas na sua casa, para ajudar as pessoas que precisam urgentemente de algum recurso⁹⁶. É usual elas atenderem os pedidos da forma mais pronta possível, sem passar por cima, todavia, da sistemática mais

⁹⁵ Realizar atividades típicas associadas ao mar, como por exemplo pesca e mariscagem.

⁹⁶ Um outro argumento que, entretanto, não invalida este, se refere ao fato de que muitas pessoas procuram as agentes em casa por considerar que este ambiente tem mais privacidade que o do Banco Comunitário.

geral estabelecida, onde constam, por exemplo, os critérios para liberação de crédito. Elas acabam se deslocando da sua casa até o banco para realizar este atendimento, mesmo quando isto ocorre no final de semana. É visível, também, a sua preocupação com os tomadores de empréstimos, referente a sua situação financeira e mesmo pessoal, em muitos casos⁹⁷.

O segundo caso é o do CDS, em que uma situação pontual pode exemplificar a solidariedade. Ela ocorreu no momento da divisão dos recursos para bolsas por conta do início da segunda fase do projeto. Havia uma destinação de recursos para a distribuição de quatro delas (sendo uma de coordenador, com valor mais alto e três de outras funções). Os agentes decidiram, nesta ocasião, pela redistribuição igualitária de cinco bolsas, permitindo que mais outro morador se inserisse no empreendimento.

O terceiro fato é associado ao mercadinho, e denota além da solidariedade, um grau de maturidade que as suas agentes vêm adquirindo. Ela já ocorreu algumas vezes desde que este empreendimento passou a pagar as bolsas das suas colaboradoras com recursos próprios. Trata-se da decisão das próprias trabalhadoras (muitas vezes sem o conhecimento da equipe técnica) em atrasar os seus vencimentos. Ou seja, elas optam por utilizar o recurso disponível em caixa para comprar mais mercadorias, para que esta não falte nas prateleiras, por um lado, e para que elas tenham a chance de ampliar o “excedente”, evitando tirar recurso do próprio capital de giro⁹⁸. Já houve casos de atrasos voluntários de mais de 20 dias, quando teve de ser tomada uma decisão para se ajustar a situação financeira do empreendimento.

e) o incremento da autonomia dos agentes é a resposta que parece desencadear as seguintes. Percebe-se que os agentes se mostram progressivamente mais seguros para realizarem sozinhos suas atividades, inclusive tomando decisões independentes dos técnicos e propondo ações nas reuniões. Embora este aumento da autonomia seja observável em todos os empreendimentos, há uma forte mudança sentida especialmente no Mercadinho e no Banco Comunitário. É verdade que as decisões mais importantes são tomadas em conjunto, mesmo porque os técnicos provocam este movimento, mas a autonomia é visivelmente uma conquista gradual que os agentes locais vêm obtendo.

⁹⁷ É evidente que esta situação pode denotar uma preocupação com o próprio empreendimento, já que o recurso precisa voltar para ele continuar operando. Isto não invalida, entretanto, a preocupação que há com relação as pessoas que acessam o crédito.

⁹⁸ A explicação não é formulada desta forma pelas trabalhadoras do empreendimento, mas a percepção que elas tem é que o recurso pode ser “aumentado” a cada compra pela margem colocada no preço, permitindo-se retirar o recurso das bolsas desta “sobra”.

f) isto conduz à sexta resposta, que é o comprometimento dos agentes com os empreendimentos. Percebe-se pelas falas, gestos e ações a sua preocupação com o sucesso das iniciativas. Alguns exemplos que poderiam ser citados aqui já foram apresentados quando tratamos da variável anterior (nível de resposta ao processo). Outros dois exemplos são primeiro, algumas cobranças consistentes que começam a ser eventualmente feitas aos técnicos, relativas a questões que precisam ser resolvidas, e segundo, os trabalhos vinculados ao projeto (e seus empreendimentos), que muitos agentes realizam fora do horário acordado, ampliando voluntariamente a sua “carga de trabalho”.

g) por fim, a apropriação da utilização das ferramentas é decorrente das duas respostas anteriores, principalmente do processo de formação propiciado pela condução do empreendimento. Observa-se o aumento da desenvoltura em se lidar com ferramentas que não eram habitualmente utilizadas, como programas de informática (*excel* e *word*) e processos de controle financeiro.

Ressalta-se, entretanto que as respostas relacionadas acima (especialmente as três últimas) não se mostram ainda plenamente desenvolvidas, quando se relacionadas à autonomia plena do projeto, ou seja, a uma ação sustentável independente dos técnicos externos, o que deprime um pouco a contribuição desta variável, que poderia ser positiva. Um fato que ilustra tal situação é a dificuldade que ainda existe de se encaminhar algumas ações junto aos empreendimentos, principalmente as que não estão associadas aos resultados de curto prazo, que estejam relacionados diretamente com a sua operação. Um outro ponto que denota ainda uma certa dependência é que, a despeito da autonomia já conquistada na tomada de decisões, algumas delas não são feitas quando poderiam.

d) institucionalidade presente

Apesar de muitos autores reconhecerem que a institucionalidade é fator determinante na consolidação de uma estrutura social, Santa Luzia não contava, até o início do projeto com instituições públicas atuantes no seu desenvolvimento. A que se formou com este objetivo (Associação de Moradores) se tornou pouco atuante com o tempo, em função da fraca cultura associativa do local, como visto mais acima, na variável “capacidade de mobilização”. Isto levou o projeto a constituir o CDS, na tentativa de renovar o movimento em torno do associativismo em Santa Luzia. Esta entidade assumiria, em parte, a função da associação, cumprindo ainda outros papéis criados pela rede e pelo projeto, e tendo o objetivo de

fomentar esta cultura associativa a partir de um processo de formação e capacitação dos agente locais e moradores. O surgimento desta nova entidade jurídica gerou, entretanto, outras dificuldades, associadas à sobreposição de atividades com a associação e à dificuldade de percepção por parte de alguns moradores (inclusive dos agentes locais que trabalham nela) do real papel desta instituição dentro de Santa Luzia.

Por outro lado, a ausência institucional é percebida no próprio comportamento do poder público em Santa Luzia, já que não existem, por exemplo, rondas policiais na região, o trabalho de saúde e de educação é precário, sem contar com a escassez de projetos de infraestrutura envolvendo o local.

Vale ressaltar que, nos últimos anos, parece ter havido um esforço por parte governo municipal em atender algumas demandas da comunidade. Exemplos disto são a mudança no processo de coleta do lixo, a construção de saneamento para parte das casas da comunidade e a atenção dada à algumas solicitações do local, como a organização do transporte público e o atendimento de saúde, embora estes dois últimos não tenham sido ainda solucionados.

Esta fraca presença do poder público na comunidade faz com que se dificulte o trabalho do projeto, sendo que muitos espaços públicos que teriam o objetivo de constituir a base para um processo de desenvolvimento local de longo prazo vêm sendo constituídos pelo próprio Eco-Luzia.

3.3.3 O “comportamento do agente incubador”

a) perfil da equipe técnica

A equipe técnica do projeto compõe basicamente um mundo social diferente daquele dos moradores de Santa Luzia. Estas diferenças se dão principalmente em questões como escolaridade, condição econômica, capacidade de comunicação e desenvoltura para a movimentação em espaços sociais diferentes.

Os membros da equipe técnica, especialmente os componentes do seu “núcleo central” construíram um início de atividade com um clima de dedicação e de intensa construção. Este trabalho esmerado, em que se percebe a participação de todos os envolvidos, propiciou a

formação de um grupo coeso, focado e comprometido na execução do projeto, que parece ter atingido quase todos os seus objetivos da primeira etapa.

Apesar disto, houve um processo de “substituição” de parte desta equipe até o final da segunda fase do projeto. Esta parece ter sido provocada, em grande parte, pela demora que houve no estabelecimento da continuidade entre as duas fases do Eco-Luzia (período representado pela “primeira transição”, descrito no capítulo anterior). Isto fez com que todo o grupo permanecesse sem remuneração durante sete meses, motivando-o a buscar condições de remuneração mais estáveis (algumas delas dentro do próprio campo da economia solidária).

Este elemento (instabilidade da remuneração), junto com o perfil da equipe técnica (recém formados ou em formação), associado ainda à própria natureza da proposta (que se caracteriza como sendo de extensão universitária, contando também com um grande número de estagiários e bolsistas) deu ao projeto uma característica de “formador de profissionais”. Ou seja, são pessoas que se aproximam num processo de “trânsito”, e que eventualmente, vão atuar em outras situações no seu futuro profissional.

Vale ressaltar que este processo de substituição aconteceu de forma gradual, característica que foi permitida por três fatores principais: a própria gradualidade da saída dos técnicos, que foram sendo substituídos por outros; a manutenção da mesma coordenação geral do projeto durante todo o seu tempo e; o processo formativo existente na Escola de Administração, que permite a aproximação de estudantes (nos níveis de graduação e pós-graduação) identificados com o tema da economia solidária.

b) forma de atuação da equipe técnica

A postura do incubador pode variar dentro do que Nunes e Vasconcelos (2006) classificam como atitudes voluntaristas e ausentes. No primeiro caso, ele se comportaria conduzindo o empreendimento, centralizando e executando muitas tarefas e tomando a frente do empreendimento, o que pode criar uma dependência e torná-lo insustentável. No outro extremo, ele não se envolveria com o grupo, em nome da autonomia, e apenas questionaria e cobraria soluções para os problemas. Nesta situação, a consequência que poderia advir é um reforço do estigma de pobreza e da baixa auto-estima dos incubados junto com um aumento do seu sentimento de frustração, gerando uma situação em que a autonomia possivelmente nunca seria alcançada. A sugestão de Nunes e Vasconcelos (2006) é o atingimento do equilíbrio entre estes extremos, assumindo-se posturas adequadas a cada momento da

incubação, que seria de maior intervenção no início e menor no final do processo.

No presente caso, o que se observa, de forma geral, é uma diversidade de comportamentos do incubador. Esta desuniformidade pode ser vista tanto dentro da equipe, já que cada técnico tem um perfil de atuação diferente, quanto no tempo do processo. Com isso, cada empreendimento passou por períodos de atuação voluntarista e ausente. De qualquer forma, pode-se dizer que a intermitência do projeto como um todo marcou o tom da atuação mais geral, ou seja, houve uma ausência maior nos períodos de “transição”, uma atuação mais voluntarista no início da segunda fase, que foi diminuindo até o seu final.

Nunes e Vasconcelos (2006) consideram ainda o tratamento dos conflitos um ponto importante quando se trata de um processo de incubação. Este tratamento evitaria desgastes do grupo e afastamentos posteriores. No que toca à metodologia de atuação aqui discutida, não existe definição formal ou sistematizada para a gestão dos conflitos, sejam eles dentro da comunidade ou dentro da equipe. Uma regra tácita que existe, entretanto, é que nenhum conflito relevante (do ponto de vista do projeto) deve ficar sem tratamento, mesmo que não sejam totalmente solucionados.

Naqueles conflitos que se deram envolvendo membros da comunidade, o caminho seguido foi normalmente o de tomar par da situação, ouvindo terceiros e as partes envolvidas para em seguida realizar as providências que fossem necessárias. Estas geralmente se apresentaram como posteriores conversas individuais ou coletivas, conduzidas por um ou mais técnicos do projeto (geralmente também com a presença do seu coordenador) de forma a tornar a situação clara. Normalmente os conflitos são resolvidos nesta fase, sendo que até o momento não foram adotadas atitudes mais severas, como por exemplo, afastamento de pessoas do projeto. Parecem contribuir para isto dois fatores: primeiro a própria natureza dos conflitos, que são geralmente rixas pessoais (ou familiares) ou comportamentos inadequados e segundo a postura pró-ativa da equipe técnica que procura solucioná-los tão logo apareçam.

Esta ação de “gestão dos conflitos” está, entretanto, muito vinculada ao próprio nível de voluntarismo ou ausência adotada pela equipe técnica em diversos momentos do processo. A atenção a estes conflitos quase sempre foi maior durante os períodos de atuação mais intensa e menor nos outros.

c) formação de vínculos com os atores locais

Podemos entender a questão dos vínculos formados (principalmente entre equipe técnica e moradores, inclusive agentes locais) a partir da análise da sua natureza, enquanto primários ou secundários. Segundo Caillé (2001), os primários, mais pessoais, representam o fim em si de uma relação, ao passo que os secundários seriam mais instrumentais, como que intermediários para se chegar a este fim. Outro ponto que diferencia cada um deles é a profundidade do vínculo, sendo os secundários mais superficiais e associados principalmente a interesses econômicos e materiais, e os primários mais profundos, ensejando ainda a constituição das pessoas enquanto sujeitos, individuais ou coletivos (Caillé, 2001).

Assim, os elementos que indicam uma sociabilidade mais secundária são principalmente dois, e dizem respeito à própria intencionalidade do projeto, e às limitações da inserção na realidade local (que foi apontada especialmente pela equipe técnica que participou da primeira fase). Os reflexos do primeiro elemento se verificam nos tipos de contatos entre os atores, que são feitos principalmente para tratar de assuntos que sejam de interesse do projeto. Já no segundo elemento, podemos citar as dificuldades em função da diferença social entre os atores e do seu distanciamento geográfico. A equipe da UFBA é portadora de mais conhecimentos técnicos referentes à proposta do projeto em relação aos moradores de Santa Luzia, tendendo a ser vista como estando um nível acima. A busca da horizontalização da relação, entretanto, que se mostra presente, ameniza a situação mas não parece eliminá-la de todo.

Cabe colocar, entretanto, que a distância entre os atores não se manteve igual com o andamento do projeto, sendo aos poucos reduzida. Mesmo que a intenção do projeto tenda a gerar um laço secundário, conforme colocado acima, as suas próprias ferramentas trabalharam a favor da aproximação entre as partes e para a criação de um laço primário. Além disso, a convivência proporcionada pela duração do projeto e pela regularidade das suas atividades contribuiu significativamente para o estreitamento destes laços sociais.

Assim, os elementos que indicam a criação do vínculo primário apontam principalmente para o relacionamento afetivo e pessoal que se formou principalmente entre agentes locais e técnicos. Fatos ilustrativos desta questão são às despedidas de dois técnicos do projeto, que foram marcadas por duas festas organizadas pelos agentes e permeadas por momentos de emoção. Alguns moradores denotaram sentimentos de “perda” nas suas falas, que é típico quando há despedidas de pessoas muito queridas. Neste sentido, temos ainda casos de outras saídas do projeto que recebem protestos dos moradores pela falta destas despedidas. Outro

exemplo que pode demonstrar este nível de relação é um certo desconforto que o tratamento do assunto “desincubação” provocava, pelo menos das primeiras vezes em que foi tratado. As reações geralmente são sutis, mas vão desde frases que demonstram resistência ao fato até gestos corporais que indicavam o desconforto. Um terceiro fato que poderia ser apresentado é a evidente preocupação mútua no cultivo do relacionamento, desde os primeiros momentos da relação. Há o cultivo da afabilidade e de um nível respeitoso no trato com a equipe técnica, pelo lado dos agentes locais, enquanto a equipe técnica, mesmo que o projeto tenha o propósito de promover a aproximação, se reveste de uma espontaneidade no comportamento que rompe um eventual formalismo que uma proposta deste tipo poderia supor.

Uma ponderação deve ser feita, entretanto, com relação à formação dos vínculos citados: embora haja esta aproximação afetiva entre as pessoas, um grupo participa relativamente pouco da vida social do outro. É claro que neste aspecto há uma variedade grande de comportamentos, ao tomarmos cada um dos técnicos e cada um dos agentes com suas respectivas interações. De forma geral, entretanto, apesar de existir um estreitamento de laços, estes não chegam a assumir a maior intensidade possível, que ocorreria, por exemplo, em uma dinâmica mais familiar ou comunitária.

Por fim, podemos afirmar que os dois tipos de vínculos estão simultaneamente presentes, se apresentando mesmo de forma imbricada. Caillé (2001) aponta que as relações sociais são compostas de dois binômios indissociáveis que são interesse-desinteresse e liberdade-obrigação. A formação de um laço primário não se caracterizaria, assim, por uma pureza de intenções (ação completamente desinteressada), ou seja, a presença de laços secundários não seria por si perniciosa ou representaria automaticamente um elemento dificultador. No presente caso se observa o contrário, já que a aproximação das pessoas no âmbito do projeto tem como objetivo o atingimento de resultados bem definidos, e isto não parece desarticular as relações sociais ou esvaziar suas possibilidades.

d) nível de aderência do projeto à realidade

Referente à questão da articulação das propostas do projeto com a realidade existente, podemos verificar que houve um casamento entre as demandas locais e uma grande parte das proposições do projeto.

A maneira como o projeto surgiu é o primeiro fato que aponta neste sentido, já que houve um diagnóstico preliminar sobre a realidade local. Entretanto, havia um risco de o projeto não ser

o mais adequado, principalmente devido a dois fatores: primeiro, a profundidade deste diagnóstico, que foi limitado no tempo de realização e, consequentemente, na imersão possível de ser realizada; segundo, a utilização de uma metodologia de incubação, que mesmo sendo inovadora e com alto potencial de gerar resultados positivos, não havia sido testada ainda na comunidade ou mesmo em comunidades com o perfil similar, apesar de já existirem algumas práticas similares, como a do Banco Palmas (SILVA JÚNIOR, 2004), a qual o projeto Eco-Luzia é fortemente inspirada.

Assim, este último item constituía a base das propostas a serem aplicadas. O que se observou, entretanto, é que a metodologia utilizada contém, em si, uma grande capacidade de adaptação à realidade local. Em primeiro lugar porque ela aceita novas iniciativas surgidas pela identificação das demandas, como foi o caso do mercadinho comunitário e do grupo de jovens, que surgiram no Eco-Luzia I mesmo sem estarem previstos no seu plano inicial. A flexibilidade aparece ainda na continuidade do projeto, (segunda fase), que constituiu o CDS e o projeto de algicultura em cima do perfil da comunidade⁹⁹. Em segundo lugar porque o banco comunitário, por exemplo, que é um dos empreendimentos previstos desde o início, tem esta dinâmica de flexibilidade na sua própria natureza, já que ele tem a função de apoiar, justamente, as demandas que surgem na comunidade.

Assim, temos um elemento chave utilizado neste processo que é a indução. Apesar do termo remeter a uma imposição externa, ela assume, neste caso, um caráter de promoção de uma endogenia. Neste caso, as soluções utilizadas seriam referentes, principalmente, ao que se identifica com a comunidade, a partir dos seus saberes e vinculadas intimamente com as suas capacidades, chegando-se à situação ideal em que a própria população local é quem geraria estas soluções. Por outro lado, um nível baixo equivaleria à utilização de soluções completamente estranhas à realidade local (ou “alienígenas” como qualifica Sachs (2002)), correspondendo também a uma completa exogenia. A rigor, os processos realizados por agentes externos nunca poderiam ser genuinamente endógenos, porém suas práticas de intervenção podem conduzir a algum grau de endogenia ou à situações que seriam equivalentes, a partir do fomento da organização comunitária e da utilização de ferramentas democráticas (ARAÚJO, 2006).

⁹⁹ A primeira iniciativa cumpria uma demanda de organização do associativismo local, e a segunda tinha uma proposta que compunha a utilização de uma possibilidade inovadora de cultivo de algas associado a um grande potencial de adequação ao perfil cultural da comunidade.

Fica claro que a utilização da endogenia é tida como princípio do projeto. Contudo, observa-se que o processo de utilização deste princípio evoluiu no decorrer do tempo, estando associado ao amadurecimento do processo participativo e à própria natureza das atividades em cada etapa (ou seja, a diferença de participação no tempo era, de certa forma, previsível). Assim, tanto a construção democrática teve maior intensidade nas fases subseqüentes do projeto, principalmente depois da constituição dos empreendimentos (que podemos perceber como sendo os espaços de maior participação), quanto a organização comunitária pôde ser melhorada, com a constituição de novos espaços públicos no âmbito do projeto.

Podemos ilustrar estes fatos a partir de exemplos presentes no decorrer do Eco-Luzia. As atividades da primeira fase envolveram oficinas e um seminário geral de mobilização, que se realizaram numa construção conjunta com a comunidade. Os moradores participaram de comissões de apoio, que se desdobraram em alimentação, organização do espaço e avaliação do curso, por exemplo. A definição do público-alvo e a distribuição das turmas foram feitas também em conjunto, inclusive com a comunidade sugerindo critérios específicos para estas ações. Os conteúdos, por sua vez, não foram diretamente definidos, mas foram posteriormente modificados por influência das comissões de avaliação dos cursos¹⁰⁰. As atividades de mapeamento e da pesquisa histórico-cultural também contaram com a participação dos moradores, embora tivessem sido conduzidas (em especial o mapeamento) em grande parte pela equipe técnica.

Já as atividades da segunda fase, que representaram, essencialmente, a constituição dos empreendimentos da rede, foram realizadas intensamente em conjunto com as pessoas que passaram a trabalhar neles. Além disto, a própria execução das atividades e o poder de decisão sobre muitas questões do dia-a-dia passaram a estar associados aos agentes locais.

Além da questão da participação, Santos (2002) defende que em um processo endógeno, o protagonismo deve ser dos agentes locais. Neste sentido, pode-se perceber que a centralidade sobre este ator existe de fato, e ela se expressa na própria sensação apresentada pelos moradores, que pode ser percebida nas entrevistas e na observação. É ilustrativo o depoimento de uma moradora a este respeito:

Me sinto como uma mãe do projeto Eco-Luzia. (...) As vezes até me sinto cansada, mas o projeto Eco-Luzia é como se fosse um filho. Com um filho de vez em quando

¹⁰⁰ Esta influência da equipe de avaliação fez com que, por exemplo, aqueles cursos que eram feitos à noite, mudassem seu ritmo, sua carga e seu conteúdo.

é necessário dar mais atenção para um ou para outro, mas você não consegue se desvencilhar totalmente dele. (...) Eu esperava que com o desenvolvimento do projeto eu pudesse ir me desvencilhando aos poucos, pela chegada de novas pessoas, mas eu não consigo.

3.3.4 Articulando os elementos apresentados

Nesta seção serão apresentadas as contribuições das variáveis para cada um dos conceitos principais (bagagem comunitária e comportamento do agente incubador), procurando classificar o caso conforme o modelo proposto (Figura 12). Embora este modelo gere uma classificação final simples e de certa forma polarizada, a percepção da contribuição de cada uma das variáveis permite um refinamento na análise a ser empreendida. Esta contribuição é dada conforme definido nas Tabelas 7 e 8, mais acima, e está apresentada a seguir, nas Tabelas 9 e 10.

Tabela 9 - Contribuições de cada variável para a "bagagem comunitária"

Variável	Contribuição
a) Condicionantes históricos	Negativa
b) Capacidade de mobilização	Neutra
c) Nível de resposta	Neutra
d) Institucionalidade presente	Negativa
Tendência	Baixa Bagagem Comunitária

Tabela 10 - Contribuições de cada variável para o "comportamento do agente incubador"

Variável	Contribuição
a) Perfil da equipe técnica	Neutra
b) Forma de atuação da equipe técnica	Neutra
c) Formação de vínculos com os atores locais	Positiva
d) Nível de aderência do projeto à realidade	Positiva
Tendência	Comportamento Emancipador

Estes elementos colocam a situação de Santa Luzia dentro da possibilidade de um “processo ainda dependente dos agentes externos”, conforme podemos ver na Figura 14. Isto significa que hoje, o projeto Eco-Luzia, ou dito de forma mais apropriada, o processo de desenvolvimento local que ele vem articulando *não é ainda sustentável*, ou seja, não parece

ter condições de seguir adiante sem grandes prejuízos caso não conte com a presença da equipe técnica de incubação.

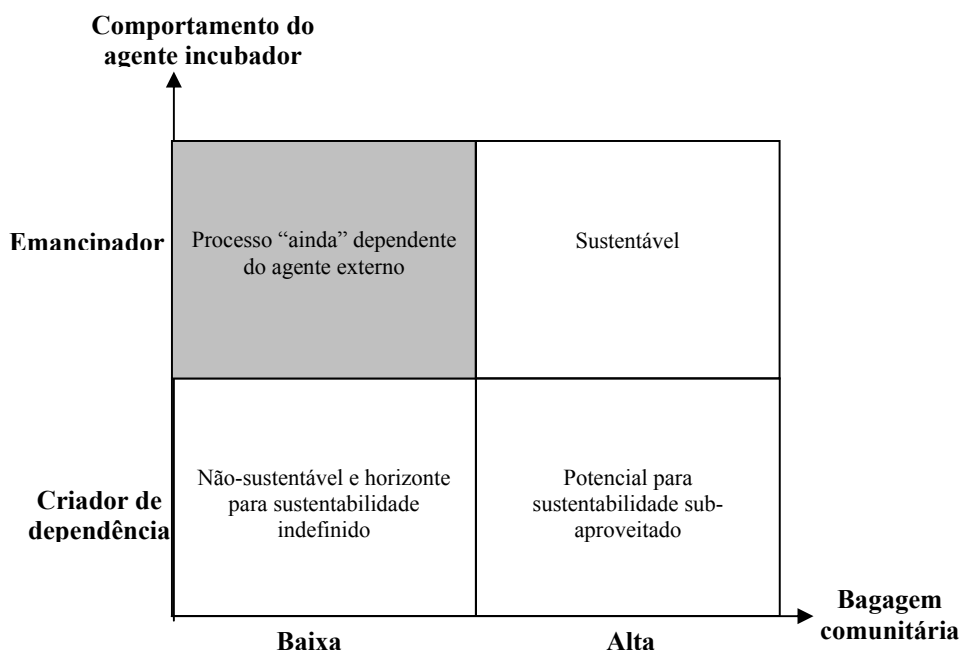


Figura 14 - Projeto Eco-Luzia frente às possibilidades de sustentabilidade do processo de desenvolvimento local

Tal fato, não é, entretanto, alarmante, nem mesmo inesperado, dado que o projeto tem um tempo de atuação de apenas dois anos e meio. Mesmo que houvesse uma alta capacidade pré-existente no local, um tempo de maturação precisaria ser respeitado. Neste sentido, parece que não há uma regra geral pré-estabelecida, e a literatura fala sempre em uma grande variabilidade. Entretanto, podemos tomar como parâmetro ilustrativo o caso da ITCP COPPE/UFRJ (2008), que inclui na sua metodologia uma meta de incubação com o tempo de três anos e meio (meio ano de pré-incubação e três anos de incubação propriamente dita).

Por fim, a classificação proposta com a Figura 14 reflete principalmente uma fotografia do presente. Em função das possibilidades apontadas pelo processo, pode-se lançar mão da utilização das perspectivas dinâmicas do modelo conforme proposto no início deste capítulo, a partir da leitura do que já ocorreu e fazendo-se uma projeção para o futuro. Podemos ver esta construção na Figura 15.

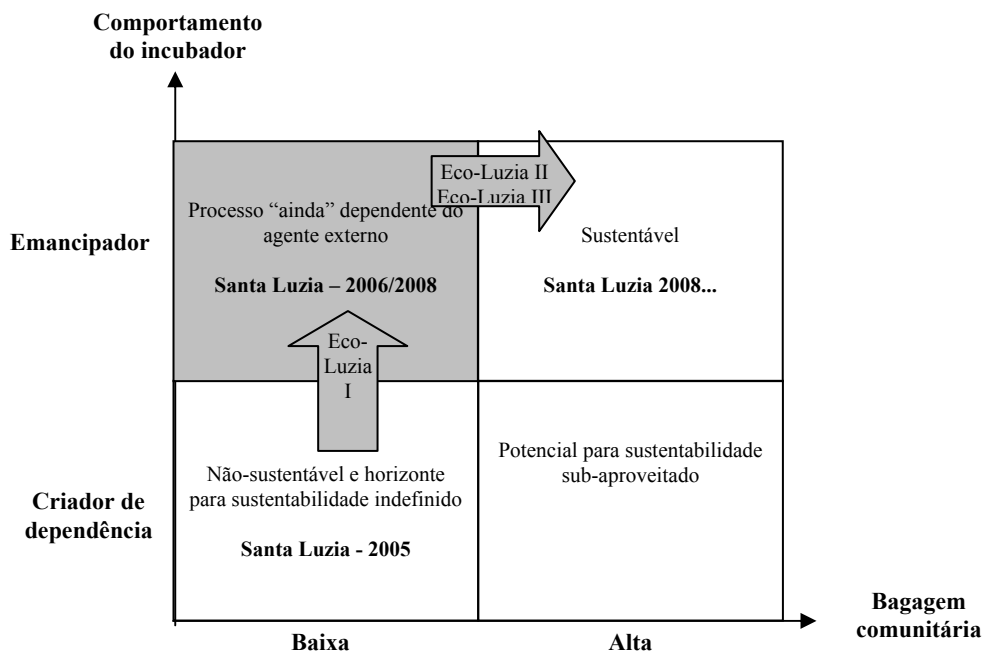


Figura 15 - Projeto Eco-Luzia em função da dinâmica de atuação

Nesta representação, o projeto Eco-Luzia, na sua primeira fase, continha elementos que poderíamos classificar no referido movimento de “resgate da exclusão”. Esta fase se caracterizou por um processo de mobilização e articulação da comunidade, preparando o campo para a construção das iniciativas. Já nas fases subseqüentes, o projeto pode ser pensado como um promotor do terceiro tipo de movimento, que é o processo de “formação”, o que pode permitir a conquista da sustentabilidade e da autonomia do processo de desenvolvimento no longo prazo, por meio da construção de uma situação de alta bagagem comunitária.

Importa ressaltar que este último movimento não parece constituir um processo simples de se realizar, e o que foi feito até o presente, embora aponte nesta direção, não permite o enquadramento imediato na situação “sustentável”. Neste sentido, podemos perceber que a conquista da sustentabilidade só se dará num processo de longo prazo, com a continuação de um apoio consistente e sistemático. Para tal, se mostra importante, do ponto de vista do agente incubador, a atenção a dois pontos que se apresentaram mais frágeis: primeiro, referente à intermitência do processo, reflexo da mudança relativamente freqüente dos técnicos, causada, em última análise, pela descontinuidade de recursos e, segundo, sobre a adaptação metodológica com o objetivo da promoção de maior mobilização comunitária a partir dos elementos fornecidos pela própria comunidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começamos nossas considerações finais a partir da retomada de uma questão de “fundo” que permeia este trabalho, estando associada ao próprio tema mais geral que ele expõe: a proposta de mudança social sugerida pela economia solidária. Ela contém, inegavelmente, uma intensa preocupação com a questão das desigualdades sociais e econômicas, bem como com diversos problemas culturais, ambientais e políticos que assolam a modernidade. Embora isto desemboque na preocupação mais direcionada aos mais desfavorecidos, que acabam sendo alvo de uma atenção especial do campo, percebe-se que a sua proposta é conceitualmente abrangente.

As práticas embutidas nestas propostas da economia solidária são ainda incipientes, começando, todavia a ganhar consistência e adesão da sociedade em diversos níveis. É devido a esta própria incipiência que o projeto Eco-Luzia cumpre um papel chave no entendimento das possibilidades da economia solidária: é a chance de se verificar na prática uma proposta abrangente de desenvolvimento local, apoiada pela universidade, que seria aplicada em uma comunidade relativamente pequena, em grave situação de exclusão e com um apoiador financeiro disposto a realizar investimentos consequentes frente a esta situação.

Entretanto, não podemos chegar a conclusões finais sobre a *eficácia* deste projeto. Primeiro, porque não seria prudente fazer uma medição desta natureza neste momento, enquanto ele ainda está sendo executado e segundo, porque não nos propusemos a esta tarefa no presente trabalho, conforme justificado na introdução. Assim, o objetivo que nos moveu aqui era o de entender o *processo de construção* da rede local de economia solidária, enquanto uma metodologia de incubação. Depois de realizado este intento até onde nos foi possível, segundo nossas próprias limitações, percebemos que o projeto Eco-Luzia é ainda um *processo em construção*. Ele o é porque, por um lado, as pessoas estão se formando com ele, moradores, agentes locais e técnicos e por outro, a própria metodologia está em “processo de gestação”

pelo seu caráter de inovação.

Este processo foi analisado, então, a partir de dois focos, que foram a realidade local e o agente incubador, por julgar-se que ambos eram portadores de elementos decisivos para o processo. Pode-se considerar que os dois pressupostos que daí surgiram se mostraram acertados para a análise do presente caso: primeiro, a realidade de Santa Luzia se mostra desfavorável, em diversos aspectos para a implantação de um projeto de desenvolvimento como o proposto pelo projeto Eco-Luzia, e segundo, metodologia de incubação utilizada parece ser portadora de um grande potencial para a promoção do que o projeto propõe.

É importante ressaltar que a parte da conclusão associada ao primeiro pressuposto deve ser vista com ressalvas. Isto porque tal conclusão não determina que Santa Luzia seja uma comunidade boa ou ruim para se morar ou desenvolver quaisquer outros tipos de atividades, pois muitos desses julgamentos implicam em juízo de valores. Significa, sim, que ela apresenta um desfavorecimento nos elementos considerados importantes para o sucesso de um projeto como o Eco-Luzia. Ou seja, a comunidade tem um perfil que demonstra uma dificuldade em articular mobilizações políticas, originada de um contexto histórico escravista, aliado a uma fraca presença do poder público no local. Apesar de se observar a existência de uma capacidade para o aprendizado e de um certo nível de resposta, especialmente para o caso dos agentes locais, o balanço geral que se faz é que surge um quadro que poderíamos designar como sendo de baixa bagagem comunitária.

Já o segundo pressuposto nos remete ao um perfil de comportamento emancipador para o agente incubador. Isto porque o aporte metodológico adotado, mesmo estando vinculado a uma proposta precisa, se mostra flexível o bastante para atender as demandas locais, utilizando-se de uma indução que apresenta um caráter endógeno; fato que está associado a uma capacidade de formação de vínculos com os atores locais. Esta classificação, entretanto, não subtrai as dificuldades e limitações presentes no agente incubador e, apesar de haver uma dedicação da equipe técnica, dois pontos importantes devem ser observados: primeiro, a atuação desta equipe oscila de uma forma que pode ser prejudicial em alguns momentos do projeto, principalmente em função dos momentos de transição e segundo, o que é, em parte, reflexo do primeiro ponto, houve uma dificuldade de se lidar com o perfil de pouca mobilização política da comunidade, já que a participação (em número de pessoas) se mostrou superior no início do trabalho, declinando sensivelmente com o decorrer do tempo.

Apesar de não ser possível uma análise de resultados finais do projeto, alguns elementos que apontam em tal sentido já podem ser observados. Podemos citar quatro deles: a) o desenvolvimento dos moradores sob diversos aspectos; b) o potencial demonstrado pela proposta da economia solidária e em especial o das ferramentas de finanças solidárias para um processo de desenvolvimento local; c) a capacidade adaptativa da metodologia; d) a contribuição para o desenvolvimento da própria metodologia, no sentido de apontar fatores fundamentais para o êxito de um processo como o estudado.

Sobre o desenvolvimento dos moradores, podemos fazer especial referência aos agentes locais, em relação aos quais ele se dá com maior intensidade, apesar das dificuldades colocadas pela realidade de Santa Luzia. O seu amadurecimento gradual, sob vários aspectos, se faz visível, num movimento que permite que a autonomia desejada vá sendo gradualmente conquistada. Por outro lado, há uma melhora relatada na auto-estima, na sociabilidade das pessoas no local e nos laços de solidariedade, além do aumento da participação dos moradores nas questões comunitárias.

O potencial das ferramentas aplicadas segue no sentido de demonstrar que a comunidade pode ser protagonista do seu processo de desenvolvimento. A bagagem que existe numa localidade parece ser sempre um elemento relevante e pode ser utilizada como base para o seu próprio desenvolvimento (tornando-se, de fato, um elemento propulsor para tal). Em especial, as ferramentas do banco comunitário têm demonstrado o potencial do fomento às iniciativas locais, especialmente às econômicas, mesmo aquelas de configuração mais simples. Neste sentido, embora não houvéssimos nos dedicado a demonstrar este ponto no presente trabalho, pode-se afirmar que o projeto vem demonstrando a possibilidade de gerar riqueza no lugar e fazer com que ela fique em grande parte ali mesmo.

Com isto, podemos fazer referência ao terceiro elemento, que é o fato de o processo de construção da rede Eco-Luzia ter demonstrado que a metodologia de incubação utilizada contém, em si, uma grande flexibilidade e capacidade de adaptação. Apesar de existirem eixos básicos de atuação, estas características fazem com que sejam privilegiadas as demandas locais, como foi o caso da constituição dos empreendimentos que compõe a rede local formada ou como é a forma de atuação destes próprios empreendimentos, que se voltam justamente para as necessidades que perpassam a comunidade.

Por fim, um último resultado que pode ser tirado do projeto é em torno do aperfeiçoamento da

própria metodologia. Como ressaltado mais acima, o Eco-Luzia foi uma espécie de “projeto piloto” para a aplicação de metodologias de incubação de redes. Vários elementos contidos no presente processo se mostraram replicáveis, e deverão ser testados em breve em outras localidades e em outras situações.

Adicionalmente, podemos pensar também nos obstáculos que tal proposta tende a enfrentar, principalmente tendo em vista a sua replicação e a sua viabilidade enquanto idéia de mudança mais ampla que se insere no contexto da economia solidária. Estes estariam ligados principalmente a quatro pontos principais: a) o cenário político; b) o cenário sócio-econômico estrutural; c) a necessidade de uma capacidade técnica em larga escala e; d) os recursos para empreender a tarefa.

Sob alguns aspectos, o cenário político vem se mostrando favorável, especialmente no âmbito do governo federal, com a criação da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), vinculada ao Ministério do Trabalho e no governo estadual, com a SESOL (Superintendência de Fomento à Economia Solidária), ligada à pasta do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia. Apesar de elas virem ganhando espaço, estas propostas são ainda marginais dentro dos governos, tendo com isto poucos recursos e pouca visibilidade frente às demandas que seriam necessárias para encampar projetos ou políticas públicas que se desenhasssem inspirados em propostas como a do Eco-Luzia. Soma-se a isto o fato de as prefeituras, de forma geral, ainda não terem aderido a estas práticas, como é o caso da do município de Simões Filho, que abriga o bairro de Santa Luzia.

Sobre o segundo obstáculo, existem duas percepções. Primeiro, a de que a ampliação da situação de exclusão projeta a economia solidária pela atuação mais eficaz do que o capitalismo onde este não consegue ter sucesso, como coloca Gaiger (2004); segundo, a de que a economia solidária não pode se construir propriamente como uma alternativa, pois um movimento de melhoria nos cenários capitalistas (e de mercado) esvaziaria a sua proposta, conforme enfatizado por Singer (1999). De qualquer forma, é visível o efeito que a atuação do mercado tem sobre estas práticas. Quando ele vai bem, algumas pessoas, que normalmente são aquelas que não aderiram de fato ao processo, se desligam da proposta solidária e simplesmente seguem para os empregos que começam a surgir. Nada há de condenável nesta prática, que envolve também uma escolha pessoal, entretanto, este fator deve sempre ser levado em conta ao se pensar a realização de projetos desta natureza. A afirmação da economia solidária passaria, então, pela criação de uma dinâmica que possa se tornar uma

possibilidade concreta de realização desta escolha. Isto implica em, além de se criar postos de trabalho que não sejam precários, atuar também no sentido da promoção de uma mudança cultural, que é predominantemente formada, hoje, com base no estímulo para a constituição de indivíduos com pouca capacidade de realizar esta escolha de forma consciente.

O terceiro obstáculo diz respeito à perspectiva de ação contida na própria concepção de incubação de forma mais geral: pressupõe-se que uma proposta como esta, vinculada à economia solidária, tenha mais chances de êxito (ou pelo menos pode ocorrer de forma mais rápida) se houver apoio de agentes externos à realidade que se quer modificar. Renato Dagnino (2007), neste sentido, coloca que o potencial das práticas de economia solidária “será limitado se ela não for complementada pela elaboração de uma base cognitiva (inclusive tecnológica) que permita a sustentabilidade dos empreendimentos autogestionários em que se apoiam as Redes de Economia Solidária”. Há um alerta feito por este autor sobre o tipo de conhecimento que é necessário ser desenvolvido, que é diferente, por exemplo do que é hoje utilizado pelo pessoal técnico do governo. Neste sentido, Dagnino aponta que não há falta de conhecimento, mas sim falta de direcionamento do mesmo, já que ele acaba sendo funcional a um tipo de desenvolvimento vinculado ao neoliberalismo. De qualquer forma, nos parece que uma aplicação em larga escala de um trabalho como este, requer agentes capacitados também fora das esferas governamentais, já que a proposta inclui a distribuição de responsabilidades por toda a sociedade. Surgem aí, com um papel especial, as universidades, através as incubadoras (mas não só elas, já que muitos programas formativos podem ser desenvolvidos), que assumem uma posição de destaque pela sua proposta de interação com a sociedade, bem como os centros de pesquisa, as ONGs e os movimentos sociais que se dedicam ao tema.

Finalmente, sobre o quarto ponto, temos a questão dos recursos que são demandados em projetos desta natureza. No Eco-Luzia, por exemplo, há um intenso aporte de recursos, de diversas naturezas, associado a uma resposta da comunidade que algumas vezes soa desproporcional, dada a sua constatada baixa bagagem. Seria de se perguntar se faz sentido um investimento desta monta para situações como esta, especialmente porque nos parece que, justamente em comunidades mais defasadas, este aporte deve ser maior, pela necessidade de um prolongamento no tempo do processo e de uma atuação mais intensa. O que cabe observar é, em primeiro lugar, que a proposta em discussão visa justamente inverter a lógica que privilegia o investimento onde os recursos já existem em maiores quantidades, e que tende a esquecer os lugares onde eles são mais necessários, num movimento que alimenta e perpetua

as desigualdades sociais. Em segundo lugar, este aporte provavelmente não seria maior do que o feito em práticas de desenvolvimento mais comuns, em especial aquelas que se realizam dentro do paradigma do crescimento econômico, e que tendem a gerar resultados restritos, ao contrário da possibilidade de resultados mais abrangentes (que englobam todas as camadas da sociedade) e duradouros que um projeto como o discutido aqui pode trazer.

Cabe ressaltar ainda, sobre este ponto, que o presente caso contém ainda uma particularidade, que é a forma como o projeto foi concebido: ele se desenhou como uma proposta de pesquisa e de extensão, no qual este próprio trabalho se insere.

Finalmente sobre as possibilidades do projeto, o Eco-Luzia nos leva a afirmar, mesmo que provisoriamente (já que a consistência desta afirmação deverá ser dada pelo acúmulo de casos) que esta proposta pode dar certo na maioria das circunstâncias em que ela for aplicada. Isto é apoiado pela projeção que podemos fazer para o próprio caso que é, como já dito neste trabalho, uma situação limite pelas dificuldades que perpassam a realidade local. Esta projeção aponta para a probabilidade de o processo se tornar sustentável no longo prazo, mesmo que não possamos, no momento, precisar os detalhes de como isto se daria, tanto em termos de prazo quanto de condições contextuais ou locais que existiriam neste momento.

4.1 LIMITAÇÕES DO TRABALHO

Do ponto de vista metodológico, podemos citar uma limitação principal que está associada à coleta dos dados. Esta se desdobra em duas questões: por um lado, poderia haver uma coleta de dados mais direcionada às entrevistas, especialmente da equipe técnica. Neste caso, se recorreu muito à observação participante e a dados fornecidos pelo convívio e pelas conversas mais informais, o que supriu um pouco esta carência. De qualquer forma, a realização de entrevistas estruturadas poderia embasar algumas observações do texto, como foi feito com relação aos agentes locais. A dificuldade encontrada foi especialmente a de reencontrar os técnicos que participaram da primeira fase, associada ao tempo hábil para inserir as informações neste trabalho. Por outro lado, a observação participante realizada não se deu conforme uma inserção na vida diária de Santa Luzia, o que poderia ter permitido a coleta de minúcias sobre a cultura e os costumes do local. Esta limitação foi, em parte, dirimida pela

presença freqüente e em períodos longos na comunidade em cerca de um ano de observação-participante, dentro do projeto.

Do ponto de vista do conteúdo, a abordagem mais extensa da perspectiva da sustentabilidade poderia ter fornecido maior embasamento para a leitura do quadro analítico proposto. De qualquer forma, este conceito foi usado apenas como apoio a outras observações, sendo que o eixo principal de análise neste trabalho foi o processo de constituição da rede local de economia solidária.

4.2 CONTRIBUIÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Parece-nos que a contribuição mais importante deste trabalho se insere no debate sobre o tema da incubação em economia solidária, especialmente no que toca à questão da incubação de redes de economia solidária para o desenvolvimento territorial. Neste sentido, podem ser fornecidos subsídios para a discussão desta proposta em duas frentes principais: o debate conceitual sobre o tema e as possibilidades frente à promoção de políticas públicas associadas ao assunto. O primeiro deles se articula dentro dos temas mais gerais que foram debatidos neste trabalho, como as possibilidades da incubação de redes frente a de empreendimentos individuais ou frente às discussões sobre um outro paradigma para as teorias econômicas. Referente a este segundo item, entretanto, consideramos a contribuição deste trabalho mais modesta, por existirem outros que realizam este debate de forma mais aprofundada.

No que toca ao segundo ponto, a contribuição mais relevante pode ser o de apontar, baseado nas dificuldades e nos sucessos da experiência aqui relatada e analisada, caminhos que possam ajudar a desenhar modelos de intervenção para o desenvolvimento local, tanto do ponto de vista de políticas públicas encampadas pelos poderes públicos, quando por outras instituições, ONGs ou empresas que tenham interesse em apoiar um processo que busque os mesmos resultados. Neste sentido, a prática aqui apresentada parece permitir o surgimento de alguns dos elementos que devem estar presentes em uma política pública inovadora, que seriam, segundo Dagnino (2007), a combinação “das dimensões redistributivas e emancipatórias com os ideais de justiça social e desenvolvimento econômico”.

Em termos de perspectivas futuras, nos parece frutífera a análise da rede local a partir de duas

outras perspectivas: enquanto estrutura e a partir dos seus resultados. No primeiro caso, a leitura pode ser feita, por exemplo, a partir da contribuição do paradigma da complexidade (FISCHER, MELO E CODES 2004; SILVA, 2000) e das redes (MOURA 1997; CAPRA 1996; MANCE 2001). Referente à segunda perspectiva, poderia ser proveitosa uma análise que procurasse medir mais diretamente os resultados do projeto, especialmente ao final do processo de incubação utilizando-se ainda da perspectiva da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ACCARINI, José Honório; COSTA, Otávio Gondin Pereira. Desenvolvimento local integrado (DLIS): reflexões. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. V. 12, n. 2, Set. 2002.

ACCIOLY, Miguel da Costa et alli. **Projeto Eco-Luzia: Potencial para a Algicultura Solidária**. Documento de trabalho. Disponível na Escola de Administração da UFBA, 2005.

ANDION, Carolina; As particularidades da gestão em organizações da economia solidária, **XXV ENANPAD**, Campinas. Anais... , 2001.

ANPROTEC. **Perguntas e Respostas**. Disponível em <http://www.anprotec.org.br/publicacao.php?idpublicacao=117>. Acessado em fev/2008.

ARAÚJO, Carolina Lopes. Desenvolvendo a comunidade através da sua energia transformadora. **X Colóquio Internacional sobre o poder local**. Salvador. Anais... 2006.

ARRUDA, Marcos. Um novo humanismo para uma nova economia. In KRAYCHETE, Gabriel. **A economia dos setores populares: entre a realidade e a Utopia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

_____. **Por uma economia do povo: realidades e estratégias do local ao global**. Painel do Fórum Social Mundial. Mumbai, Índia, 2004. Disponível em <www.socioeco.org>. Acesso em 15/jul/2006.

APAEB. APAEB – Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v. 12, n. 1, Jun. 2002.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do Dom – O terceiro Paradigma**. São Paulo: Vozes.2001.

CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde; ABREU, Aline França. Os conceitos de redes e as relações interorganizacionais: um estudo exploratório. **XXIV ENANPAD**. Anais... 2000.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. 11 ed.

São Paulo, SP: Cultrix, 1996.

CORAGGIO, José L; Economia do Trabalho, In: Economia Solidária; **Caderno Número 5 da Fundação Luis Eduardo Magalhães-FLEM**; Salvador, 2003.

COSTA, Pedro Almeida. **Um diagnóstico da gestão praticada em iniciativas de economia solidária e os seus desafios gerenciais**: estudo de caso do município de Cachoeirinha, 2003. Dissertação (mestrado em administração) – Curso de pós-graduação em Administração da Escola de Administração da UFRGS, Porto Alegre.

CUNHA, Eduardo Vivian. A sustentabilidade em distritos de economia solidária: por uma proposta analítica fundada em dois eixos. **VI Conferência da Rede Regional América Latina e Caribe da International Society for Third Sector Reserch**. Salvador, Anais... 2007.

_____; BARBOSA, Andréa Rodrigues. Reflexos da cultura brasileira sobre a dívida em um mercado de trocas: o caso da II Feira Baiana de Economia Solidária. **XXXI ENANPAD**. Rio de Janeiro, Anais... 2007.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Economia Solidária e Políticas Públicas**: reflexões a partir do caso do programa da incubadora de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP. 2002. Dissertação (mestrado em ciência política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas. Departamento de Ciência Política. USP, São Paulo.

DAGNINO, Renato Peixoto. **Em direção a uma Estratégia para a redução da pobreza**: a Economia Solidária e a Adequação Sócio-técnica. Disponível em <http://www.oei.es/salactsi/rdagnino5.htm>. Acessado em dez/2007.

_____; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. **Sobre o Marco Analítico-Conceptual da Tecnologia Social**. Disponível em <http://br.monografias.com/trabalhos/marco-analitico-conceptual-tecnologia-social/marco-analitico-conceptual-tecnologia-social2.shtml>. Acessado em jan/2008.

DAGNINO, Ricardo Sampaio; DAGNINO, Renato Peixoto. **Eco-solidariedade: uma abordagem conjuntiva entre Ecologia e Economia Solidária**. Disponível em <http://www.cori.unicamp.br/CT2006/trabalhos/Ecosolidariedadee.pdf>. Acessado em dez/2007.

DEMO, Pedro. **Charme da Exclusão Social**. 2ª ed, Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

DOURADO, L. C. Botas et alli. Projeto Eco-Luzia Oficina-Escola e Construção Habitacional. Documento de Trabalho. Disponível na Escola de Administração da UFBA, 2005.

ECO-LUZIA. **Perfil socioeconômico e caracterização de práticas de consumo e produção**. Documento de trabalho. Disponível na Escola de Administração da UFBA, 2005a.

_____. **Projeto de Desenvolvimento Local Participativo na Comunidade de Santa Luzia (ECO-LUZIA I).** Documento de trabalho. Disponível na Escola de Administração da UFBA, 2005b.

_____. **ECO-LUZIA II: Constituição de Rede de Economia Solidária para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade de Santa Luzia em Simões Filho-BA** (anexo II – Projeto Centro de Desenvolvimento Solidário). Documento de trabalho. Disponível na Escola de Administração da UFBA, 2005c.

_____. **ECO-LUZIA II: Constituição de Rede de Economia Solidária para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade de Santa Luzia em Simões Filho-BA** (anexo VI – Decola Juventude). Documento de trabalho. Disponível na Escola de Administração da UFBA, 2005d.

_____. **ECO-LUZIA II: Constituição de Rede de Economia Solidária para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade de Santa Luzia em Simões Filho-BA** (anexo III – Cooperativa de Consumo). Documento de trabalho. Disponível na Escola de Administração da UFBA, 2005e.

_____. **Relatórios mensais do projeto Eco-Luzia I.** Documento de trabalho. Disponível na Escola de Administração da UFBA, 2005f.

_____. **Relatórios mensais do projeto Eco-Luzia II.** Documento de trabalho. Disponível na Escola de Administração da UFBA, 2007.

ESTEVES, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. Cordialidade e familismo amoroso: os dilemas da modernização. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 13, n. 36, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000100006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: fev/2008. doi: 10.1590/S0102-69091998000100006.

FISCHER, Tânia; MELO, Vanessa Paternostro; CODES, Ana Luiza. Integração e gestão do desenvolvimento sócio-territorial: um estudo de organizações da sociedade civil em municípios baianos. **XXVIII ANPAD**. Anais... 2004

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. **ECO-LUZIA II: Constituição de Rede de Economia Solidária para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade de Santa Luzia em Simões Filho-BA** (Anexo I – plano de trabalho do projeto). Disponível na Escola de Administração da UFBA, 2005.

_____. A Economia Popular e Solidária no Brasil. In FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho et alli. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Por Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2006a.

_____. Políticas públicas de economia solidária no Brasil. In FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho et alli. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Por Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2006b.

_____. Economia solidária e movimentos sociais. In MEDEIROS, Alzira, SCHWENGBER, Ângela e SCHIOCHET, Valmor. **Políticas públicas de economia solidária: por um outro desenvolvimento**. Recife, PE: Editora Universitária da UFPE, 2006c.

_____, LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2004.

_____; DIAS, Cléber. **Santa Luzia: a história de uma comunidade**. Projeto Eco-Luzia. Documento de Trabalho. Disponível na Escola de administração da UFBA, 2005.

_____ et alli. **Projeto de Desenvolvimento Local de Matarandiba**. ETAPA 1- Diagnóstico e planejamento do processo de construção da rede de economia solidária de Matarandiba. Texto de trabalho, 2007.

_____; SANTANA JÚNIO, Gildásio. Um Olhar Renovado sobre o Desenvolvimento Local: Uma análise a partir dos Aportes da Economia Solidária e de Pesquisa Empírica na Bahia. **VI Conferência da Rede Regional América Latina e Caribe da International Society for Third Sector Reserch**. Salvador, Anais... 2007.

GAIGER, Luis Inácio. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. In KRAYCHETE, Gabriel. **A economia dos setores populares: entre a realidade e a Utopia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

_____. **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2004a.

_____. A Economia Solidária e o Projeto de uma Outra Mundialização. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 799-834, 2004b.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via e seus críticos**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo, SP: Editora Atlas, 1999.

GODBOUT, Jacques T. **O Espírito da Dádiva**. Rio de Janeiro RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HIGUCHI, Agnaldo Keiti; MACHADO, Hilka P. Vier; TEIXEIRA, Máisa Gomide. Incubadoras de Cooperativas Populares: Desafios e Caminhos para a Superação. **X Colóquio sobre o poder local**, Salvador. Anais... 2006.

HOCHE, Esdras. **Relatório de Avaliação** – Fase de Pré-Funcionamento Banco Comunitário Eco-Luzia. Documento de trabalho. Disponível na Escola de Administração da UFBA. 2006.

ITCP COPPE/UFRJ. **Metodologia de Incubação IncubaCoop** – Processo de Incubação de Cooperativas Populares. Disponível em http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/metodologia_inc_saiba.php. Acessado em fev/2008a.

_____. **Rede de ITCPs.** Disponível em http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/redes_itcps.php. Acessado em fev/2008b.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes:** a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. 2. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.

_____. **Redes de colaboração solidária.** Aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

MEDEIROS, Alzira, SCHWENGBER, Ângela e SCHIOCHET, Valmor. **Políticas públicas de economia solidária:** por um outro desenvolvimento. Recife, PE: Editora Universitária da UFPE, 2006.

MEIRA, Ludmila. **A gestão de empreendimentos econômicos solidários:** olhares das ITCPs USP, UFRJ, UNEB. 2005. Dissertação (mestrado em administração) – Curso de pós graduação da Escola de Administração, UFBA, Salvador.

MOURA, Maria Suzana. **Cidades democráticas e redes públicas:** tendências à renovação na gestão local, 1997. Tese (doutorado em administração pública) – Curso de pós graduação da Escola de Administração, UFBA, Salvador.

_____, LOIOLA, Elizabeth; LIMA, Ana Luiza de Codes. A Gestão Local do Desenvolvimento Econômico: as experiências de Salvador e de Porto Alegre. **XXIII ENANPAD**, Foz do Iguaçu. Anais... 1999.

_____, et alli. Desenvolvimento local sustentável: o que sinalizam as práticas. **XXVI ENANPAD**, Salvador. Anais... 2002.

_____. A análise da gestão de empreendimentos solidários. **X Colóquio Internacional sobre o poder local.** Salvador. Anais... 2006.

MOREIRAS, Luís Maurício Franco, ABROMAY, Ricardo. Laços Sociais no monitoramento do microcrédito. **Pesquisa e Debate**, SP, v. 18, n.1(31), pp 113-129, 2007.

MP. Ministério Público do Estado da Bahia. **Empresa Inaugura Condomínio para Compensar Dano Ambiental.** Disponível em http://www.mp.ba.gov.br/noticias/2006/fev_15_empresa.asp. 15/02/06. Acesso em fev/2008.

MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. **Evolução do Salário Mínimo**. Disponível em http://www.mte.gov.br/sal_min/default.asp. Acesso em fev/2008.

NUNES, Débora; VASCONCELOS, Nilton. Economia Solidária e Metodologias de Incubação. **X Colóquio sobre o poder local**, Salvador. Anais... 2006.

OLIVEIRA, Eduardo. **Cosmovisão Africana no Brasil**: elementos para uma filosofia afrodescendente. 2.a ed. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006.

PNUD. **Grande Salvador: na capital, o pior e melhor**. 28/12/2006. Disponível em www.pnud.org.br. Acesso em fev/2007. 2006a.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2006**. Disponível em www.pnud.org.br. Acesso em mai/2007. 2006b

PNUD. **Entenda os Indicadores: Renda**. Disponível em http://www.pnud.org.br/indicadores/index.php?lay=ind1&id_ind=ren&nome_ind=Renda. Acesso em fev/2008.

PMSF. **PPDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da cidade de Simões Filho**. Material de trabalho. Disponível na Prefeitura Municipal de Simões Filho. 1999.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em ciências sociais**. 2. ed. Lisboa: Gradiva Publicações, 1998.

RIBEIRO, Ademário. **Cotegipe, Água Comprida**: Simões Filho – uma Paixão. Páginas que Evocam Resgate e Valorização no Limiar do Século XXI. Disponível em <http://www.simoefilho.ba.gov.br/index2.asp?pagina=320>, Acessado em fev/2008.

REIS, Tatiana A; MEIRA, Ludmila. A sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária: pluralidade e interconexão de dimensões. **XXIX ENANPAD**. Anais... 2005.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2002.

SANDOVAL, Darío Castillo. Racionalidad y Transferencia solidaria: una aproximación teórica e empírica. **VI Conferência da Rede Regional América Latina e Caribe da International Society for Third Sector Reserch**. Salvador, Anais... 2007.

SANTANA JUNIOR, Gildásio. Solidariedade: do que se trata? **X Colóquio sobre o poder local**, Salvador. Anais... 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza e RODRÍGUEZ, César. Para ampliar o cânone da produção. In SANTOS, Boaventura de Souza (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SEBRAE. **Sobrevivência e mortalidade de empresas paulistas de 1 a 5 anos**. São Paulo, SP: SEBRAE, 2005.

SEI. **Índices Municipais de Desenvolvimento Econômico e Social**. Disponível em http://www.sei.ba.gov.br/indicadores/index_ind_ideidspib.php. Acessado em fev/2008.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. **Gestão, fato associativo & economia solidária: a experiência da ASMOCONP/Banco Palmas**, 2004. Dissertação (mestrado em administração) – Curso de pós graduação da Escola de Administração, UFBA, Salvador.

SILVA, Rosângela V. A. da. Teoria da complexidade e pós-modernismo: contribuições da epistemologia complexa para os estudos organizacionais. **ENEO**. Anais... 2000.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. Propostas e desafios In KRAYCHETE, Gabriel. **A economia dos setores populares: entre a realidade e a Utopia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In SINGER, Paul, SOUZA, André Ricardo. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, São Paulo, 2003.

_____. A experiência brasileira da SENAES. In FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho et alli. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Por Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2006.

SOUZA, Maria Luiza. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. 8.a ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

UNITRABALHO. IES Agregadas. Disponível em <http://www.unitrabalho.org.br/paginas/institucional/iesagregadas.html>. Acessado em fev/2008.

VALADÃO JUNIOR, Valdir Machado; SOUSA, Edileusa Godói de. Redes Organizacionais: possibilidades, limites e desafios na sustentabilidade de uma ONG. **X Colóquio sobre o poder local**, Salvador. Anais... 2006.

VAN BELLEN, Hans Michel. **Indicadores de Sustentabilidade: Uma análise comparativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamound, 2005.

VIEIRA, Fabiano M. **Coerência e Aderência da Economia Solidária**: Um Estudo de Caso dos Coletivos de Produção do MST em Mato Grosso do Sul, 2005. Tese (doutorado em economia) – Programa de pós graduação em Economia, USP, São Paulo.

WIKIPEDIA. **AGAR**. Disponível em <http://en.wikipedia.org/wiki/Agar>. Acessado em jan/2008.

ANEXO A – DADOS SELECIONADOS DO MAPEAMENTO DE PRODUÇÃO E CONSUMO DE SANTA LUZIA¹⁰¹

O mapeamento consiste no primeiro passo para criação de uma rede de socioeconomia solidária, e é quando são prospectados os locais onde os produtores e consumidores estão realizando suas compras, bem como a localização das indústrias, comércios e serviços existentes no bairro. Além disso, intenciona-se colher dados para traçar o perfil social das famílias da comunidade.

São objetivos de um mapeamento:

- Direcionar a criação de empreendimentos produtivos que venham a suprir a demanda da comunidade, combinando assim o que chamamos de a construção conjunta da oferta e da demanda;
- “Evitar a competição entre os integrantes da rede, a partir da oferta excessiva de um mesmo produto. O mapa da produção possibilita a montagem das cadeias produtivas onde cada empreendedor produz em função das necessidades de insumos do outro”;
- “Orientar linhas de crédito de um banco comunitário para priorizar o financiamento de bens e serviços que atendam a demanda local”;
- “Reduzir os custos de produção a partir das compras conjuntas de insumos e equipamentos”;
- Fazer com que a comunidade conheça mais a si mesmo, conhecendo suas potencialidades e dificuldades, e o principal, o poder de consumo que esta tem, consumo aqui também definido além de tudo como um ato político.

¹⁰¹ Todo o texto deste anexo foi retirado e adaptado do mapeamento realizado em Santa Luzia em setembro/2005 (ECO-LUZIA, 2005b)

O mapa em Santa Luzia foi realizado em conjunto com a comunidade, representada pelo Grupo de Jovens que lá se instaura, com o BanSol e pela Equipe Técnica da EAUFBa no período de 09/09/05 à 26/09/05.

Tabela 11 - Tempo em que o entrevistado mora na comunidade

Intervalo de Tempo	Quantidade citações	Frequência
0 - 05 anos	21	32,31%
06 - 10 anos	6	9,23%
11 - 15 anos	8	12,31%
16 - 20 anos	11	16,92%
Mais de 20 anos	19	29,23%
TOTAL	65	100,00%

Tabela 12 - Distribuição das idades dos moradores do bairro

Faixa Etária	Quantidade citações	Frequência
0 a 5 anos	35	10,00%
6 a 10 anos	56	16,00%
11 a 20 anos	81	23,14%
21 a 30 anos	55	15,71%
31 a 40 anos	52	14,86%
41 a 50 anos	32	9,14%
51 a 60 anos	21	6,00%
Acima de 60 anos	18	5,14%
TOTAL	350	100,00%

Tabela 13 - Distribuição de idade por gênero

Faixa Etária	Gênero		Total
	Feminino	Masculino	
0 a 5 anos	19	16	35
6 a 10 anos	26	30	56
11 a 20 anos	43	38	81
21 a 30 anos	25	30	55
31 a 40 anos	25	27	52
41 a 50 anos	14	18	32
51 a 60 anos	12	9	21
Acima de 60 anos	9	9	18
TOTAL	173	177	350

Tabela 14 - Tempo de escolaridade dos moradores com mais de 21 anos

Escolaridade	Quantidade citações	Frequência
Nunca estudou	16	8,89%
Alfabetização	14	7,78%
Da 1ª a 3ª série	20	11,11%
Da 4ª a 6ª série	44	24,44%
Da 7ª a 8ª	40	22,22%
2º grau incompleto	10	5,56%
2º grau completo	36	20,00%
Superior incompleto	00	0,00%
Superior completo	00	0,00%
TOTAL	178	100,00%

Tabela 15 - Condição da casa onde mora

Condição	Quantidade citações	Frequência
Alugada	3	3,40%
Própria	70	78,70%
Cedida	15	16,90%
Ocupada	1	1,10%
TOTAL	89	100,00%

Tabela 16 - Estrutura disponível na casa onde mora

Estrutura	Quantidade citações	Frequência
Água encanada tratada	17	19,10%
Água encanada não tratada ¹⁰²	60	67,40%
Energia elétrica	87	97,80%
Banheiro com vaso	54	60,70%
Banheiro sem vaso	25	28,10%
Cozinha	64	71,90%
Piso de cerâmica	26	29,20%
Piso de cimento	62	69,70%
Terra batida	15	16,90%

¹⁰² Este item reflete sobretudo uma percepção diferenciada dos moradores, pois todos são abastecidos pela mesma rede de água.

Tabela 17 - Material constituinte da casa onde mora

Material	Quantidade citações	Frequência
Tijolo/bloco	80	89,90%
Madeira	1	1,10%
Plástico/lona	0	0,00%
Taipa	8	9,00%
TOTAL	89	100,00%

Tabela 18 - Renda familiar mensal

Renda mensal	Quantidade citações	Frequência
Menos de R\$ 75,00	3	3,37%
De R\$ 75,00 até 150,00	8	8,99%
De R\$ 151,00 até R\$ 300,00	27	30,34%
De R\$ 301,00 até R\$ 600,00	31	34,83%
De R\$ 601,00 até R\$ 1.200,00	17	19,10%
Acima de R\$ 1.200,00	3	3,37%
TOTAL	89	100,00%

Tabela 19 - Origem da renda familiar mensal

Origem da Renda	Quantidade citações	Frequência	Renda Mensal (R\$)	Participação
Trabalho	61	68,54%	R\$ 27.085,00	63,2%
Aposentadoria	17	19,10%	R\$ 9.873,00	23,0%
Pensão	8	8,99%	R\$ 2.400,00	5,6%
Seguro-Desemprego	2	2,25%	R\$ 600,00	1,4%
Benefícios Governamentais	27	30,34%	R\$ 1.700,00	4,0%
Ajuda de Terceiros	3	3,37%	R\$ 190,00	0,4%
Outros	1	1,12%	R\$ 1.000,00	2,3%
TOTAL OBS.	-	-	R\$ 42.848,00	100,0%

Tabela 20 - Resposta à pergunta se faltou comida nos últimos 12 meses em casa

Resposta	Quantidade citações	Frequência
Sim	33	37,10%
Não	56	62,90%
TOTAL	89	100,00%

Tabela 21 - Frequência em que faltou comida em casa nos últimos 12 meses

Frequência	Quantidade citações	Frequência	Frequência sobre total de famílias
Não resposta	1	3,03%	1,1%
Todos os dias	3	9,09%	3,4%
De três em três dias	5	15,15%	5,6%
Uma vez por semana	3	9,09%	3,4%
Uma vez por mês	8	24,24%	9,0%
Ocasionalmente	13	39,39%	14,6%
TOTAL	33	100,00%	37,1%

Tabela 22 - Quem ajuda quando falta comida em casa

Resposta	Quantidade citações	Frequência
Não resposta	1	3,03%
Vizinhos	5	15,15%
Parentes	18	54,55%
Outros	9	27,27%
TOTAL	33	100,00%

Tabela 23 - Gasto médio mensal com alimentação

Gasto	Quantidade citações	Frequência
Não resposta	1	1,10%
Menos de R\$ 100,00	13	14,60%
De R\$ 100,00 a R\$ 200,00	21	23,60%
De R\$ 200,00 a R\$ 300,00	24	27,00%
De R\$ 300,00 a R\$ 400,00	16	18,00%
De R\$ 400,00 a R\$ 500,00	6	6,70%
De R\$ 500,00 a R\$ 600,00	3	3,40%
Mais de R\$ 600,00	5	5,60%
TOTAL	89	100,00%

Tabela 24 - Itens que compõem a cesta de consumo de Santa Luzia

Ítem	Valor (R\$)
Alimentação	21.885,69
Material de limpeza	2.474,38
Artigos de higiene pessoal e beleza	3.856,36
Vestuário	6.149,25
TOTAL	34.365,68

Tabela 25 - Prestação de serviços pelos moradores de Santa Luzia

Descrição dos produtos	Famílias comerciantes	Lucro bruto
Mercadinho	1	De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00
Bar	1	Não soube responder
Bar	4	Até R\$ 200,00
Bar	1	De R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00
Produtos de higiene pessoal	1	Até R\$ 200,00

Tabela 26 - Tempo em que o morador entrevistado mora na comunidade

Tempo em que mora na comunidade	Quantidade citações	Frequência
0 - 05 anos	21	32,31%
06 - 10 anos	6	9,23%
11 - 15 anos	8	12,31%
16 - 20 anos	11	16,92%
Mais de 20 anos	19	29,23%
TOTAL	65	100,00%

Tabela 27 - Entrevistados por local de nascimento

Local de Nascimento	Quantidade citações	Frequência
Santa Luzia	24	27,00%
Mapele	1	1,10%
Cotegipe	1	1,10%
Simões Filho	9	10,10%
Salvador	16	18,00%
Outros	38	42,70%
TOTAL	89	100,00%

Tabela 28 - Ocupação dos jovens de Santa Luzia

Ocupação	Quantidade citações	Frequência
Escola	41	46,10%
Trabalho	8	9,00%
Faculdade	1	1,10%
Sem ocupação	3	3,40%
Não existem jovens na família	41	46,10%
Outro	5	5,60%
TOTAL	-	-

Tabela 29 - Quantidade de pessoas que auferem renda na família, por meio do trabalho

Número de pessoas	Quantidade citações	Frequência
01 pessoa	42	47,19%
02 pessoas	17	19,10%
03 ou mais pessoas	4	4,49%
Nenhuma pessoa	26	29,21%
TOTAL OBS.	89	100,00%

Tabela 30 – Membro da família que garante a alimentação em casa

Membro da família	Quantidade citações	Frequência
Pai	58	65,20%
Mãe	38	42,70%
Filho/filha	5	5,60%
Avô/avó	1	1,10%
Outro	9	10,10%
TOTAL	-	-

Tabela 31 - Membro da família que prepara a alimentação

Membro da família	Quantidade citações	Frequência
Não resposta	1	1,10%
Pai	15	16,90%
Mãe	60	67,40%
Filho/filha	10	11,20%
Avô/avó	1	1,10%
Outro	13	14,60%
TOTAL	-	-

Tabela 32 - Número de refeições diárias realizadas pela família

Número de refeições	Quantidade citações	Frequência
Uma refeição	2	2,20%
Duas refeições	8	9,00%
Três refeições	58	65,20%
Mais de três refeições	21	23,60%
TOTAL	89	100,00%

Tabela 33 - Resposta se existe atividade produtiva em casa

Resposta	Quantidade citações	Frequência
Sim	23	25,80%
Não	66	74,20%
TOTAL	89	100,00%

Tabela 34 - Local em que predominantemente realiza as compras

Local	Quantidade citações	Frequência
Na comunidade	4	4,50%
Fora da comunidade	85	95,50%
TOTAL	89	100,00%

Tabela 35 - Estabelecimento em que o entrevistado realiza suas compras

Estabelecimento	Quantidade citações	Frequência
Não resposta	2	2,20%
Mercadinho	44	49,40%
Supermercado	43	48,30%
Feiras	49	55,10%
Outros	7	7,90%
TOTAL	-	-

Tabela 36 - Motivo pelo qual os moradores não compram no bairro

Motivos	Quantidade citações	Frequência
Não resposta	3	3,40%
Os produtos no bairro são mais caros	55	61,80%
A qualidade dos produtos não permite que faça as compras aqui	13	14,60%
Fora do bairro existem facilidades para comprar	27	30,30%
O bairro não oferece os produtos que gosta de comprar	44	49,40%
O bairro não oferece os produtos que necessita	67	75,30%
Outro	6	6,70%
TOTAL	-	-

ANEXO B – RELATÓRIO DE “MARCO ZERO”

O Marco Zero é um documento que pretende avaliar, inicialmente, o contexto existente para realização do projeto na comunidade de Santa Luzia. Sendo assim, tem como objetivo traçar um desenho da estrutura encontrada e disponível no bairro para realização das atividades, a fim de fixarmos a situação encontrada no início dos trabalhos.

Desta forma, procuraremos reunir neste trabalho informações sobre a infra-estrutura do local, apontar as características logísticas do trabalho, além da identificação das organizações de apoio, ou ainda, pessoas que não façam parte da equipe técnica, mas que se mostraram desde já envolvidas no desenvolvimento do projeto.

Assim, classificamos alguns aspectos que são importantes de serem observados na constituição deste diagnóstico prévio – aspectos socioeconômicos, estrutura de apoio, disponibilidade de tempo da comunidade, transporte, alimentação, relação da comunidade com outros projetos e/ou organizações, projetos e/ou organizações parceiras do Eco-Luzia e agentes locais de apoio – que serão apresentados em maiores detalhes ao longo deste documento.

Aspectos socioeconômicos

A compreensão sobre as características sociais e econômicas de uma comunidade se mostra importante para o bom desenvolvimento de uma atividade que pretende criar condições para o desenvolvimento de uma região. Em virtude disto, procuraremos realizar ao longo do Projeto Santa Luzia algumas análises sociais, econômicas e culturais mais específicas, para alcançar a finalidade desse trabalho. Todavia, o conhecimento prévio sobre algumas informações revela-se urgente para iniciar uma atividade desta natureza. Assim, procuramos levantar dados gerais sobre a população da comunidade de Santa Luzia, mais precisamente sobre os níveis de alfabetização e ocupação encontrados naquele local.

Como não dispomos de uma estrutura para realizar uma pesquisa própria sobre estes elementos, recorreremos a um documento produzido pela Fundação Crê intitulada Caracterização socioeconômica da comunidade de Santa Luzia.

Segundo a Fundação Crê, a comunidade de Santa Luzia tem uma população total de 418 habitantes distribuídos entre os sexos na proporção de 205 para o sexo feminino (49,0%) e 213 para o sexo masculino (51,0%). Um fator importante de se destacar refere-se à procedência dos chefes de família de Santa Luzia, pois dos “103 chefes de famílias apenas 18 são naturais da comunidade e seu entorno”, demonstrando um forte número de imigrantes, que em sua maioria são do sexo masculino.

A distribuição da população por faixa etária se encontra assim: 5,3% até 1 ano, 5,3% de 2 a 3 anos, 8,6% de 4 a 6 anos, 20,3% de 7 a 14 anos, 6,2% de 15 a 17 anos, 13,9% de 18 a 25 anos, 15,6% de 26 a 35 anos, 8,9% de 36 a 45 anos, 11% de 46 a 64 anos e 4,8% compreende aqueles que têm mais de 65 anos. Vale ressaltar que em Santa Luzia, 52,9% da população encontra-se numa faixa etária correspondente a população economicamente não-produtiva, segundo os parâmetros oficiais. E sobre a população considerada economicamente ativa (dos 15 aos 65 anos), verifica-se um leve predomínio da população masculina, pois 52,6% são homens e 47,4 são do sexo feminino.

Conforme o relatório da Fundação Crê, 38,5% da população encontra-se em processo de formação escolar, e, 10,8% está fora da idade escolar, referindo-se aos menores de 4 anos de idade. Verificou-se um percentual de 6,2% de analfabetos, todavia o percentual daqueles que “assina o nome” ou “lê escreve” – sem que estas categorias representem um enquadramento no ciclo formal escolar – alcança 11,5 % e 3,1%, respectivamente.

A maioria das pessoas que frequenta a escola (78,3%) faz uso das unidades de ensino situadas na própria comunidade, enquanto 16,4 % freqüentam unidades de ensino situadas em Simões Filhos, e, os outros 5,3% dos que estudam em instituições de ensino se distribuem entre as comunidades de Mapele, Cotegipe e Salvador.

Em 2002, quando realizada a pesquisa de caracterização de Santa Luzia que está subsidiando as informações socioeconômicas deste documento, a comunidade contava com 162 domicílios habitados, dos quais 103 foram objetos de levantamento sobre a determinação do estado civil e formação dos grupos familiares.

A partir destes dados, percebemos que a distribuição da população, conforme o estado civil e situação conjugal, apresenta-se da seguinte forma: 11,2% são casados, 19,6% são amasiados, 2,6% são viúvos, 3,6% são solteiros e 62,9% são solteiros. Não foram encontrados representantes da categoria desquitados e divorciados.

Desta forma, ao se considerar as 103 famílias objetos da pesquisa, percebemos que a estrutura dos grupos familiares da comunidade de Santa Luzia se configura de tal forma: 42 famílias, ou 40,8% do número total, são consideradas famílias de tipo “nuclear”, enquanto 10 famílias, ou 9,7% do total, se caracteriza como família “extensa”, e, ainda 51 grupos familiares (49,5%) são consideradas do tipo “parcial” .

Ainda nesta pesquisa foi constatado que há 232 pessoas na comunidade de Santa Luzia que estão situadas entre as faixas etárias de 15 a 64 anos, caracterizando o que foi denominado de “população em idade ativa”. Porém, dentro desta categoria populacional há um subgrupo que está desenvolvendo alguma atividade econômica ou está em busca de emprego, chamados oficialmente de “população economicamente ativa” - PEA. Este subgrupo registra 185 pessoas (exclui-se estudantes, aposentados e incapacitados físicos), representando 79,9% daqueles que se encontram em idade ativa.

Conforme o relatório, destas 185 pessoas (PEA), apenas 49,7% apresenta algum tipo de ocupação remunerada, que se encontram assim agrupados segundo categorias: 26,1 % são biscateiros, 14,1% são funcionários públicos, 14,1% são marisqueiros/pescadores, 7,6% operários da construção civil, 5,4% operários de indústria, 3,3% trabalhadores rurais, e, os outros 29,4 % estão distribuídos entre professores, comerciantes, vendedores informal, empregados doméstico, vigilantes, conta própria, empreiteiros, eletricitista, porteiro, comerciário, motorista e soldador.

Assim sendo, podemos verificar que a PEA em Santa Luzia é marcada pelo predomínio de atividades econômicas de caráter informal, e o desemprego atinge o patamar de 40,3 % da população economicamente ativa.

Mais uma vez frisamos que estas informações estão baseadas numa pesquisa da Fundação Crê, que foi realizada no ano de 2002. Então, alguns destes números encontram-se alterados considerando que já se passaram mais de dois anos.

Estrutura de apoio

Neste item será apresentada a estrutura existente para realização do trabalho da equipe técnica na comunidade, como local para realização dos trabalhos e a disponibilidade de equipamentos e mobiliário.

Foram verificados dois espaços para realização das atividades propostas pelo projeto – a Escola Comunitária e o Espaço Mario Lopez – que podem ser disponibilizados em horários diferenciados.

A Escola Comunitária dispõe de duas salas à tarde ou todo o espaço no período da noite e fins de semana (com exceção de um turno em dois domingos de cada mês, em virtude da realização de uma missa católica). Na mesma escola existe um espaço que serve como sala de professores e biblioteca, que foi apresentado como um espaço possível de ser compartilhado conosco. Contudo, se trata de um espaço restrito que não dispõe de estrutura para abrigar ao mesmo tempo um ponto de apoio do projeto, biblioteca e sala de professores. Algumas dificuldades são observadas para dividirmos este espaço, como local apropriado para guardar os materiais do projeto, espaço para instalação de um computador, além da dificuldade para realizar atividades mais operacionais neste local.

A escola apresenta-se como principal espaço para realização de eventos, reuniões fixas ou realização dos cursos propostos pelo projeto. Inicialmente, a escola também foi o local sugerido para abrigar os 05 (cinco) computadores que serão doados a Associação pela PETROBRÁS, visto que a associação não tem sede. Todavia, também não conseguimos visualizar um espaço disponível e apropriado para a instalação dos computadores no mesmo espaço que ocorre as aulas.

Porém, existe anexo à Escola Comunitária um espaço, que no passado abrigava um posto médico e agora serve apenas de depósito de documentos da escola. Assim, trata-se de uma sala que pode servi de ponto de apoio na comunidade para a equipe técnica (caso exista outro local para guardar o material que se encontra ali armazenado), assim como, pode apresentar condições suficientes para abrigar os computadores que serão doados pela PETROBRÁS. Este espaço está sendo solicitado pelo projeto à diretoria da escola, portanto, ainda pendente de definição.

O Espaço Mario Lopes foi oferecido para realização de algumas atividades, conforme a nossa necessidade e disponibilidade do espaço (momentos em que ele não estiver programado para ser usado). Este espaço é utilizado para realizar festas e shows , e, por isso mesmo, apresenta-

se ocioso em boa parte do tempo.

A comunidade está discutindo a possibilidade de instalar a Associação de Moradores, provisoriamente, na antiga residência de uma moradora. Com isso, vislumbra-se mais um possível espaço para instalação dos computadores e fixação do local de trabalho da equipe técnica. Contudo, esta residência necessita de algumas reformas para adequar o espaço a estas demandas. Sendo assim, não compreendendo de imediato um espaço para realização das atividades do projeto.

No que se refere a equipamentos, estamos no aguardo dos equipamentos que serão doados pela PETROBRÁS à Associação de Moradores, entre eles: computador, 1 televisão com videocassete, 1 máquina fotográfica digital e 1 filmadora. Mas vale ressaltar, que a escola dispõe de uma televisão e videocassete. Para guardar os materiais, ainda temos que verificar com a escola qual o espaço disponível em seus armários, ou liberação do espaço do posto médico desativado.

Disponibilidade de tempo da comunidade

A disponibilidade de tempo da comunidade diz respeito aos dias e turnos preferenciais para as reuniões fixas, reuniões de trabalho, cursos e eventos esporádicos.

A partir das reuniões realizadas foi observado que à noite seria o melhor turno para realização das reuniões fixas na comunidade. Desta forma, a maioria dos moradores presentes na ultima reunião decidiram realizar as reuniões fixas todas as segundas-feiras às 19h00min.

Para os trabalhos mais corriqueiros, inicialmente foi identificado o turno da tarde como o preferencial e, levou-se em consideração também o fato de ser o turno mais apropriado para utilizar as instalações da escola.

A comunidade apresenta resistência em realizar atividades durante o fim de semana, pois o mesmo é dedicado ao lazer , ao cuidado da casa e às atividades religiosas.

Em relação aos cursos, segundo avaliação realizada, um número considerável de moradores pede que os cursos sejam realizados também pelo período da noite.

Transporte

No aspecto transporte, procura-se apresentar a estrutura disponível para o deslocamento da

equipe técnica nos diferentes momentos de trabalho na comunidade.

Para as atividades realizadas durante o dia, o nosso deslocamento poderá ser feito por meio de transporte coletivo. Dispomos de transporte coletivo de Salvador para Simões Filho e, ao chegar ao centro do município podemos pegar uma lotação para o bairro de Santa Luzia. Os horários mais apropriados para utilizar a lotação estão entre 07h00min e 08h00min, 11h00min e 12h00min, pois são os períodos em que há demanda de passageiros para Santa Luzia, visto que os veículos só saem do centro de Simões Filho, quando atingem sua capacidade máxima de passageiros. Além destes períodos, os horários entre 17h00min e 18h30min também são os mais indicados para o retorno a Salvador, quando o trabalho for realizado à tarde.

As outras opções de transporte coletivo, como o ônibus Salvador-Mapele nos deixam mais afastados do bairro, exigindo a realização de uma caminhada de 15 a 20 min através de um caminho considerado deserto. Outra possibilidade pode ser a utilização de moto-táxi do centro de Simões Filho para Santa Luzia entre o horário de 07h00min e 18h00min. Todavia, este meio de transporte não apresenta a segurança necessária, sendo uma possibilidade remota de utilização.

Para as atividades que serão desenvolvidas à noite contamos com a utilização do carro de Genauto quando este estiver presente nas reuniões. No caso da falta de Genauto, deveremos avisar a PETROBRÁS com antecedência, a fim da mesma providenciar um transporte para equipe.

Alimentação

Neste item descreve-se a estrutura existente no bairro de Santa Luzia para fornecer almoço a equipe técnica (local e custo), além das possibilidades locais para a preparação dos lanches das reuniões e encontros realizados pelo projeto.

Na comunidade não existe uma organização comunitária ou privada de fornecimento de alimentos, seja refeição ou lanche. Assim sendo, o fornecimento de alimentos e lanches para eventos e reuniões deverá ser estimulado junto aos moradores, apresentando inclusive, possibilidades de geração de empreendimentos nesta área.

Caso a equipe técnica necessite fazer refeições em Santa Luzia existem duas possibilidades reais. Num primeiro caso pode-se levar a refeição pronta, ou então, acertar com antecedência com algumas moradoras, a preparação da refeição da equipe, desde que a mesma forneça os

insumos e/ou cubra os custos de preparação da refeição.

Relação da comunidade com outros projetos e/ou organizações

Verificar quais são os projetos que estão sendo realizados na comunidade, ou então, as organizações externas que mantêm um vínculo estreito com o local é importante para entendermos a disponibilidade das pessoas para participar do Eco-Luzia, além de dimensionarmos as possíveis colaborações entre os projetos e/ou organizações existentes com a proposta do Eco-Luzia.

Neste aspecto, verifica-se que não há uma ação de organizações externas dentro da comunidade. Os únicos trabalhos e organizações que atuam na comunidade fazem parte do projeto de desenvolvimento local e integrado de Santa Luzia (UFBA, ARUANÃ, PETROBRÁS).

Não existe nenhuma relação estrita entre a comunidade e outras organizações dos bairros vizinhos, contudo verifica-se que não há resistência das partes em estabelecer parcerias ou relações mais próximas.

Projetos e/ou organizações parceiras do Eco-Luzia

A demonstração dos parceiros do projeto Eco-Luzia facilita a visualização dos propósitos do projeto, além de permitir que a comunidade articule as diversas atividades a uma finalidade comum. Dessa forma, estaremos envolvidos num trabalho conjunto, evitando o re-trabalho ou “cansaço” da comunidade.

O projeto Eco-Luzia apresenta uma articulação com o projeto de Educação Sanitária e Ambiental que vai ser desenvolvido pela Fundação Aruanã. O projeto da Aruanã trabalha também no reforço da identidade local e reeducação dos moradores sobre seu ambiente e cultura.

O projeto Eco-Luzia é uma parceria entre a UFBA (entidade executora) e a PETROBRÁS (entidade financiadora), que está sendo mediada pela Fundação Escola de Administração, que tem como responsabilidade organizar a prestação de contas e o repasse dos recursos para a equipe técnica do projeto.

Agentes locais de apoio

Neste item procura-se identificar quais são as pessoas da comunidade que poderão estar envolvidas mais diretamente com a maioria das atividades, afim de “recrutá-las” para compor uma equipe fixa de apoio em Santa Luzia.

Inicialmente, identificamos três pessoas para nos dar um apoio mais concreto no desenvolvimento das atividades, como apoio logístico, articulação e comunicação com comunidade.

O projeto identificou uma funcionária da Escola Municipal (Rita), uma Agente de Saúde (Genilda) e o presidente da Associação de Moradores (Roque). Rita e Genilda estão engajadas no projeto e desde já se disponibilizaram a auxiliar em todas as etapas que serão realizadas, e, em virtude disto estaremos requisitando à Prefeitura de Simões Filho a disposição destas duas servidoras públicas. Roque trabalha como vigilante, mas estamos verificando com ele como podemos ajustar seus horários livres às atividades do projeto. O mesmo também se encontra engajado no projeto desde seu processo inicial.

Estamos aguardando a audiência que teremos com o prefeito para requisitar as duas funcionárias públicas.

Algumas impressões sobre a comunidade

Neste espaço vale frisar algumas impressões sobre a comunidade e seu comportamento. Conforme conversas com os moradores e observações feitas por Tereza (representante da PETROBRÁS), a comunidade apresenta uma história de fragmentação social e exposição da saúde. Houve um programa habitacional realizado no município de Simões Filho que retirou uma parcela expressiva dos moradores de Santa Luzia e os transferiram para outro bairro, esvaziando algumas ruas e, conseqüentemente sendo um dos agravantes da desmobilização social da população local.

Existe um grande desgaste da população quando se refere aos recursos oriundos dos Termos de Ajustamento de Conduta, em virtude do descontentamento dos resultados do último TAC realizado.

A comunidade sofre de problemas de saúde devido a péssima qualidade da água, que traz doenças como esquistossomose que compromete a saúde pública local. Além disso, o desgaste do meio ambiente ocasionado pelos resíduos industriais e o descarte inadequado do lixo doméstico trouxe inúmeros prejuízos as condições de vida, impactando inclusive na

economia local (depedração dos manguezais).

Até mesmo a constituição do solo representa um aspecto limitador à ocupação do bairro, ao mesmo tempo em que representa possibilidades de expansão de cultivos, em virtude da característica massapé.

Com início das atividades, percebemos que provavelmente será necessário expandir o mapeamento da produção e consumo local para as comunidades vizinhas de Mapele e Cotegipe. Isso ocorre porque a comunidade de Santa Luzia tem uma população pequena e, este número parece não ser suficiente para construir uma estrutura de consumo que garanta a sustentabilidade dos futuros empreendimentos. Desta maneira, realizaremos um mapeamento de características censitária na comunidade de Santa Luzia e trabalharemos por amostragem (a ser definida) de domicílios/estabelecimentos junto às comunidades de Mapele e Cotegipe.

Algumas sugestões

- Readequação da linguagem da equipe técnica, para um melhor entendimento da comunidade.
- Criação de uma caixa de sugestões
- Criação de um Glossário para aproximar os termos utilizados na Economia Solidária à linguagem da comunidade.

ANEXO C – INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO BANCO COMUNITÁRIO

 BOLETIM DE LIBERAÇÃO - BOL					
CDS - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO BANCO COMUNITÁRIO ECO-LUZIA				NÚMERO:	089/007
				DATA:	29.10.07
				TOTAL:	0,00
Nº	NOME	CONTRATO	PRINCIPAL	JUROS	MONTANTE
1					0,00
2					0,00
4					0,00
5					0,00
6					0,00
7					0,00
8					0,00
9					0,00
10					0,00
11					0,00
12					0,00
13					0,00
14					0,00
15					0,00
16					0,00
17					0,00
18					0,00
19					0,00
20					0,00
21					0,00
22					0,00
23					0,00
24					0,00
25					0,00
26					0,00
27					0,00
28					0,00
29					0,00
30					0,00
31					0,00
32					0,00
33					0,00
TOTAIS			PRINCIPAL	0,00	
			JUROS	0,00	
			MONTANTE	0,00	

Figura 16 - Boletim de Liberação (BOL)

 BOLETIM DE RECEBIMENTO - BOR REAL							
CDS - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO BANCO COMUNITÁRIO ECO-LUZIA						NUMERO:	0116/007
						DATA:	01.10.07
						TOTAL:	0,00
Nº	NOME	CONTRATO	PRINCIPAL	JUROS	MORA	DESCONTO	TOTAL
1							0,00
2							0,00
3							0,00
4							0,00
5							0,00
6							0,00
7							0,00
8							0,00
9							0,00
10							0,00
11							0,00
12							0,00
13							0,00
14							0,00
15							0,00
16							0,00
17							0,00
18							0,00
19							0,00
20							0,00
21							0,00
22							0,00
23							0,00
24							0,00
25							0,00
26							0,00
27							0,00
28							0,00
29							0,00
30							0,00
31							0,00
32							0,00
33							0,00
TOTAIS		PRINCIPAL		0,00			
		JUROS		0,00			
		MORA		0,00			
		DESCONTO		0,00			

Figura 17 - Boletim de Recebimento (BOR)

 DDD - DEMONSTRATIVO DIÁRIO DE DISPONIBILIDADE REAL			
CDS - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO		Número :	0157/007
CAIXA		DATA :	31/10/07
SALDO ANTERIOR - VALOR R\$		0,00	14/04/07
LAN	HISTÓRICO	ENTRADA	SAÍDA
1	TROCA DE TRILHA POR REAL		243,00
2	CRÉDITOS RECEBIDOS CONFORME O BOR 0127/007	60,00	
	REPASSE PARA O PAGAMENTO DE CONTA DE ENERGIA		52,80
3			
4			
5			
A TRANSPORTAR TOTAIS		60,00	295,80
SALDO ATUAL EM CAIXA - (A)			(235,80)
SOMAS PARA CONFERÊNCIA		60,00	60,00
		Valor a depositar em banco 0,00	
BANCO - C/CORRENTE		DATA :	31/10/07
SALDO ANTERIOR - VALOR R\$		4.500,00	14/04/07
LAN	HISTÓRICO	ENTRADA	SAÍDA
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
A TRANSPORTAR TOTAIS		0,00	0,00
SALDO ATUAL EM BANCO - C/CORRENTE - (B)			4.500,00
SOMAS PARA CONFERÊNCIA		4.500,00	4.500,00
BANCO-APL.FINANCEIRA		DATA :	31/10/07
SALDO ANTERIOR - VALOR R\$			14/04/07
LAN	HISTÓRICO	ENTRADA	SAÍDA
19			
20			
21			
22			
23			
A TRANSPORTAR TOTAIS		0,00	0,00
SALDO ATUAL EM BANCO - APLICAÇÕES FINANCEIRAS - (C)			0,00
SOMAS PARA CONFERENCIA		0,00	0,00
LANÇAMENTO EXTRA CAIXA/BANCO			
LAN	HISTÓRICO	ENTRADA	SAÍDA
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
SALDO ATUAL DISPONÍVEL NO DIA - (A) + (B) + (C) ==>		4.264,20	
PREPARADO POR :		VISTO POR:	

Figura 18 - Demonstrativo Diário de Disponibilidade (DDD)

Figura 19 - Planilha de Carteira Ativa

BANCO COMUNITÁRIO ECO-LUZIA				
PLANO E ACOMPANHAMENTO DO INVESTIMENTO				
DADOS GERAIS				
Nome:				
PLANO DE INVESTIMENTO				
Produto/Mercadoria	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Total (R\$)	Verificação
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
TOTAL GERAL		R\$		
Declaro serem verdadeiras as informações prestadas, responsabilizando-me perante a comunidade pela veracidade delas.				
Assinatura do(a) Usuário(a):			Data:	
ACOMPANHAMENTO DO INVESTIMENTO				
HISTÓRICO DA VISITA (situação encontrada):				
Aplicação do Financiamento:				
Dificuldades:				

Figura 20 - Plano de Investimento

CDS - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO DE SANTA LUZIA E REGIÃO



CONTRATO DE ADESAO AO SISTEMA INTEGRADO DE MICROCRÉDITO – Banco Eco-Luzia

Os signatários deste instrumento, de um lado o Banco Eco-Luzia, através do CDS - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO DE SANTA LUZIA E REGIÃO com sede na Rua dos Democratas - 48-E - Santa Luzia - Simões Filho - Bahia, inscrito no CNPJ sobre nº. 07.998.605/0001-62, representado pela sua Diretora Executiva Deisiane Clímaco de Jesus dos Santos e, de um outro lado o Sr.(a) _____, doravante denominado de USUÁRIO (A), residente _____ R.G. nº _____, têm justo e contratado que mutuamente aceitam, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

I – **Do Objeto:** o objeto deste contrato é um empréstimo no valor de R\$ _____ (_____) do Banco Eco-Luzia ao Empreendedor, que será restituído a uma taxa mensal de _____.

II – **Natureza do Financiamento:** o empreendedor se compromete a utilizar o crédito para: _____

III – **Da forma de pagamento:** a restituição do empréstimo dar-se-á da seguinte forma:

Nº	PRINCIPAL	JUROS	PRESTAÇÃO	DATA DE VENCIMENTO
1				
2				
3				
4				
5				
6				

IV - Das Obrigações:

- Do Banco Eco-Luzia:* disponibilizar o valor do financiamento citado acima e acompanhar e auxiliar o empreendedor na gestão desta quantia.
- Do Usuário (a):* utilizar os recursos, fruto deste contrato, conforme descrito no item II e, com assinatura deste, o usuário (a) passa a integrar a REDE Eco-Luzia, se comprometendo a produzir e/ou consumir, sempre que possível, os produtos fabricados na rede.

V – Dos Atrasos e Antecipações:

- Após o prazo de vencimento serão acrescidos juros de mora a combinar;
- Após 30 (trinta) dias de atraso o usuário (a) será considerado inadimplente e terá que, imediatamente, negociar sua dívida junto ao Banco. O cliente inadimplente perde seu direito enquanto sócio da organização que o indicou e não pode acessar nenhuma atividade inerente ao CDS;
- O cliente inadimplente poderá pagar sua dívida com um bem móvel de igual valor as parcelas atrasadas.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente contrato duas vias de igual valor e teor.

Simões Filho - Ba, _____ de _____ de 2006.

Usuário(a)

NOME: _____

R.G.: _____

Diretora Executiva

Centro de Desenvolvimento Solidário de Santa Luzia e Região

CNPJ: 07.998.605/0001-62

Figura 21 - Contrato de Adesão ao microcrédito



CDS - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO DE SANTA LUZIA E REGIÃO

CONTRATO CARTÃO DE CRÉDITO ECO-LUZIA – Banco Eco-Luzia

Contrato particular para vendas e serviços utilizando o cartão ECO-LUZIA, que, ~~entre~~ ^{entre} si, celebram o Banco Eco-Luzia, através do CDS - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO DE SANTA LUZIA E REGIÃO com sede na Rua dos Democratas - 48-E - Santa Luzia - Simões Filho – Bahia, escrito no CNPJ sobre nº. 07.998.605/0001-62, representado pela sua Diretora Executiva Deisiane Clímaco de Jesus dos Santos e o Sr. (a) _____, doravante denominado de EMPREENDEDOR (A), residente em _____ e de R.G. nº _____.

Pelo presente contrato fica o empreendedor autorizado a vender seus produtos ou prestar seus serviços aos (às) usuários (as) do Banco Eco-Luzia, mediante a apresentação do cartão Eco-Luzia, ficando estabelecido o que se segue:

1. O empreendedor se compromete a vender suas mercadorias ou prestar seus serviços a todos (as) os (as) usuários (as) do cartão ECO-LUZIA sem nenhum acréscimo de preço;
2. Ao vender qualquer produto com o cartão ECO-LUZIA, o empreendedor deve preencher a fatura de venda e conferir a assinatura do usuário (a) e, em caso de dúvida, solicitar a carteira de identidade. Toda venda realizada deve ter seu valor anotado no verso do cartão, caso contrário o empreendedor ficará sem o ressarcimento da dívida;
3. Ao ser apresentado o cartão ECO-LUZIA para o pagamento de um produto, o empreendedor deve verificar o valor do crédito que ainda tem no cartão. Caso venda acima do valor existente o Banco não se responsabiliza pelo valor da fatura;
4. O pagamento dos produtos e serviços vendidos pelo ECO-LUZIA será realizado pelo Banco Eco-Luzia em sua sede, mediante fatura devidamente preenchida, sempre no dia 05 de cada mês, ou dia subsequente, caso seja feriado local.
5. Será repassado ao Banco, pelo empreendedor, 3% do valor de cada fatura recebida;
6. Compete ao Banco fornecer aos empreendedores todo material necessário para o funcionamento do cartão ECO-LUZIA, ficando incluso as papeletas de fatura, logomarca do Banco para ser fixada no ponto comercial, divulgação das lojas cadastradas e outros que se fizerem necessários;
7. Ficam eleitos a Assembléia de sócios do CDS - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO DE SANTA LUZIA E REGIÃO e o foro da cidade de Simões Filho – Ba para ajuizamento de todas as ações provenientes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente contrato duas vias de igual valor e teor.

Simões Filho - Ba, _____ de _____ de 2006.

Empreendedor

NOME: _____
R.G.: _____

Diretora Executiva

Centro de Desenvolvimento Solidário de Santa Luzia e Região
CNPJ: 07.998.605/0001-62

Figura 22 - Contrato de cartão de crédito

BANCO COMUNITÁRIO ECO-LUZIA RECIBO DE LIBERAÇÃO	
O Banco Comunitário Eco-Luzia a importância de R\$ _____ (_____), referente a liberação do financiamento de contrato nº _____. expressão da verdade, firmo (amos) o presente em TRÊS vias de igual teor. Filho, _____ de _____ de 200 _____. _____ _____ _____	
CDS - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO DE SANTA LUZIA E REGIÃO Rua dos Democratas - 48-E - Santa Luzia - Simões Filho -Bahia - CEP 43.700-000	

Figura 23 - Recibo de Liberação

BANCO COMUNITÁRIO ECO-LUZIA RECIBO DE PAGAMENTO	
le _____ a importância de R\$ _____ (_____), referente ao pagamento da le nº _____, do contrato _____, com vencimento em _____. expressão da verdade, firmo (amos) o presente em TRÊS vias de igual teor. Filho, _____ de _____ de 200 _____. _____ _____ COMUNITÁRIO ECO-LUZIA	
CDS - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO DE SANTA LUZIA E REGIÃO Rua dos Democratas - 48-E - Santa Luzia - Simões Filho -Bahia - CEP 43.700-000	

Figura 24 - Recibo de Pagamento